



Instituto Migrações e Direitos Humanos
Membro da Fundação Scalabriniana

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



2021

Instituto Migrações e Direitos Humanos

Irmãs Scalabrinianas - MSCS

Rede Solidária para Migrantes e Refugiados - RedeMiR

Quadra 07 – Conjunto C – Lote 01 – CEP 71555-239 – Varjão/Lago Norte – Brasília – DF

Tel: (61) 3340-2689 e (61) 3447-8043 – E-mail: imdh.diretoria@migrante.org.br e imdh@migrante.org.br

Site: www.migrante.org.br – Facebook: [institutomigracoes](https://www.facebook.com/institutomigracoes)

SUMÁRIO

Dados institucionais	3
PROGRAMA I – Atendimento, Proteção, Promoção e Integração	
Projeto 1 – Acolhida, integração e assistência a pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas.....	5
Projeto 2 – Imigrantes: defesa de direitos e documentação	26
Projeto 3 – Extensão em Roraima: IMDH Solidário.....	35
Projeto 4 – Trabalho decente, uma via de integração.....	49
Projeto 5 – Migrantes internos: atendimento e documentação.....	66
Projeto 6 – Ação Pastoral da Mobilidade Humana	72
Projeto 7 – Crianças sem fronteiras	78
.....	
Projeto 7A – Kit Nutrição “Angel Gabriel” para crianças migrantes e refugiadas.....	82
PROGRAMA II – Incidência, Articulação e Sensibilização	
Projeto 8 – Incidência por políticas públicas e acesso dos imigrantes e refugiados às políticas existentes	86
Projeto 9 – Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR)	99
Projeto 10 – Mídia, publicações, eventos e aportes à qualificação do debate público	124
PROGRAMA III – Acordos, Convênios e Parcerias do IMDH com entidades diversas	
Parte Complementar aos Projetos do Relatório - Acordos, Convênios e Parcerias do IMDH com entidades diversas	135
PROGRAMA IV – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	
Parte Complementar aos Projetos do Relatório - Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no atendimento	143
Conclusão	149

DADOS INSTITUCIONAIS

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH

CNPJ: 03.591.517/0001-90

Endereço: Quadra 07, Conjunto C, Lote 01 - Varjão/Lago Norte

CEP: 71555-239 Brasília – DF

Fone/Fax: +55 (61) 3340-2689/3447-8043

Website: www.migrante.org.br

E-mail: imdh@migrante.org.br e imdh.diretoria@migrante.org.br

Facebook: [institutomigracoes](https://www.facebook.com/institutomigracoes)

Data de Fundação: 1999

Diretoria Estatutária:

Rosita Milesi, Presidente, CPF 168.024.970-34

Osmar Favretto, Tesoureiro, CPF 601.900.430-91

Nadir Contini, Secretária, CPF 285.064.800-00

2. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

- 2.1 Atuar na proteção dos direitos humanos, promoção da cidadania e assistência jurídica a imigrantes e refugiados, inclusive internos em penitenciárias, com particular atenção às crianças, mulheres, trabalhadores e famílias em situação de risco social.
- 2.2 Promover a reflexão jurídica e social sobre o tema das migrações e do refúgio.
- 2.3 Realizar gestões e iniciativas, junto a instâncias públicas e privadas, para avançar na defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares.
- 2.4 Manter registro, promover a análise e publicar dados e informações sobre mobilidade humana, contribuindo para o conhecimento e sensibilização da sociedade sobre assuntos e questões relacionadas à área.
- 2.5 Disponibilizar, por meios práticos e eficazes, serviços de informação, esclarecimento e orientação a imigrantes e emigrantes.
- 2.6 Promover condições para que refugiados e imigrantes necessitados tenham acesso à aprendizagem do idioma e à capacitação e treinamento em atividades de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho.
- 2.7 Promover a integração e favorecer aos migrantes e refugiados oportunidades para realização de atividades de caráter cultural, de suporte à educação, de formação e complementação na dimensão humana, de fé, social e comunitária.
- 2.8 Prestar atendimento e assistência aos solicitantes de refúgio, aos refugiados e aos migrantes e providenciar programas de atenção às mulheres, crianças e pessoas em situação de risco social ou pessoal.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES

3.1 Objetivo Geral:

Contribuir no atendimento integral a migrantes internos, imigrantes, refugiados e refugiadas e apátridas, atuando na assistência, ação sócio humanitária, integração comunitária e econômica, pastoral da mobilidade humana, defesa de direitos, incidência por políticas públicas, articulação da rede de entidades socioassistenciais e enfrentamento ao tráfico de pessoas.

3.2 Objetivos Específicos:

- Propiciar assistência humanitária, social e legal a migrantes e refugiados, com particular atenção às crianças, mulheres, trabalhadores e famílias em condição de risco pessoal ou social;
- Fortalecer as ações da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados por meio de articulações e parcerias com organizações sociais e governamentais, igrejas, instituições acadêmicas e indivíduos que se associam na defesa do Refúgio, na reflexão sobre o tema das Migrações contemporâneas, na promoção de políticas públicas e ações solidárias de acolhida, apoio e integração dos migrantes e dos refugiados;
- Colaborar com o Poder Público do Distrito Federal na assistência e documentação de migrantes internos atendidos pela rede social do Governo do Distrito Federal - GDF, obtendo-lhes a Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Certidão de Óbito de familiares, nos casos indicados pelos CRAS, CREAS e demais órgão do GDF ou por outras instituições sociais.
- Propiciar, promover e apoiar iniciativas articuladas entre sociedade civil e órgãos públicos em prol do avanço na legislação e políticas públicas em favor da causa dos Migrantes e dos Refugiados e no enfrentamento ao tráfico de pessoas e assistências às vítimas, bem como em sua inclusão na rede social e políticas existentes.
- Estimular e articular com outras organizações ou com voluntários atividades que favoreçam a aprendizagem do idioma e o conhecimento das realidades local, regional e nacional, para favorecer a integração cultural dos migrantes e refugiados à sociedade brasileira.
- Facilitar a inserção de refugiados e imigrantes no mercado de trabalho brasileiro ou apoiar iniciativas próprias de geração de renda, sempre visando à autossuficiência e à autonomia da população atendida.
- Colaborar nos processos de integração de migrantes e refugiados no País, atuando o quanto possível em parceria com outras organizações, órgãos de governo e órgãos públicos de defesa de direitos, para favorecer, sobretudo, sua inserção e vivência cidadã.

Desenvolvimento dos Projetos

PROGRAMA I – ATENDIMENTO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO

PROJETO 1 - Acolhida, integração e assistência a pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas

Objetivo:

Acolher, assistir, prestar acompanhamento jurídico e colaborar na integração de solicitantes de refúgio, refugiados/as e apátridas, fortalecendo as ações articuladas entre o IMDH, as entidades-membro da RedeMiR, o ACNUR, CONARE e demais envolvidos na causa.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021

Descrição das Ações:

- Prestar atendimento assistencial e humanitário e promover a integração de solicitantes de refúgio, apátridas e refugiados/as, inclusive reassentados/as, no Brasil;
- Fornecer orientações e encaminhamento a serviços públicos, e atuar na defesa dos direitos;
- Prestar assessoria jurídica, analisar os casos, elaborar pareceres de elegibilidade e subsidiar a análise e decisão do CONARE sobre as solicitações de refúgio;
- Colaborar com o CONARE e no Grupo de Estudos Prévios, para a devida instrução e defesa das solicitações de refúgio e respectivos processos;
- Atuar, em parceria com o ACNUR, em ações de sensibilização, informação e envolvimento da sociedade, particularmente na capacitação de agentes para a atenção aos refugiados;
- Promover atividades voltadas a grupos específicos (especialmente mulheres e crianças), voltadas ao fortalecimento de redes de apoio;

Público alvo: Solicitantes de Refúgio, Refugiados(as) e Apátridas que se encontram no Brasil, notadamente os residentes nos Estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins e no Distrito Federal.

Metas de Atendimento: Atender todos os casos, estimados, segundo a série histórica e as tendências ou fluxos que surgem na dinâmica migratória e de refúgio; participar e colaborar, anualmente, em no mínimo 10 sessões do Grupo de Estudos Prévios e 10 reuniões plenárias do CONARE.

Recurso financeiro utilizado: Convênio com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNU, de outros apoiadores e do IMDH.

Recursos humanos envolvidos: Assistente de integração, assistente jurídico, auxiliar administrativo, assistente da diretoria, gerente administrativo/financeiro, assistente administrativo/financeiro, comunicador social assistente sociolaboral, voluntários e diretoria do IMDH.

Abrangência territorial: Nacional, com ênfase nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins, Amapá e o Distrito Federal.

Participação dos usuários: Há vários mecanismos de avaliação feitos em parceria com ACNUR e CONARE. Além disto, os que são atendidos diretamente no IMDH opinam através da Caixa de Sugestões. As entidades parcerias da Rede fazem avaliação anual.

Desenvolvimento do Projeto

1. Introdução

É compromisso do IMDH atuar para colaborar na proteção, assistência, e integração de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas, trabalhando em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Comitê Nacional para Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE/MJ), com a Operação Acolhida e com tantas instituições e atores envolvidos nesta área. O público-alvo do projeto contempla também venezuelanos que possuem Residência temporária com base na Portaria Interministerial nº9/2018 ou Residência por tempo indeterminado, pois avalia-se que a crise que motiva sua saída da Venezuela se configura como uma situação de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos, indicando que, mesmo aqueles que não solicitam refúgio, podem estar em necessidade de proteção internacional.

Neste capítulo apresentamos os dados e o perfil da população atendida em 2021 no Distrito Federal e em outras localidades, exceto Boa Vista-RR, onde funciona, desde 2018, o IMDH Solidário, cujos serviços, dados e perfil da população atendida estão relatados em capítulo específico (Projeto 3).

O ano continuou marcado pela pandemia do COVID-19, que acarretou uma série de impactos para a população-alvo, como dificuldade para regularização migratória com grande quantidade de migrantes indocumentados em decorrência do fechamento das fronteiras em 2020 e, de consequência, a entrada no país de forma irregular; desemprego crescente e/ou redução drástica da renda familiar, com consequente dificuldade de suprir necessidades básicas; impacto emocional e psicossocial negativo; entre outros. Em respostas aos desafios apresentados e para continuar atendendo ao público-alvo da melhor forma possível, o IMDH, que já tinha adaptado os mecanismos de atendimento no ano anterior, continuou a priorizar a forma remota, tendo em vista também que isto permitiu não suspender em nenhum momento as atividades, mesmo quando o isolamento foi determinado pelas autoridades; fortaleceu-se, também, a busca de apoio e recursos adicionais para suprir as necessidades emergenciais da

população-alvo, bem como, incentivou-se o protagonismo de pessoas refugiadas e migrantes e o fortalecimento de vínculos comunitários, para maior apoio recíproco e empoderamento da população migrante e refugiada.

1.2 Perfil da População Beneficiada pelo Projeto

Em 2021, o setor de Integração e Proteção atendeu **3.111** pessoas, mantendo uma proporção semelhante ao ano anterior. A maior parte das pessoas chegou ao Brasil antes de 2020 (ver Tabela 1.1), ainda que **53%** delas tenham sido atendidas pelo IMDH pela primeira vez em 2021 (ver Tabela 1.2).

Tabela 1.1 - Ano de chegada ao Brasil

Ano de chegada ao Brasil	Nº de pessoas	%
2021	397	13%
2020	440	14%
2019 ou antes	1.870	60%
Não informado	404	13%

Fonte: Banco de dados do IMDH

Tabela 1.2 – Ano do primeiro atendimento pelo IMDH

Ano do primeiro atendimento pelo IMDH	Nº de pessoas	%
2021	1.642	53%
2020	794	25%
2019 ou antes	675	22%

Fonte: Banco de dados do IMDH

O perfil da população atendida em termos de nacionalidade e composição demográfica, demonstrado a seguir, retrata que, mesmo com as dificuldades ocasionadas pela pandemia, houve continuidade de tendência observada desde 2018: com as dificuldades de integração local enfrentadas em Roraima e a falta de perspectivas de normalização da situação na Venezuela, é crescente o número de pessoas que continua o trajeto migratório rumo a outras regiões brasileiras, dentre as quais figura o Distrito Federal. Esse movimento de interiorização a partir de Roraima ajuda a compreender o expressivo aumento no número de pessoas atendidas. Nesse contexto, a proporção de nacionais da Venezuela no total de atendimentos alcançou **85%** em 2021: de **61%** em 2019 para **83%** em 2021.

Com relação aos demais países, também continuou a tendência observada em anos anteriores, isto é, a redução no número de novas chegadas, mesmo já havendo comunidades bem estabelecidas em Brasília. Assim, a proporção de pessoas provenientes de outros países de origem foi a seguinte: Cuba (**3%**), Paquistão (**2%**),

Bangladesh (**1%**), Síria (**1%**), e outros (**3%**) (percentuais calculados a partir dos dados constantes na Tabela 1.3).

No que diz respeito à condição migratória, **34%** são solicitantes de refúgio, **50%** são venezuelanos com residência temporária ou por tempo indeterminado, **6%** são refugiados, **5%** são dependentes nascidos no Brasil e **5%** são venezuelanos indocumentados (índices calculados a partir dos dados constantes na Tabela 1.3).

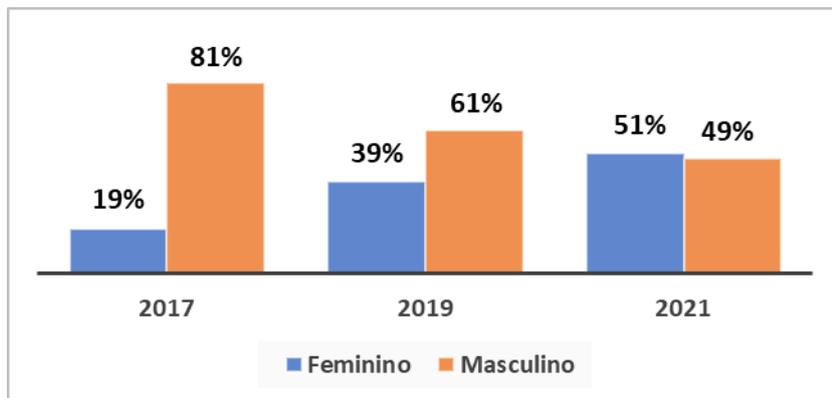
Tabela 1.3 - Distribuição por nacionalidade e condição migratória

País de Nacionalidade	Solicitantes de Refúgio	Refugiados	Res. Temporária ou por tempo indeterminado	Total Pessoas Atendidas
Apátrida*		1		1
Afeganistão	0	4	0	4
Angola	2	0	0	2
Argentina	1	0	0	1
Bangladesh	19	1	0	20
Benim	1	0	0	1
Burquina Faso	2	0	0	2
Cabo Verde	0	1	0	1
Camarões	1	0	0	1
Chade	1	0	0	1
China	1	0	0	1
Colômbia	15	3	0	18
Costa do Marfim	1	1	0	2
Costa Rica	1	0	0	1
Cuba	86	10	0	96
Egito	2	0	0	2
El Salvador	0	2	0	2
Espanha	1	0	0	1
Etiópia	2	0	0	2
Filipinas	11	0	0	11
Gâmbia	1	0	0	1
Gana	13	3	0	16
Geórgia	1	0	0	1
Guatemala	1	0	0	1
Guiné Conakri	1	1	0	2
Guiné-Bissau	4	0	0	4
Iêmen	1	0	0	1
Índia	11	2	0	13
Irã	0	1	0	1
Iraque	2	7	0	9
Israel	5	0	0	5
Mali	1	0	0	1
Marrocos	6	1	0	7
Mauritânia	1	0	0	1
México	1	0	0	1
Nepal	1	0	0	1

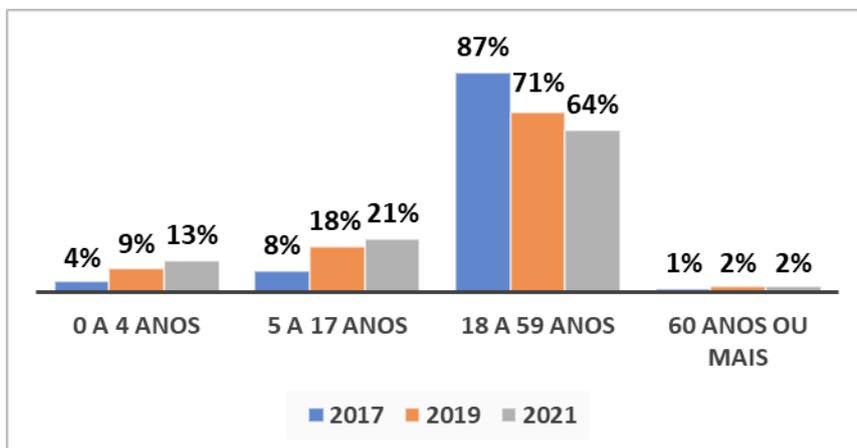
Nigéria	5	1	0	6
Palestina	1	0	0	1
Paquistão	26	23	0	49
Peru	5	0	0	5
Rep. Dem. do	1	4	0	5
Rep. Dominicana	1	0	0	1
Rússia	1	0	0	1
Senegal	1	0	0	1
Síria	1	20	0	21
Somália	1	0	0	1
Sudão	4	1	0	5
Tanzânia	1	0	0	1
Togo	2	0	0	2
Tunísia	1	0	0	1
Turquia	1	0	0	1
Ucrânia	0	1	0	1
Uganda	1	1	0	2
Venezuela*	791	112	1.556	2.459
Total de Não Nacionais	1.041	200	1.556	2.798
Brasil*	*Crianças Nascidas no Brasil, filhas de pais refugiados ou solicitantes de refúgio			165
Indocumentados **	Nacionais da Venezuela que não se regularizaram no Brasil			148
Total de Pessoas Atendidas				3.111***
***Este número inclui somente os venezuelanos atendidos em Brasília. Os atendidos em Boa Vista-Roraima se encontram no Projeto 3, deste Relatório.				

Fonte: Banco de dados do IMDH

Quanto ao gênero, o Gráfico 1.1 demonstra que a proporção de mulheres segue aumentando desde 2017, alcançando **51%** da população atendida em 2021. Esta tendência se explica pelo movimento de reunificação familiar e pelo crescente número de mulheres que encabeçam o projeto migratório chefiando suas famílias, tanto na migração venezuelana quanto na cubana, sendo responsáveis por filhos e outros parentes no Brasil e no país de origem, principalmente nos fluxos migratórios. Igualmente marcante é a tendência de alta na proporção de crianças e adolescentes, retratada no Gráfico 1.2, que aumentou significativamente desde 2017.

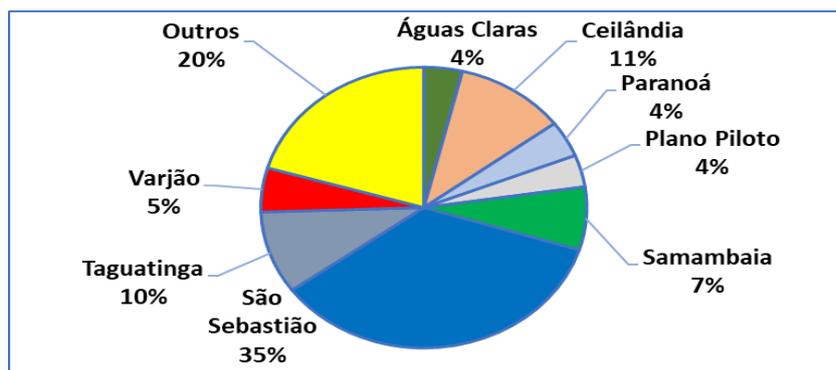
Gráfico 1.1 – Distribuição por gênero – Comparativo

Fonte: Banco de dados do IMDH

Gráfico 1.2 – Distribuição por faixa etária – Comparativo

Fonte: Banco de dados do IMDH

Com relação ao estado de residência das pessoas atendidas, a prevalência é do Distrito Federal (**81%**), justamente porque o IMDH está nesta Unidade da Federação, seguido por Goiás (**11%**) e Acre (**3%**). Destaca-se que, das **2.526** pessoas atendidas no DF, **2.403** declararam residir nesta UF, conforme demonstrado no Gráfico 1.3. As demais pessoas apoiadas pelo IMDH estavam em trânsito por Brasília e foram abrigadas de passagem na Casa Bom Samaritano e no Espaço Raio de Luz, da Caritas.

Gráfico 1.3 – Localidade de Residência no DF

Fonte: Banco de dados do IMDH

1.3 Acolhida e Apoio Socioassistencial

Os serviços nesta área foram prestados sob diversas formas: presencialmente, em domicílio, por telefone, por correio eletrônico e por intermédio de instituições da RedeMiR. Com a necessidade de isolamento social imposta pela pandemia em 2020 e continuadas em 2021, as formas remotas foram priorizadas, zelando para não haver prejuízo para a qualidade dos serviços prestados.

Os beneficiários são informados sobre como obter documentos básicos (Pedido de refúgio ou de residência, CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social), bem como sobre políticas públicas de interesse, como saúde, educação, restaurantes comunitários, transporte (Bilhete Único), albergues públicos e emergências (polícia, ambulância e bombeiros). O IMDH também oferece apoio e assistência para os migrantes sob diversas formas, conforme sintetizado na Tabela 1.4.

Tabela 1.4 - Acolhida e Apoio Socioassistencial – Atendimentos prestados

Tipo de atendimento	Nº de atendimentos
Acolhimento temporário	112
Auxílio alimentação	507
Auxílio transporte	659
Bolsa Subsistência	1.197
Cesta Básica	1.648
Compra de medicamentos	35
Doações de móveis, roupas, etc	236
Encaminhamento para Albergue	15
Encaminhamento para CRAS/CREAS	105
Encaminhamento para SUS	30
Enxoval ou itens para crianças	201
Orientação sobre temas diversos	4.263
Outros apoios de saúde	172
Total de atendimentos prestados	9.180
Obs.: Trata-se de registro de atendimentos, portanto a mesma pessoa pode ter recebido atendimento diversas vezes.	

Fonte: Banco de Dados do IMDH

A seguir destacamos as principais formas de apoio prestadas em 2021, oferecendo mais informações sobre o perfil demográfico dos beneficiários de cada uma delas.

1.3.1 Bolsa subsistência

Às pessoas em situação mais acentuada de vulnerabilidade, o IMDH forneceu apoio socioassistencial direto, com destaque para a concessão de auxílio financeiro emergencial para múltiplos propósitos (Bolsa Subsistência), por períodos entre 1 e 6 meses, conforme critérios de vulnerabilidade, que consideram questões como: tempo desde a chegada a Brasília; a presença de crianças, idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas e/ou graves no núcleo familiar; famílias monoparentais; pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, sob risco elevado de recorrerem a estratégias negativas de sobrevivência (como mendicância, trabalhar em troca de alimentação ou moradia, entre outros).

Em razão da pandemia, o procedimento para concessão de ajuda passou a ser feito por telefone. A concessão do auxílio é feita via transferência bancária – por meio do cartão fornecido pelo ACNUR, emitido pelo Social Bank, ou em conta bancária de titularidade do ponto focal da família beneficiada com a bolsa subsistência.

Dessa forma, em 2021, **1.197** pessoas foram beneficiadas com este auxílio financeiro concedido com recursos no âmbito do Convênio firmado entre IMDH e ACNUR. A Tabela 1.5 retrata o perfil demográfico dos beneficiados:

Tabela 1.5 - Pessoas assistidas com bolsas subsistência (em Brasília)

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total	
	em números	em %	em números	em %	em números	em %
0 a 4 anos	142	28,7%	123	17,5%	265	22,1%
5 a 17 anos	196	39,8%	201	28,6%	397	33,2%
18 a 59 anos	142	28,7%	357	50,8%	499	41,7%
60 anos ou mais	14	2,8%	22	3,1%	36	3%
Total:	494	41,3%	703	58,7%	1.197	100%
Países de origem:	Os principais foram: Venezuela, Cuba, Brasil, Argentina, Espanha, Colômbia, Guatemala, Peru e Rússia.					
*Obs.: Esse número não inclui as pessoas atendidas em Roraima.						

Fonte: Banco de dados do IMDH

1.3.2 Distribuição de itens básicos

O contexto de pandemia de COVID-19 intensificou as condições de vulnerabilidade social e econômica da população migrante, exigindo uma maior atenção às ações e serviços que atendessem necessidades básicas urgentes. Neste sentido, o IMDH buscou recursos para aquisição de itens alimentícios, como cestas básicas, e apoio

nutricional e de higiene para crianças. Itens que foram distribuídos para diversas famílias refugiadas e migrantes atendidas pelo IMDH no Distrito Federal – DF, Boa Vista - RR e Rio Branco - AC.

Mantendo sua campanha permanente de coleta de donativos junto à sociedade brasiliense, em 2021, o IMDH beneficiou **612** pessoas com doação de cesta básica. Além disso, no âmbito do Convênio firmado com o ACNUR, o IMDH também apoiou **608** pessoas com a distribuição de itens básicos no Distrito Federal, Acre e Roraima, conforme detalhado na Tabela 1.6. É importante sinalizar que muitas pessoas receberam este auxílio diversas vezes e em alguns casos foi repetido quase mensalmente devido à situação de vulnerabilidade da família.

Tabela 1.6 - Pessoas beneficiadas com distribuição de itens básicos – Projeto ACNUR

Cidade	Itens distribuídos	Nº de pessoas beneficiadas
Brasília-DF	Cesta básica, fraldas e leite em pó	387
Rio Branco-AC	Cesta básica	59
Boa Vista-RR (IMDH Solidário)	Fraldas e leite em pó	162
Total		608

Fonte: Banco de dados do IMDH

Com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a qual o IMDH firmou parceria em dois projetos - “Anjo Gabriel” e “Apoio Emergencial a famílias afetadas pela pandemia COVID-19” -, o IMDH apoiou 108 pessoas com doação de cestas básicas e itens básicos para infância, no Distrito Federal. Além disso, apoiou **124** pessoas com cesta básica e itens básicos nos municípios de Rio Branco e Boa Vista, conforme é possível verificar na tabela 1.7.

Tabela 1.7 – Pessoas beneficiadas com itens básicos – Kit Anjo Gabriel (com apoio da CNBB)

Cidade	Itens distribuídos	Nº de famílias beneficiadas
Brasília - DF	Cestas básicas, fraldas, lata de leite em pó e Mucilon	108
Rio Branco - AC	Cesta básica	80
Boa Vista - RR	Cestas básicas, fraldas, lata de leite em pó e Mucilon	44
Total		232

Fonte: Banco de dados do IMDH

Em parceria com a CNBB também foi possível prestar apoio à população-alvo por meio do projeto “Apoio Emergencial”. Neste projeto, além de prestar apoio a refugiados e migrantes foi possível beneficiar **18** famílias brasileiras com cesta básica. No total foram beneficiadas **1.755** pessoas, distribuídas entre Distrito Federal, Acre e Roraima, conforme aponta a tabela 1.8.

Tabela 1.8 – Pessoas beneficiadas com distribuição de itens básicos – Projeto: Apoio Emergencial a famílias afetadas pela pandemia COVID-19

Cidade	Itens distribuídos	Nº de pessoas beneficiadas
Brasília - DF	Cestas básicas, fraldas, lata de leite em pó e Mucilon	525
Rio Branco - AC	Cesta básica	243
Boa Vista - RR	Cestas básicas, fraldas, lata de leite em pó e Mucilon	915
Pacaraima - RR	Cesta básica	72
Total		1755

Fonte: Banco de dados do IMDH

1.3.4 Apoio a indígenas Warao em Brasília

Em 2019 foram identificados alguns grupos de indígenas venezuelanos da etnia Warao, vivendo acampados nas ruas de Brasília.

A situação de vulnerabilidade e os riscos de proteção a que estavam expostos agravou-se com a pandemia. E para prestar apoio o IMDH se articulou com outros atores para atender a esse grupo, com vistas a suprir necessidades fundamentais, como alimentação, documentação, moradia, higiene, entre outros. Com o apoio e articulação de várias instituições, e participação fundamental do Governo do Distrito Federal, em 2021 se logrou o estabelecimento de um abrigo temporário para a comunidade Warao, a Casa de Passagem Raio de Luz, da Caritas Arquidiocesana de Brasília, à qual o IMDH tem apoiado com itens básicos para a comunidade, como se demonstra a seguir.

Tabela 1.9 – Atendimentos prestados à população indígena Warao em Brasília

Tipo do atendimento	Nº de atendimentos prestados
Auxílio alimentação (CNBB)	22
Cesta Básica	74
Orientações sobre temas diversos	57
Orientações sobre documentos	43
Serviços diversos junto à PF	47

SISCONARE	12
Outros atendimentos prestados	28
Total de atendimentos prestados	283*
Total de pessoas beneficiadas	77
*Essa tabela apresenta o número de atendimentos considerando a desagregação dos dados por grupo étnico. Deve-se ressaltar que estes atendimentos também foram contabilizados nas respectivas tabelas gerais.	

Fonte: Banco de dados do IMDH

1.3.5 Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano

A Casa Bom Samaritano está inserida no âmbito do projeto “Acolhidos por meio do trabalho”. O Centro é gerido pela AVSI Brasil, com a participação e parceria do IMDH, é dedicada a fortalecer as ações de acolhida e integração dos migrantes e refugiados, em apoio a Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida. As pessoas que são acolhidas na casa podem permanecer por até 3 meses, tempo considerado suficiente para que elas possam se estabelecerem localmente para uma vida autônoma.

A atuação da Casa Bom Samaritano é desenvolvida em dois eixos de estada por 3 meses:

1. Acolher venezuelanos interiorizados para o DF por meio de vagas de trabalho identificadas localmente.
2. Acolher venezuelanos interiorizados para o DF sem vagas de emprego, mas que deverão ser encaminhados a emprego, em Brasília ou em outros Estados, durante a permanência no Centro de Acolhida.

Um terceiro eixo, de utilização do espaço como casa de passagem de curta duração, que hospedaria venezuelanos por até no máximo 7 dias, enquanto aguardam viagem para o destino final fora do DF. Esta modalidade também é muito benéfica pois seriam grupos pequenos de pessoas, em trânsito para sua localidade previamente definida, mas que, ao chegar em Brasília, no âmbito da interiorização pela Operação Acolhida, necessitam de uma parada para a conexão de sua viagem. Neste breve “descanso” na capital, as pessoas receberiam acolhida e apoio em seu processo migratório até o local em que vão residir e trabalhar.

Para promover serviços especializados de assistência humanitária, proteção e integração, dentre as responsabilidades do IMDH para com a Casa Bom Samaritano estão: apoio e monitoramento das atividades do centro, em conjunto à Coordenação e equipe da AVSI Brasil; apoio na assistência social e no diálogo estruturado com os beneficiários; Promoção e capacitação do voluntariado; realização de atendimentos para regularização migratória, promoção de atividades de formação, e prover, através de escritório especializado, a assistência jurídica de que a Casa necessite.

Dentre as atividades e serviços prestados pelo IMDH, através da atuação direta com a equipe da AVSI estão:

- Participação na elaboração das orientações internas e estruturação dos serviços da Casa Bom Samaritano.
- Promoção de 6 oficinas de formação para toda a equipe da AVSI e do IMDH, voltada à preparação das equipes de atendimento;
- Verificação da documentação e providências para atualização dos documentos da população acolhida;
- Acompanhamento de casos de proteção;
- Fornecimento de Vale-transporte para buscarem oportunidades de trabalho;
- Preparação para entrevista de emprego, encaminhamento para curso de português e elaboração de currículo;
- Preparação de subsídios sobre Migrações e Refúgio;
- Campanhas de alimentos e itens para crianças em apoio às famílias acolhidas.
- Busca e indicação de postos de trabalho para a inserção laboral de pelo um membro de cada família acolhida na CBS.

A Casa foi inaugurada em 4 de fevereiro de 2021, tendo passado pelo Centro **77** pessoas migrantes e refugiadas de nacionalidade venezuelana, interiorizadas no âmbito do projeto Acolhidos por Meio do Trabalho.

1.4 Documentação

No âmbito deste projeto, o IMDH tem como objetivo garantir que solicitantes de refúgio, refugiados e imigrantes venezuelanos tenham acesso a orientações e informações sobre documentação e registro migratório no Brasil. Neste contexto, em 2021, o instituto prestou auxílio esclarecendo e oferecendo orientações em resposta às diversas demandas que foram apresentadas. No entanto, em virtude da continuação em 2021 da pandemia de Covid-19 e considerando o bem-estar da equipe e da população-alvo, os atendimentos permaneceram de forma remota durante o ano. Destaca-se que em virtude da demanda reprimida, por conta da suspensão na Polícia Federal de atendimentos para regularização migratória por alguns meses em 2020, houve um aumento de **541%** nas demandas e atendimentos do IMDH em 2021.

Em junho de 2021, pela Portaria 655, foi autorizada a regularização migratória dos nacionais de países fronteiriços não pertencentes ao MERCOSUL que se encontravam em território brasileiro, e dessa forma, os nacionais da Venezuela puderam solicitar sua regularização. Em razão da demanda reprimida para renovação da regularização migratória no país, por conta do período de suspensão dos atendimentos em virtude da pandemia do COVID-19, em agosto de 2021 foi publicada a **Portaria Nº 25/2021-DIREX/PF** prorrogando o prazo até 15 de março de 2022.

A seguir, na tabela 1.10, destacamos os principais atendimentos prestados:

Tabela 1.10 – Atendimentos prestados sobre documentação em Brasília

Tipo de atendimento	Nº de atendimentos prestados
Orientação sobre documentos	4.491
Serviços diversos junto à PF	2.207
Preenchimento do SISCONARE	130
Total de atendimentos prestados	6.828

Fonte: Banco de dados do IMDH

1.5 Setor de Proteção

As atividades realizadas pelo Setor de Proteção ao longo de 2021 se concentraram em três principais eixos:

(i) atuação como membro observador no Comitê Nacional para Refugiados (CONARE);

(ii) assistência e aconselhamento jurídico a refugiados, refugiadas, apátridas, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e imigrantes; e

(iii) incidência política.

O primeiro eixo refere-se à coparticipação como entidade da sociedade civil junto ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), em parceria com outras organizações da sociedade civil (OSCs). A atuação do IMDH é como membro observador, ou seja, o IMDH possui poder de voz, mas não poder de voto no Comitê. Essa atuação inclui, principalmente, as seguintes atividades:

- Análise de casos que serão discutidos nas respectivas plenárias do CONARE, e que envolvem, entre outros, indeferimento, cessação, extensão dos efeitos ou perda da condição de refugiado, dentro da abrangência territorial de atendimento do Instituto, qual seja: os estados do Acre, Amapá, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins;
- Pesquisas de país de origem (Estudo de País de Origem – EPO ou *Country of Origin Information – COI*), com o objetivo de reunir subsídios para a defesa dos casos;
- Colaboração com a Coordenação de Elegibilidade do CONARE na elaboração de EPOs;
- Participação em reunião prévia de análise técnica entre as organizações da sociedade civil, Defensoria Pública da União e ACNUR;
- Participação nas reuniões técnicas preliminares (anteriormente denominadas “GEP”, Grupo de Estudos Prévios) em conjunto com as demais organizações da sociedade civil, Defensoria Pública da União, ACNUR, Coordenação de Elegibilidade e Coordenador Geral do CONARE, com o fim de avaliar e debater previamente os casos que serão votados em plenária;

- Participação na Plenária do CONARE.
- O segundo eixo consiste na assistência jurídica extrajudicial e aconselhamento jurídico a refugiados, refugiadas, apátridas, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e imigrantes. As principais atividades realizadas nesse eixo de atuação são as seguintes:
 - Orientação jurídica e informações sobre o processo de reconhecimento da condição de refugiado e acompanhamento de andamentos processuais;
 - Orientação jurídica sobre o processo de reunião familiar (visto, autorização de residência e extensão dos efeitos da condição de refugiado);
 - Apoio para a realização de peticionamento eletrônico no através da Plataforma SEI do Ministério da Justiça e Segurança Pública para diversas finalidades, tais como requerimento de visto para reunião familiar (manifestação de vontade); autorização de viagem, comunicação de viagem, pedido de conversão da solicitação de refúgio em pedido de extensão dos efeitos da condição de refugiado, desarquivamento do pedido de reconhecimento da condição de refugiado, solicitação de alteração do prazo de residência para indeterminado conforme a Resolução Conjunta CNIG/CONARE/MJSP nº 02/2018 e demais serviços relacionados ao seu processo de reconhecimento da condição de refugiado, disponíveis no sistema SEI;
 - Preparação para entrevistas de elegibilidade de pessoas de interesse, garantindo melhor acesso à informação e aconselhamento jurídico-administrativo aos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado;
 - Orientação jurídica sobre os trâmites necessários ao processo de naturalização;
 - Apoio para realização do pedido de naturalização pela plataforma do governo federal “Naturalizar-se”
 - Orientações jurídicas diversas;
 - Encaminhamento à Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Distrito Federal, quando aplicável;
 - Realização de atividades de informação e sensibilização.
- O terceiro eixo de atuação, que consiste em ações de incidência, será relatado em espaço próprio por se vincular a projeto específico.

1.5.1 Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)

O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera no âmbito de suas reuniões plenárias sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, bem como casos de extinção, perda ou extensão dos efeitos da condição de refugiado e autorizações de viagem. Ainda, o CONARE realiza uma reunião técnica previamente às reuniões plenárias, a chamada “Reunião Técnica Preliminar”, como mais um espaço para discussão com a sociedade civil.

O Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), enquanto entidade da sociedade civil que atua diretamente com refugiados, refugiadas e solicitantes do reconhecimento da condição de refúgio, atua junto ao CONARE representando a

sociedade civil em âmbito territorial específico, a saber: Acre, Amapá, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

a) Participação em Reuniões Técnicas e Reuniões Plenárias do CONARE

A Reunião Técnica Preliminar é um momento de debate, troca de informações e discussão que reúne o corpo técnico dos membros do Comitê, notadamente a Coordenação de Elegibilidade do CONARE e as organizações da sociedade civil, juntamente com o ACNUR e a DPU. As proposições feitas nessa reunião podem levar a Coordenação Geral do CONARE a determinar o aprofundamento da pesquisa referente a determinado país de origem ou mesmo levar a uma revisão do parecer inicial, podendo também o caso em particular ser retirado de pauta da plenária seguinte para reanálise ou maior aprofundamento do caso. Em contrapartida, o posicionamento da Coordenação Geral pode ser mantido e a indicação original do parecer ser mantida e levada à Plenária. Nesse caso, as organizações da sociedade civil, bem como a Defensoria Pública da União, podem defender a reavaliação de algum caso em particular pelos membros do CONARE na plenária, quando em geral ocorre deliberação entre os membros, que decidem pelo deferimento, indeferimento ou retirada de pauta do caso sob análise.

Nesse contexto, os casos da área de cobertura geográfica do IMDH foram acompanhados na Reunião Técnica Preliminar, com a análise dos autos processuais no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a leitura de pareceres, a compreensão dos áudios das entrevistas e outras atividades pertinentes ao fortalecimento do sistema de elegibilidade. Quando verificada alguma questão ou discordância em relação à opinião do parecer da Coordenação Geral do Conare, foram desenvolvidas atividades de instrução processual, junto às equipes técnicas e membros, como a elaboração e proposta de memoriais, relatórios de informação de país de origem e apresentação de sustentação oral na Reunião Técnica Preliminar e Plenária. Nos casos em que se identifica não haver fundamentação para deferimento do pedido de refúgio, o IMDH vem atuando, como de costume, na busca por outras formas de regularização migratória.

A partir desses casos, o IMDH elaborou memoriais de estudo de país de origem (EPO) e das informações relevantes para casos individuais, recomendando o deferimento do reconhecimento da condição de refúgio pelo CONARE. Destaca-se quatro casos em que o IMDH elaborou memoriais de elegibilidade e indicou para deferimento solicitações de reconhecimento da condição de refugiado: nacionais do Paquistão, Nigéria, Gana e Gâmbia, três dos quais conquistaram o deferimento do reconhecimento da condição de refugiado.

Tabela 1.11 - Reuniões Técnicas Preliminares e Reuniões Plenárias do CONARE em 2021

Data	Plenárias
11/02/2021	152ª Reunião Plenária do CONARE
26/03/2021	153ª Reunião Plenária do CONARE
20/04/2021	Reunião Técnica Preliminar
30/04/2021	154ª Reunião Plenária do CONARE
10/06/2021	Reunião Técnica Preliminar
17/06/2021	155ª Reunião Plenária do CONARE
28/07/2021	Reunião Técnica Preliminar
05/08/2021	156ª Reunião Plenária do CONARE
22/09/2021	Reunião Técnica Preliminar
30/09/2021	157ª Reunião Plenária do CONARE
25/11/2021	Reunião Técnica Preliminar
29/11/2021	158ª Reunião Plenária do CONARE

Fonte: Registro IMDH

Dentre os temas debatidos nas Reuniões Plenárias, para além das discussões dos casos concretos, destacamos a aprovação da Nota Técnica nº 15/2021 do CONARE, que prorroga o prazo, até 31 de dezembro de 2022, da decisão que reconheceu a existência de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela. O IMDH também participou das discussões no âmbito do CONARE sobre a situação e as dificuldades envolvendo a concessão de visto de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

Cumprir registrar que o IMDH fez contribuições à minuta de Declaração do CONARE referente ao panorama de excepcionalidade quanto às restrições e condições de entrada, que permanece, até o momento, em elaboração.

Cabe mencionar que ocorreu em 14 de junho de 2021 uma reunião posterior à Reunião Técnica Preliminar daquele mês, onde estiveram presentes as organizações da sociedade civil, Defensoria Pública da União e ACNUR, com o intuito de debater estratégias de defesa sobre alguns casos que seriam levantados pelas organizações da sociedade civil e pela Defensoria Pública da União na Reunião Plenária.

Destaca-se também que nos dias 29 de setembro e 06 de outubro de 2021 a Coordenação de Elegibilidade do CONARE se reuniu com as organizações da sociedade civil para apresentação do fluxo de trabalho dos setores do Departamento de Migrações do MJSP e do CONARE, notadamente o trabalho da Coordenação de Elegibilidade e suas atividades de produção e gestão de EPOs. Além disso, foi proposto às organizações o início de um processo de colaboração entre os atores da sociedade civil, a DPU e o CONARE visando ao aprimoramento dos fluxos e pesquisas de elegibilidade.

Nos dias 04 e 05 de novembro o setor de Proteção participou de uma Capacitação oferecida pela Coordenação Geral do CONARE e pelo ACNUR sobre o processo de refúgio no Brasil e a integração local. Foram discutidas questões como os

princípios da proteção internacional dos refugiados, os procedimentos da Coordenação Geral do CONARE, a integração local e o trabalho em rede.

1.5.2 Assistência jurídica extrajudicial

Os processos de regularização migratória e refúgio podem implicar diversas dúvidas de cunho jurídico, ante o desconhecimento sobre a legislação do país em que a pessoa de interesse se encontra. Dessa forma, o setor de proteção prestou auxílio oferecendo-lhes orientações pontuais em resposta às diversas demandas que foram apresentadas. Em virtude do prolongamento das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, e como manutenção da utilização de tecnologias de comunicação utilizadas desde 2020, os atendimentos se deram de forma remota, sobretudo pela ferramenta de troca de mensagens instantâneas *WhatsApp*, assim como, atendimentos por e-mail e por telefone.

Diante do diagnóstico de casos mais complexos que se apresentaram e que necessitaram de uma intervenção específica, encaminhamos os casos aos órgãos responsáveis. Em 2021, o setor de proteção realizou 628 atendimentos jurídicos, o que incluiu, dentre outros, orientações específicas sobre o acompanhamento dos processos de refúgio, orientações jurídicas gerais, encaminhamentos à Defensoria Pública da União ou Defensoria Pública do Distrito Federal, demais órgãos da rede pública de assistência, orientações sobre requerimento de visto para reunião familiar (manifestação de vontade); autorização de viagem, comunicação de viagem, pedido de conversão da solicitação de refúgio em pedido de extensão dos efeitos da condição de refugiado, desarquivamento do pedido de reconhecimento da condição de refugiado, solicitação de alteração do prazo de residência para indeterminado conforme a Resolução Conjunta CNIG/CONARE/MJSP nº 02/2018. Destacam-se, ainda, os encaminhamentos ao CONARE, realizados por meio do envio de planilha com a indicação de informações atualizadas sobre solicitantes de refúgio que ainda não haviam sido entrevistados pelo Comitê. Essa demanda surgiu a partir de solicitação apresentada pelo próprio CONARE.

a) Orientação para Reunião Familiar

A política migratória brasileira é regida por diversos princípios e diretrizes, dentre eles a garantia do direito à reunião familiar (Art. 3º, VIII da Lei 13.445/2017). O princípio da unidade familiar também está previsto no art. 226 da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 17 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Nesse sentido, a pessoa refugiada pode solicitar a reunião familiar de cônjuge ou companheiro, ascendentes e descendentes até o segundo grau, irmão entre outras hipóteses, nos termos da Portaria nº 12, de 13 de junho de 2018.

O IMDH não representa migrantes, refugiados os solicitantes de refúgio perante o CONARE através do SEI por meio de procuração. No entanto, o IMDH auxilia com orientação e apoio na realização de peticionamento eletrônicos por esse sistema. Os diversos tipos de peticionamentos apoiados pelo IMDH incluem visto de reunião

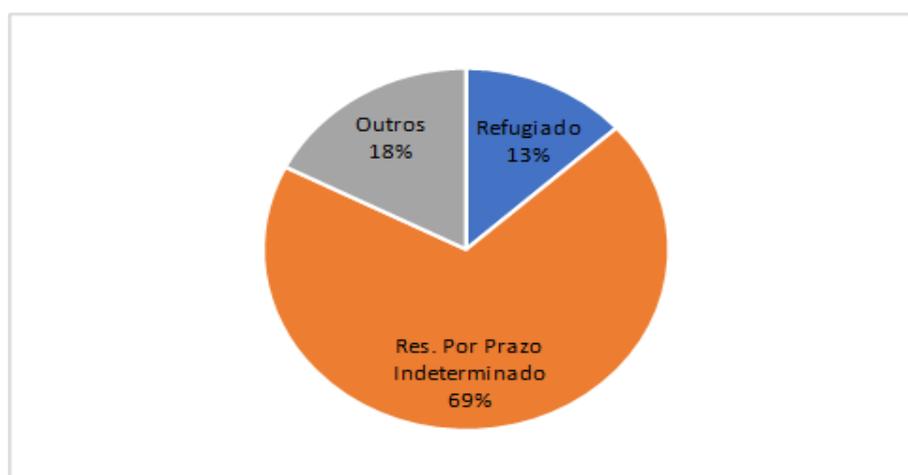
familiar, comunicação de viagem, autorização de viagem e pedido de conversão da solicitação de refúgio em pedido de extensão dos efeitos da condição de refugiado, solicitação de certidão confirmatória da condição de refugiado, pedido de desarquivamento da solicitação da condição de refugiado, que foram todos contabilizados sob a descrição “Atendimento Setor de Proteção”, que incluem os atendimentos jurídicos extrajudiciais.

b) Orientação sobre pedidos de naturalização

Os processamentos dos pedidos de naturalização, em 2020, haviam sido parcialmente suspensos pela Polícia Federal em virtude da declaração de emergência em saúde pública. A Plataforma Naturalizar-se passou a processar os pedidos de naturalização a partir de novembro de 2020, quando entrou em vigor a Portaria nº 623. Em 2021, as orientações sobre os pedidos de naturalização focaram na operacionalidade da Plataforma Naturalizar-se e nas novas exigências da Portaria. Um dos maiores desafios encontrados pelas pessoas interessadas em aplicar para a naturalização foi o cumprimento da exigência para comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa. Essa temática exigiu esforços de *advocacy* pelo IMDH, cujas ações foram descritas e apresentadas no Projeto 9.

Ao longo do ano foram realizadas orientações a respeito dos processos de naturalização previstos pelo ordenamento brasileiro. A naturalização ordinária, a mais comum dentre as possibilidades, abarca aqueles que residem de forma permanente no Brasil há mais de quatro anos ou, caso possuam filho ou cônjuge brasileiro/a, que tenham mais de um ano de residência permanente. Observou-se um aumento bastante expressivo na procura por atendimento e orientação sobre os procedimentos de naturalização em comparação ao ano de 2020. Assim, no ano de 2021 foram realizados **144 atendimentos** referentes à naturalização, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1.4 – Atendimentos sobre naturalização - Por condição migratória



Fonte: Banco de Dados IMDH

1.5.3 Atividades de Informação e Sensibilização

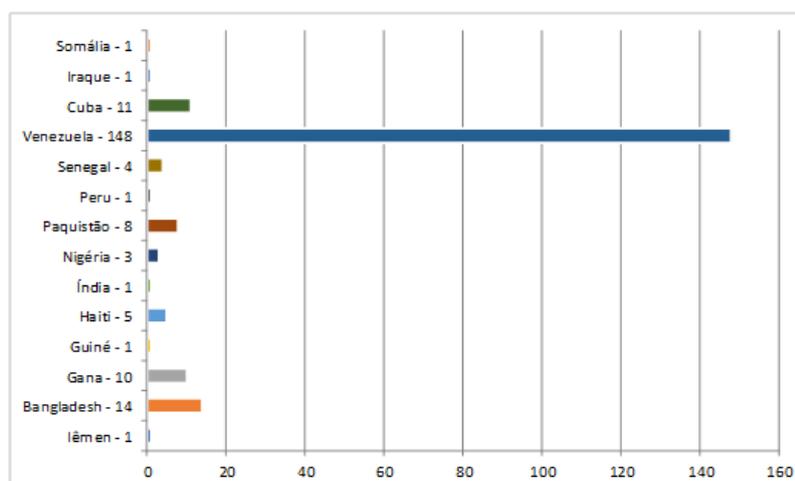
A pandemia da Covid-19 impôs medidas de distanciamento e isolamento social como forma de evitar a propagação do vírus. A partir desse cenário, o IMDH promoveu reuniões semanais, às sextas-feiras, com migrantes, refugiados e solicitantes da condição de refugiado por meio da plataforma virtual *Zoom*. A atividade, denominada “**Vencendo dúvidas de Migrantes e Refugiados**” se propôs a responder as principais dúvidas e demandas da população de interesse, bem como promover um espaço de trocas e diálogos entre a Instituição e a comunidade migrante, além de fortalecer laços com as lideranças das comunidades, um importante passo para construção e elaboração de encontros em prol de demandas dos grupos.

Foram realizadas **36 reuniões** durante o ano de 2021. As principais questões apresentadas estavam relacionadas ao benefício do Auxílio Emergencial, regularização migratória, documentação, diferenças entre o refúgio e a autorização de residência, dificuldades de agendamento na PF, solicitação de apoio socioassistencial, validação de diploma obtido no exterior, curso de português para fins de naturalização, processo de naturalização, reunião familiar, informações sobre a situação da fronteira, trabalho, emprego e acesso a direitos. Ao longo das reuniões, contamos com a participação de **209 pessoas**, sendo **148 nacionais** da Venezuela.

Um aspecto muito importante acerca dessa atividade reside na promoção, pelo IMDH, de um espaço de partilha e fortalecimento comunitário do público de interesse, permitindo a troca de experiências e informações. Em diversos momentos observamos uma postura de ajuda mútua, sendo as dúvidas respondidas pelos próprios migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio.

No total, participaram migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio de **14 nacionalidades**, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1.5 - Atividade "Vencendo dúvidas de migrantes e refugiados" em 2021 – Distribuição por nacionalidade



Fonte: Banco de Dados IMDH

O IMDH em março também propiciou, em parceria com o Laboratório Sabin, em Brasília DF, exames de rotina para mulheres migrantes durante todo o mês de março, em referência ao **Março Rosa**. Através dessa ação objetivou garantir o acesso a serviços de saúde, que em geral é burocrático e agravado por conta da situação migratória dessas pessoas, a dificuldade com o idioma, entre outras. A parceria estabelecida entregou pacotes (voucher) de exames de rotina a **50** mulheres migrantes. Ademais, no mês de maio, o IMDH promoveu rodas de conversas online sobre saúde feminina para mulheres migrantes e refugiadas. As reuniões, que ocorreram via Zoom, tiveram o objetivo de informar mulheres entre 14 e 45 anos e /ou com ciclo menstrual ativo sobre seus direitos em saúde e sobre acesso a serviços relacionados na rede local. As participantes tiveram também direito a retirada de um kit de higiene, contendo calcinha absorvente, ação em parceria com a Pantys.

As ações de acesso a serviços de saúde voltaram a se repetir em novembro, agora voltado ao público masculino, em referência à campanha **“Novembro Azul”**, mês de conscientização sobre o câncer de próstata. A parceria entre o IMDH e o Laboratório Sabin foi importante e ofereceu pacote de exames preventivos gratuitos para homens com idade acima de 40 anos, pensando no cuidado que o homem também deve ter com a sua saúde. Esta ação teve duração entre novembro e dezembro de 2021, e beneficiou **30** homens migrantes e refugiados.

1.5.4 Atividades em conjunto com o ACNUR

Além das atividades descritas, realizadas em conjunto com o público de interesse e órgãos públicos, o setor de proteção do IMDH também realizou, no decorrer do ano de 2021, diversas atividades em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.

Dentre essas atividades, destacamos a participação nas reuniões do Setor de Proteção e Subsetor de Proteção à Criança e Adolescente da Plataforma R4V – Resposta a Venezuelanos e Venezuelanas. No âmbito das atividades da Plataforma, o IMDH colaborou com a elaboração de material informativo a ser distribuído em cartórios de registro civil abordando questões relativas ao direito de registro de crianças. Trata-se de um ofício redigido colaborativamente pelas organizações participantes do subsetor de Proteção à Criança da Plataforma R4V dirigido a Ofícios de registro civil, contendo modelos dos documentos migratórios para consulta em caso de dúvida ou desconhecimento. Diante das frequentes recusas de cartórios a registrar crianças filhas de pais migrantes, muitas vezes indocumentados, o ofício busca esclarecer que os direitos relativos ao registro civil de nascimento devem ser garantidos às crianças nascidas no Brasil, de acordo com a legislação brasileira e internacional, visando evitar dificuldades e violações de direitos nos cartórios.

O IMDH auxiliou nos ciclos de Monitoramento de Proteção do ACNUR, envolvendo entrevistas remotas e divulgação da enquete, importante ferramenta cujas

informações coletadas servirão para orientar programas e intervenções conjuntas visando a maior efetivação dos direitos das pessoas de interesse.

Avaliação dos Resultados

O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios ainda relacionados à pandemia da COVID-19. As restrições de entrada e a dificuldade de documentação agravaram a situação de muitas famílias que já se encontravam em uma situação de vulnerabilidade. O IMDH continuou trabalhando firme com os serviços essenciais de apoio socioassistencial, orientação e informação ao público, bem como os esforços de incidência continuaram, adaptadas ao contexto social e sanitário. O IMDH atuou proporcionando canais de atendimento remoto às demandas do público-alvo (WhatsApp, e-mail e telefone) e promovendo atividades que, mesmo virtualmente, aproximassem as pessoas de interesse. Avaliamos que a despeito de todos os esforços, os desafios persistem e devem se intensificar em 2022, referente notadamente, a documentação das pessoas que têm ingressado irregularmente no Brasil devido ao fechamento das fronteiras; a grande demanda reprimida de renovação de documentos; e a garantia da subsistência da população em situação de vulnerabilidade.

Total de pessoas beneficiadas: **3.111 pessoas**

PROJETO 2 – Imigrantes: defesa de direitos e documentação

Objetivo: Atender, assistir, e viabilizar a documentação e facilitar a integração sociocultural de pessoas imigrantes que procuram o IMDH ou as entidades-membro da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, especialmente em situação de maior vulnerabilidade.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021

Descrição das Ações:

- Prestar serviços de atendimento a imigrantes, encaminhamento a serviços públicos, orientações gerais e defesa de direitos;
- Fazer atenção na identificação de casos em que haja indícios de tráfico de Pessoas ou contrabando de migrantes e encaminhar para os mecanismos adequados para as providências que couberem.
- Prestar assistência a imigrantes em busca de sua regularização migratória;
- Prover atendimentos a imigrantes que se encontram em situação de risco social ou pessoal
- Fomentar a aprendizagem do idioma português e a participação em eventos de integração intercultural.

Público alvo: Pessoas imigrantes residentes no Brasil, prioritariamente as que se encontram em situação de risco social ou pessoal que necessitem de documentação.

Metas de Atendimento: Acompanhar no mínimo 90% dos processos de regularização migratória/ano solicitados por imigrantes e prestar assistência social para documentação tanto às pessoas que vêm ao IMDH, quanto às que procuram as entidades da RedeMiR.

Recurso financeiro utilizado: O trabalho é oferecido gratuitamente. As despesas de manutenção e expediente são compartilhadas pelos colaboradores do IMDH e, outra parte assegurada entre os diversos serviços prestados pela entidade.

Recursos humanos envolvidos: Assistente de integração, assistente jurídico, auxiliar administrativo, assistente de secretaria, gerente administrativo/financeiro, assistente administrativo/financeiro, comunicadora social, assistente sociolaboral, assessora de diretoria, voluntários e diretoria do IMDH.

Abrangência territorial: Nacional.

Participação dos usuários: Através de instrumentos e coleta de informações junto às entidades parceiras da RedeMiR. As pessoas que são atendidas diretamente no IMDH opinam sobre os serviços prestados e dão suas sugestões.

Desenvolvimento do Projeto

2. Introdução

Em 2021, foram atendidas, neste projeto, 456 pessoas de 42 nacionalidades. O projeto abrange migrantes nas mais diversas situações ou condições migratórias. Inclui também crianças nascidas no Brasil, filhas de imigrantes. Não estão incluídas aqui pessoas com status de refugiado ou solicitantes de refúgio, cujo informação está no projeto 1, deste relatório anual.

Há um grande número de venezuelanos presentes no Brasil na condição de imigrantes, entretanto, no Relatório Geral do IMDH todos eles estão incluídos no Projeto 1, que contempla refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas de interesse, seguindo o entendimento do ACNUR.

A atuação do IMDH contempla o apoio na regularização migratória e renovação de documentos vencidos, apoio na busca por emprego, incentiva o aprendizado da língua portuguesa, além de orientar sobre acesso aos serviços públicos e prestar apoio socioassistencial. Dessa forma, mesmo imigrantes já regularizados, retornam ao IMDH quando precisam de apoio ou novas orientações.

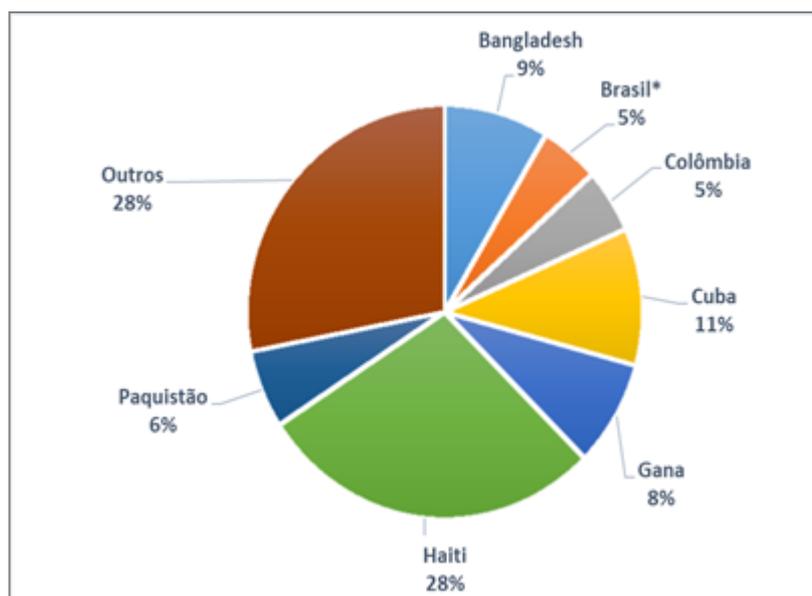
O ano de 2021 foi marcado pelo início da vacinação contra a Covid-19 e pela volta do atendimento por parte da Polícia Federal. A partir do segundo semestre, houve também a reabertura gradativa das fronteiras terrestres. No IMDH, frente às recomendações de biossegurança, os atendimentos permaneceram de forma remota: via telefone, WhatsApp, e-mail e outros canais de comunicação institucional.

2.2 Perfil da População Atendida

Tabela 2.1 – Imigrantes atendidos/as, por nacionalidade.

País de Nacionalidade	Nº de Pessoas	País de Nacionalidade	Nº de Pessoas	País de Nacionalidade	Nº de Pessoas
Afeganistão	1	Egito	4	Nigéria	14
Angola	1	Equador	2	Paquistão	28
Argentina	14	Estados Unidos	1	Paraguai	3
Bangladesh	39	Filipinas	1	Peru	8
Bélgica	1	Gana	38	Quênia	4
Benin	1	Guiné	4	Rep. Dem. do Congo	5
Bolívia	6	Guiné Bissau	4	Rep. Dominicana	1
Brasil*	22	Haiti	129	Senegal	14
Burquina Faso	1	Honduras	1	Sérvia	2
Camarões	5	Índia	8	Síria	4
Canadá	1	Líbano	1	Tongo	4
Chile	5	Libéria	1	Tunísia	1
Colômbia	23	Líbia	1	Turquia	1
Cuba	49	México	1	Uruguai	2
Total					456

Fonte: Banco de dados do IMDH

Gráfico 2.1 – Imigrantes atendidos/as por nacionalidade em 2021

Fonte: Banco de dados do IMDH

*Dependentes de imigrantes nascidos no Brasil.

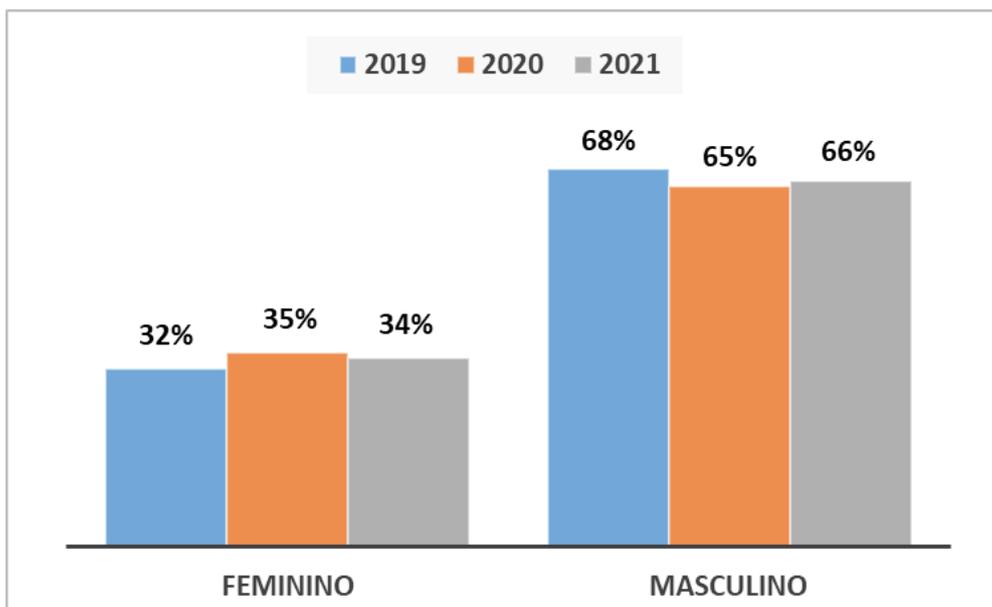
Apesar de que o maior movimento migratório atual é de migrantes venezuelanos, maior parte dos atendidos no IMDH continua sendo de nacionalidade haitiana (**129**) o que corresponde a **28%**, do total dos atendimentos. Tenhamos presente que os venezuelanos estão contemplados no Projeto 1, deste relatório, como pessoas de interesse do ACNUR e também pela grande quantidade que habitualmente apresenta solicitações de refúgio.

Quanto ao atendimento de haitianos, houve uma redução significativa no atendimento em relação aos anos anteriores. Isso se deve ao fato da Embaixada do Haiti no Brasil ter determinado em 2020, que as solicitações de passaportes passaram a ser feita diretamente pelos interessados junto à Embaixada e não mais através de instituições como vinha ocorrendo.

É possível observar, também, um aumento na quantidade de nacionais de Cuba (**49**) e que **71%** destas pessoas estão indocumentadas, devido à impossibilidade de registro migratório na Polícia Federal por terem entrado no Brasil de maneira irregular.

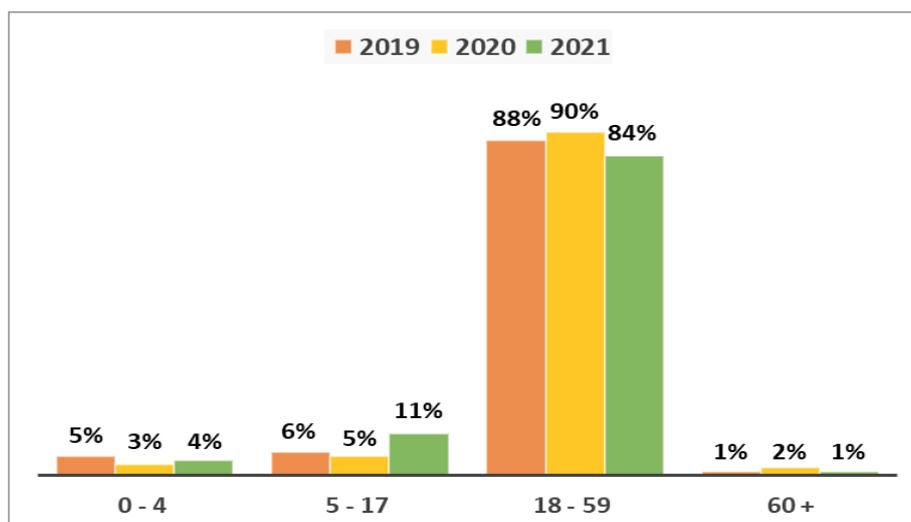
A relação de brasileiros atendidos refere-se a filhos de imigrantes, nascidos no Brasil, que receberam atendimento do IMDH, de acordo com a necessidade e situação de vulnerabilidade em que suas famílias se encontram.

Ao desagregar os dados por gênero, é possível observar uma leve redução da população feminina, na comparação entre 2020 e 2021, e correspondente aumento na população masculina:

Gráfico 2.2 – Imigrantes atendidos/as - por gênero (Comparativo anual - 2019 a 2021)

Fonte: Banco de dados do IMDH

Mulheres/meninas se deparam em condições normalmente mais difíceis do que os homens no processo migratório e de integração. De modo particular, as mulheres estão à frente das tarefas domésticas, do cuidado das crianças, do acompanhamento de pessoas com necessidades especiais; são as que mais sofrem com a violência baseada em gênero, abuso emocional e sexual, e, as que enfrentam maiores dificuldades de inserção laboral no mercado de trabalho formal. Portanto, sublinhamos que a atenção a mulheres e crianças é uma das prioridades do IMDH nos atendimentos de assistência emergencial e demais projetos desenvolvidos.

Gráfico 2.3 – Imigrantes atendidos/as - por faixa etária (Comparativo 2019 a 2021)

Fonte: Banco de dados do IMDH

Houve aumento no percentual de crianças e adolescentes atendidos no Instituto e uma leve redução no número de adultos entre 18 e 59 anos assistidos. Esses dados podem estar relacionados aos processos de reunificação familiar, que basicamente consiste em adultos que já estão no Brasil há mais tempo, e possuem autonomia econômica, trazem, através do visto por reunião familiar, seus filhos que ficaram em seus países de origem. Também pode ser relacionado ao fato de, após algum tempo que já se encontram no Brasil formam famílias e tem filhos no País.

Isto evidência que a maior parte da população imigrante atendida integra a “população economicamente ativa” e busca inserção, no mercado de trabalho. Esse é um fator interessante, visto que a migração tem grande capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico da comunidade de acolhida.

Ao longo de 2021, mesmo imigrantes que residem em outros estados do Brasil buscaram atendimento remoto no IMDH, sobretudo na área de documentação e apoio socioassistencial. Em muitos casos, essas pessoas foram orientadas a buscarem outras organizações da RedeMiR mais próximas de sua localidade.

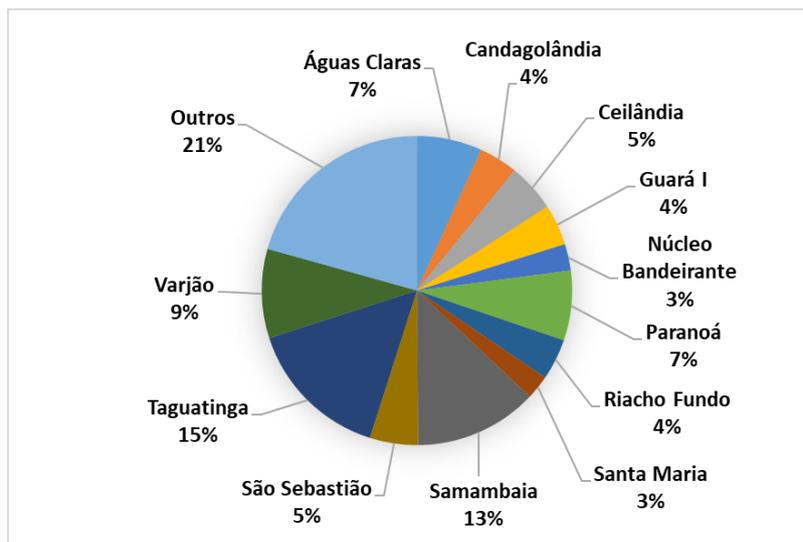
Tabela 2.2 – Imigrantes atendidos/as, segundo a UF de residência

UF	Nº de Pessoas
Acre	1
Distrito Federal	397
Goiás	31
Minas Gerais	1
Mato Grosso	4
Paraná	3
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Sul	4
Santa Catarina	7
São Paulo	5
Não informado	1
Total	457

Fonte: Banco de Dados do IMDH

Do total de migrantes atendidos em 2021, **87%** moravam no DF (**397 pessoas**) e **13%** em diferentes UF's, foram atendidos remotamente (**60 pessoas**). No que se refere aos imigrantes que residem no DF, de acordo com o informado na ocasião do último atendimento prestado, a maior concentração está nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Varjão, como é possível ver no gráfico abaixo. Contudo, não é possível afirmar que os assistidos continuam morando nessas regiões específicas, ou mesmo se permanecem no Distrito Federal.

Gráfico 2.4 – Imigrantes atendidos/as, segundo a localidade de Residência no DF



Fonte: Banco de Dados do IMDH

2.3 Atendimentos prestados:

O IMDH atua em cinco eixos: **apoio socioassistencial; inserção escolar e cultural; proteção, documentação e proteção; trabalho, emprego e geração de renda; e, incidência por políticas públicas e garantia de direitos**. Relataremos aqui a atuação nos três primeiros eixos, pois os outros dois, têm seus relatórios específicos.

Os atendimentos são realizados em resposta às necessidades que os imigrantes demandam. No primeiro contato, os beneficiados recebem orientações sobre políticas públicas brasileiras, sobre o aprendizado da língua portuguesa, sobre como obter a documentação básica, tal como o CPF. No contexto da pandemia, a entrega de folhetos, cartilhas e outros materiais contendo essas orientações foram adaptados, tais informações foram compartilhadas através de folhetos digitais, links de websites, entre outros.

a. Apoio socioassistencial, inserção escolar e cultural

Tabela 2.3 - Atendimentos prestados por eixos

Eixos	Atendimento ou serviço prestado	Atendimentos
Apoio Socioassistencial	Orientações Gerais	517
	Auxílio Transporte	23
	Auxílio Alimentação*	14
	Doação de Cesta Básica	126

	Doações de móveis, roupas e outros itens	28
	Encaminhamento para albergue	3
	Encaminhamento para SUS	1
	Encaminhamento para CRAS/CREAS	5
Inserção Escolar e Cultural	Aulas de Português	24
	Encaminhamento para estudos	4
	Atividades Interculturais e de lazer*	8

Fonte: Banco de dados do IMDH

*Para mais informações consultar Projeto 1.

A demanda mais frequente dos migrantes é de “Orientações Gerais”, o que significa: esclarecimentos de dúvidas, cadastro e atualização de dados cadastrais, informações e outros temas diversos e abrangentes da vida na condição de pessoas que estão buscando se inserir em país que não é o seu habitual ou de sua nacionalidade.

O encaminhamento aos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) visou, em grande parte, a realização do cadastro ou recadastro no CadÚnico para acesso ao Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil, a matrícula de crianças em creches públicas e o encaminhamento de idosos para o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, em 2021 o “Encaminhamento para albergue” refere-se ao direcionamento das pessoas em situação de rua às unidades do CREAS ou UNISUAS – Central de Vagas de Acolhimento e Atendimento Emergencial, onde podem solicitar abrigo temporariamente.

Na área de saúde, de maneira geral, os imigrantes conseguem acesso aos serviços públicos através do Sistema Único de Saúde (SUS). O ano em epígrafe, mais uma vez, se mostrou um ano atípico, devido demanda na rede de saúde provocada pela pandemia do COVID-19. Durante os períodos onde os índices de casos cresceram significativamente, os centros de saúde e hospitais passaram a atender apenas casos urgentes em virtude da superlotação de hospitais e centros públicos de saúde. Quando possível oferecer o atendimento, no caso de medicamentos, se o remédio não estiver disponível na rede pública, o IMDH atende o migrante e adquire o medicamento, mediante apresentação de receita médica válida e assinada.

A maior parte dos itens domésticos e alimentos doados pelo IMDH são obtidos através de campanha permanente de coleta de doativos junto à comunidade, que auxilia o Instituto a cumprir a sua missão de auxiliar os mais vulneráveis. Durante o período de serviços semipresenciais, deu-se continuidade à distribuição das cestas básicas, assim como adotou-se a doação de cesta básica financeira para apoiar que vive longe ou que devido à pandemia não poderia vir ao IMDH.

A área educacional e cultural é primordial para integração do imigrante no Brasil, principalmente o aprendizado da língua portuguesa. Em razão a isso, buscou-se sempre

orientar os migrantes para terem acesso a materiais, a cursos e às entidades parceiras do IMDH que oferecem curso de introdução ou aprofundamento do idioma. No decorrer do ano, foram divulgadas oportunidades de aprendizado à distância, assim como oportunidades de cursos de capacitação. Ademais foram realizados atendimentos de “encaminhamento para estudos”, relativos às informações sobre matrícula em escolas de ensino fundamental e médio, universidades e inscrição no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), vestibular, ENCCEJA e outros.

b. Eixo Proteção, Documentação e Processos

O atendimento para “orientações sobre documentos” refere-se ao esclarecimento de dúvidas sobre documentação a qual o imigrante esteja necessitando, em especial sobre a emissão de CTPS, CPF, CRNM. O atendimento “serviços diversos junto à Polícia Federal” refere-se aos formulários de autorização de residência, registro, substituição ou alteração do prazo de CRNM e agendamentos para atendimento na Delegacia de Imigração da Polícia Federal. Já o atendimento “informação sobre processo”, diz respeito à consulta de processos e requerimentos em trâmite nos órgãos responsáveis.

Tabela 2.4 – Atendimentos prestados

Atendimento ou Serviço prestado	Nº de atendimentos
Orientação sobre documentos	530
Serviços diversos junto à Polícia Federal	198
Atendimentos relativos à Naturalização	103
Informação sobre processos	10
Orientações e apoio para Reunião familiar	15
Encaminhamento e acompanhamento de casos na DPU	9
Orientações para renovação de passaporte	2
Obtenção de Passaporte	2
Obtenção de Certidão Consular	2

Fonte: Banco de dados do IMDH

Diante da publicação da Portaria Nº 21-DIREX/PF, de 2 fevereiro de 2021, a Polícia Federal, prorrogou os prazos de vencimento de protocolos, carteiras e outros documentos relativos às atividades de Regularização Migratória, suspensos a partir de 16 de março de 2020, considerando-os válidos até 16 de setembro de 2021. Mais tarde, em 17 de agosto de 2021, foi publicada a Portaria Nº 25/2021-DIREX/PF, prorrogando novamente os prazos até o dia 15 de março de 2022 e assim estipulando esta data como limite para regularização dos documentos migratórios vencidos.

Neste ano, a Polícia Federal retomou o atendimento presencial e a forma de agendamento pelo sistema online. Assim, o IMDH, atuou diretamente nas orientações e agendamentos para regularização migratória junto à Polícia Federal.

2.3.1 Obtenção de documentos junto à Embaixada do Haiti

Se comparado aos anos anteriores, observa-se uma redução significativa de nacionais do Haiti atendidos durante o ano de 2021. Como já referido, desde 2020, a modalidade para obtenção de passaportes e documentos na Embaixada do Haiti foi alterada. Por isso, o IMDH passou a direcionar a comunidade haitiana à própria Embaixada, dando instruções pontuais, quando necessário. As orientações são passadas majoritariamente através do telefone, quando recebemos ligações provenientes de vários estados do Brasil. Entretanto, o pedido do documento à Embaixada passou a ser de inteira responsabilidade do interessado.

Levando em consideração tal mudança, em 2021 o Instituto apenas realizou o acompanhamento de pedidos pendentes, que já haviam sido encaminhados para regularização antes das mudanças procedimentais.

Ao todo, foram atendidas 8 pessoas com respeito a serviços consulares na Embaixada. Desses, quatro imigrantes haitianos foram orientados sobre obtenção de passaporte, em que dois foram retirados na Embaixada e enviados com sucesso aos requerentes por intermédio do Instituto e os outros dois receberam orientação sobre o procedimento de renovação. Quanto à solicitação e obtenção de certidão consular, foram passadas orientações a três pessoas e uma certidão foi obtida e entregue. No ano em questão, não houve pedidos de certidão de solteiro, mandato e declarações de validade da carteira de habilitação haitiana.

Avaliação dos Resultados

Mesmo considerando as adversidades decorrentes da pandemia, a resposta do Instituto às demandas e o resultado dos serviços prestados são satisfatórios e alcançaram a muitos imigrantes. Ainda mais considerando que, devido ao contexto pandêmico, o alcance das informações e orientações foi dificultado e os recursos se tornaram mais escassos. De toda forma, o IMDH seguiu prestando assistência e promovendo a integração e acolhimento dos imigrantes, obedecendo às limitações impostas pelas medidas de distanciamento social.

Cabe destacar, em especial, a relevância dos atendimentos de apoio com documentação, orientações sobre processos e orientação sobre acesso a direitos e benefícios, como essenciais para propiciar a integração da população migrante. Da mesma forma, o apoio com doação de cesta básica se mostrou como uma ferramenta muito importante de combate à insegurança alimentar diante do período conturbado que o mundo vive e que se são ainda mais desafiadores para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Total de pessoas beneficiadas: 457

PROJETO 3 – Extensão em Roraima: IMDH Solidário

Objetivo: Contribuir na atenção, assistência e integração de pessoas solicitantes de refúgio, migrantes e refugiadas venezuelanas, com atenção específica, primordial e prioritária, embora não excludente, às mulheres e crianças migrantes, para que possam encontrar em nosso país uma oportunidade de vida digna e trabalho decente, com efetiva integração.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021.

Descrição das Ações:

- Prestar assistência material e financeira, principalmente às mulheres e crianças, segundo disponibilidade de recursos e de acordo aos convênios firmados para este fim.
- Prestar atendimento às mulheres e crianças em suas várias demandas, especialmente as emergenciais;
- Fornecer orientações gerais e preparação dos pedidos de refúgio ou de residência;
- Realizar agendamento dos respectivos pedidos na Polícia Federal;
- Realizar agendamento de pedido de Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Promover e realizar atividades coletivas de orientação, informações e esclarecer dúvidas à população migrante venezuelana;
- Produzir e distribuir materiais informativos em diferentes idiomas, especialmente português e espanhol;
- Participar em atividades coletivas e parcerias no Estado de Roraima, e outras;
- Atuar na incidência por políticas públicas e medidas em favor da causa das migrações e do refúgio;
- Apoiar ações relacionadas à interiorização para outras cidades do país;
- Apoiar, acompanhar, participar nas ações socioassistenciais realizadas em Pacaraima (Roraima).

Público alvo: Pessoas migrantes, solicitantes de refúgio, apátridas, especialmente venezuelanas, com prioridade às mulheres e crianças;

Metas de Atendimento: Atender e prestar assistência à pelo menos 80% das mulheres e crianças migrantes venezuelanas que procurarem o Instituto;

Recurso financeiro utilizado: O trabalho é oferecido gratuitamente. As despesas de manutenção e expediente, bem como os valores destinados a bolsas subsistência, são subsidiados, além de doações e colaborações de benfeitores, por outras fontes: ACNUR, ONU Mulheres e o próprio IMDH.

Recursos humanos envolvidos: 4 funcionários permanentes e estagiárias/os.

Abrangência territorial: estadual e, em alguns aspectos, também nacional.

Participação dos usuários: Regularmente, são realizadas Rodas de Conversa sobre temas específicos. Em parceria com o ACNUR, é realizada a atividade de Diagnóstico Participativo.

Desenvolvimento do Projeto

3. Introdução

O IMDH, para fortalecer o serviço que desde fevereiro de 2017 vinha prestando no conjunto da causa dos migrantes e refugiados em Roraima, estabeleceu, em março de 2018, uma unidade de atendimento em Boa Vista.

Sob a denominação de IMDH Solidário, o escritório realiza atendimentos a mulheres e crianças migrantes e refugiadas, articulando também ações que abrangem o município de Pacaraima, situado na fronteira Brasil-Venezuela. Em 2021, ainda diante da pandemia de COVID-19 os trabalhos do IMDH Solidário foram realizados respeitando as recomendações de biossegurança nos atendimentos prestados à população, mas nunca suspendendo o atendimento. Foram adotados equipamentos e modalidades adequadas, de modo a dar continuidade aos trabalhos a fim de não prejudicar as pessoas em suas necessidades principalmente de documentação e de suporte alimentar ou com produtos de higiene.

A fronteira Brasil-Venezuela continuou fechada até o mês de junho/2021, sendo aberta em 23/06 por meio de publicação da Portaria Interministerial 655. Esta abertura gerou um aumento considerável na busca por regularização migratória na cidade de Boa Vista. Juntamente com a flexibilização das recomendações sanitárias, os atendimentos presenciais nas instituições da Sociedade Civil e em órgãos públicos competentes, como a Polícia Federal, aumentaram gradualmente os serviços à população migrante.

O atendimento possibilitou a percepção do agravamento das vulnerabilidades dessa população, principalmente de famílias que moram em ocupações espontâneas e/ou que a/o chefe de família perdeu seu trabalho que, normalmente, é informal. Houve também aumento dos casos de pessoas sendo desalojadas, expulsas dos espaços alugados por não terem renda para cumprir com o pagamento do aluguel, aumentando o número de pessoas em situação de rua. Com isso, cresceu a necessidade de ações emergenciais de proteção e de doação de itens básicos como cesta básica e auxílio financeiro à esta população.

Este capítulo detalha as atividades desenvolvidas pelo IMDH Solidário no referido ano, desde os seus esforços nos atendimentos e serviços prestados, até as ações nas

quais colaborou para a defesa e proteção dos direitos dos migrantes e refugiados na comunidade de acolhida, mesmo em um cenário de pandemia de COVID-19.

3.2 Atendimentos prestados

Eixo 1. Acolhida e apoio socioassistencial

No âmbito do convênio com ACNUR, o Instituto viabiliza apoio financeiro de emergência por meio da concessão de bolsa subsistência (CBI), de acordo com os critérios já estabelecidos na Agência da ONU para Refugiados.

Oferece, também, por sua responsabilidade e com apoio de colaboradores doações de itens de primeira necessidade; atua para assegurar que migrantes tenham acesso a atendimentos de saúde, encaminhando-as para o SUS; sempre que possível, adquire medicamentos e/ou acompanha pacientes em hospitais, fornece assistência para inserção das famílias em programas sociais, e participa de ações de apoio às pessoas desabrigadas.

Na tabela abaixo estão registrados o total de atendimentos neste eixo socioassistencial. Vale ressaltar que se trata de atendimentos prestados e não a quantidade de atendimentos recebidos por pessoa.

Tabela 3.1 - Atendimentos de Acolhida e apoio socioassistencial

Tipo de atendimento	Total de atendimentos
Entrevistas para bolsa subsistência (Convênio ACNUR)	122
Registro de beneficiárias da bolsa subsistência (Convênio ACNUR/IMDH)	610
Doações diversas (roupas, móveis, artigos para casa, fraldas, leite em pó)	870
Projeto Angel Gabriel	1.364
Rodas de Conversas	70
Total	3.036

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

3.2.1. Projeto Anjo Gabriel no IMDH Solidário

O Projeto Anjo Gabriel tem como objetivo apoiar por um mês os filhos de mulheres migrantes e refugiadas, que tenham entre 6 meses a 3 anos de idade, com itens de nutrição e higiene. Juntamente, orientar as mães sobre os cuidados necessários a fim de suprir parte da necessidade alimentar e reduzir os riscos de desnutrição e/ou problemas relacionados ao asseio das crianças. O kit Angel Gabriel é composto por: 1 pacote de Mucilon ou outro produto correspondente; 1 lata de leite integral em pó; 1 pacote de fraldas; 1 pomada para assaduras. Sendo entregue por 4 semanas a famílias contempladas pelo projeto, ao todo foram **1.364 kits entregues**.

Em 2021, seguindo os protocolos de biossegurança de prevenção a COVID-19, o IMDH Solidário distribuiu 1.364 kits, assistindo **216 crianças** migrante, refugiadas e

brasileiras, por um período que variou entre 1 e 2 meses cada criança. Diante do grau de vulnerabilidade em que as crianças se encontram na cidade de Boa Vista/RR o benefício é entregue por mais de um mês.

3.2.2 Bolsa Subsistência

A bolsa subsistência (CBI na sigla em inglês) para pessoas em situação de alta vulnerabilidade, é um dos eixos de trabalho do IMDH Solidário e amplamente procurado pelos migrantes e refugiados que estão vivendo em espaços cedidos, alugados ou em situação de rua. Sendo assim, foi uma atividade de suma importância para o escritório do IMDH Solidário neste período de pandemia. Como agente aplicador, o IMDH Solidário impulsiona esse projeto, sob orientação do IMDH sede, seguindo regras e orientação do próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Para a entrega das bolsas foram seguidas as precauções sanitárias de prevenção a Covid-19. E, após a flexibilização das recomendações sanitárias, as entrevistas voltaram a serem feitas de forma presencial. Em 2021, o IMDH Solidário entrevistou 122 pontos focais familiares e, destes, 117 se enquadraram nos critérios de vulnerabilidades para recebimento da bolsa. Assim, foram beneficiados 380 migrantes e refugiados. E, de acordo com as necessidades específicas apontadas nas entrevistas, as famílias recebiam de 1 a 3 parcelas. Abaixo estão registradas as pessoas beneficiadas com bolsa subsistência, identificadas por faixa etária e gênero.

Tabela 3.2 - Bolsas subsistência IMDH Solidário Boa Vista – Projeto ACNUR

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total	
	em números	em %	em números	em %	em números	em %
0 a 4 anos	40	10,7%	39	10,4%	79	20,9%
5 a 17 anos	75	19,7%	66	17,3%	141	37,1%
18 a 59 anos	26	6,8%	121	31,8%	147	38,6%
60 anos ou mais	4	1%	9	2,3%	13	3,4%
Total:	145	38,2%	235	61,8%	380	100%

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

3.2.3 Rodas de Conversa

Com intuito de construir um espaço seguro de diálogo entre mulheres migrantes e refugiadas, no ano de 2021, o escritório do IMDH Solidário realizou rodas de conversas sobre os temas de Violência Baseada em Gênero (GBV, sigla em inglês), documentação (solicitação de refúgio, reconhecimento da condição de refugiados e residência temporária) e os direitos da criança e do adolescente. Ao todo, 70 mulheres migrantes e refugiadas participaram das atividades, que tiveram apoio de entidades parceiras como: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Cáritas Diocesana de Roraima e Fundação Fé e Alegria.

Eixo 2. Inserção Educacional e Cultural

O aprendizado do idioma é um passo fundamental para a efetiva integração dos migrantes e refugiados. Como instrumento importante para a introdução ao idioma, o Instituto fornece a “Cartilha Multilíngue para Migrantes e Refugiados”, organizada pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos em parceria com várias organizações que contribuíram para sua edição. O material foi produzido pelo IMDH e parceiros, e possui conteúdo do vocabulário básico para comunicação em 5 idiomas: Português, Inglês, Francês, Creole e Espanhol. O objetivo da cartilha é auxiliar no diálogo e vida diária de migrantes, refugiados e apátridas na sociedade brasileira, contribuindo para seu processo de integração.

O material é um dos itens mais procurados e sua distribuição é realizada durante os atendimentos diários. Ademais, com o propósito de ampliar o alcance do material aos migrantes, o IMDH fornece a cartilha também a instituições parceiras, conforme evidenciado na tabela.

Tabela 3.3 - Distribuição da “Cartilha Multilíngue”

LOCAL	QUANTIDADE
Entrega direta no IMDH Solidário	2.355
Entregues à Cáritas Diocesana de Roraima	150
Entrega ao ACNUR	600
Entrega ao Serviço Jesuíta a migrantes e refugiados - SJMR	150
Entrega à Fraternidade Sem Fronteiras – FSF	50
Total de cartilhas distribuídas	3.305

Fonte: Registro -IMDH Solidário

Eixo 3. Proteção e Documentação

Como parte de sua atuação na proteção dos direitos humanos e promoção da cidadania, o IMDH Solidário fornece assistência aos solicitantes de refúgio e migrantes nos procedimentos de regularização migratória, incluindo: encaminhamentos à Polícia Federal; orientações e preenchimento de formulários; acompanhamento de processos em trâmite; pedidos de residência temporária e de reconhecimento da condição de refugiados; fornecimento de fotos; fotocópia de documentos pessoais, e todo o necessário para que as mulheres e crianças atendidas tenham sua situação migratória regularizada no Brasil.

No ano de 2021, a Polícia Federal aumentou de forma progressiva sua capacidade diária de processamento. Com isso, o IMDH Solidário também ampliou suas condições de atendimento presencial a fim de beneficiar o maior número possível de pessoas. Para seguir as recomendações de biossegurança e evitar aglomerações, os atendimentos para a documentação foram pré-agendados via WhatsApp, assim cada núcleo familiar comparecia ao escritório de acordo com o horário marcado, para fazer a elaboração da pré-documentação. Na tabela 3.4 demonstra o total de encaminhamentos do IMDH Solidário à Polícia Federal em 2021.

Tabela 3.4 - Atendimentos para Proteção, Documentação e Processos

Tipo de atendimento	Total de atendimentos
Solicitação de refúgio de casos preferenciais (Polícia Federal)	817
Documentação/registro de Refugiados Reconhecidos	171
Pedido de Residência Temporária (Polícia Federal)	2.423
Total	3.411

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

Eixo 4. Integração Comunitária e Econômica

3.2.4 Projeto ONU Mulheres

O Projeto Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para Mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil, realizado pelo IMDH Solidário e a ONU Mulheres, tinha como objetivo contribuir com as iniciativas conjuntas na resposta adequada às necessidades das mulheres migrantes, requerentes de asilo, refugiadas e da comunidade de acolhida no Brasil.

O projeto teve a finalidade de fortalecer os mecanismos de proteção e promover o empoderamento feminino utilizando o empreendedorismo como ferramenta. Ao todo foram beneficiadas 300 mulheres, totalizando 368 subsídios distribuídos, pois uma mesma pessoa pode ter recebido mais de uma vez dependendo da modalidade do projeto que estava inserida, como demonstrado na tabela 3.5. A parceria entre IMDH e ONU Mulheres contemplou três modalidades de bolsas que foram ofertadas para as beneficiárias: 1) Bolsa para mulheres que participaram do curso de empreendedorismo, ofertado em parceria com o SENAI, e que oportunizaram os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de um plano de negócios; 2) Bolsa para mulheres em processo de interiorização; e, 3) Bolsa para mulheres que tiveram à situação de vulnerabilidade social agravada pela pandemia de COVID-19.

Tabela 3.5- Projeto ONU Mulheres

Tipo de atendimento	Total de atendimentos
Bolsa Empreendedorismo	86
Bolsa para Interiorização	73
Bolsa situação COVID-19	209
Total projeto ONU Mulheres	368

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

Tabela 3.6 - Síntese de Atendimentos por Eixos

Linhas de atuação (atendimentos prestados)	Número de atendimentos
EIXO 1. Acolhida e apoio socioassistencial	3.036
EIXO 2. Integração Educacional e Cultural	3.484

<i>EIXO 3. Proteção, Documentação, Processos</i>	3.421
EIXO 4. Trabalho, Emprego e Geração de Renda	363
Total de atendimentos	10.304

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

A tabela 3.6 sintetiza que o total de atendimentos nos eixos de atuação do IMDH Solidário foram **10.304**, mas observe-se que se trata de atendimento, porquanto o número de pessoas foi de **5.104 beneficiadas**.

3.3 Participações em eventos

O IMDH participa ativamente de Seminários, Debates, Jornadas e outros eventos sobre a temática da migração e refúgio, com propósito de fortalecer suas parcerias, bem como aprimorar o trabalho em conjunto para mobilizar ações efetivas para a população migrante, solicitante de refúgio e refugiada. As participações nos eventos permitem o intercâmbio interinstitucional e ampliam a possibilidade de envolver os Estados, as comunidades de acolhimento, organizações da sociedade civil e agências internacionais no fortalecimento de uma rede de proteção e apoio as pessoas que migram. Ademais, a presença em eventos possibilita que a equipe se mantenha em constante atualização e aprimoramento profissional.

Na tabela 3.7, está representada a participação do IMDH Solidário em diversos espaços de debate, seja como participante, expositor ou apoiador:

Tabela 3.7 - Participações em eventos no ano de 2021

Data	Evento	Breve descrição	Local
05/11	Reunião com o Alto Comissaria do Adjunto Raouf Mazou	Participaram: ACNUR, FSF, FIIH, ASVI, IMDH, SPM/Cáritas, SJMR, Casa do museu do Objetivo Brasileiro. Pauta: as dificuldades e desafios dos parceiros do ACNUR em Roraima, como a segurança e a saúde mental dos trabalhadores humanitários. Como também, afirmar que precisamos buscar soluções duradouras para a realidade do contexto migratório atual.	Presencial – Hotel Aipana
18/11	Audiência Pública sobre a crise migratória	A audiência pública foi articulada pelo Vereador Gabriel Mota a fim de discutir a crise migratória em Boa Vista/RR. Teve fala de representantes do EB, da prefeitura e câmara de Pacaraima, da Sociedade Civil, da Polícia Militar e os vereadores da casa. Discutiram sobre como a migração refletia e modificava o estilo de vida da sociedade boa-vistense.	Presencial – Câmara dos Vereadores

05, 07, 19, 21/10	XVII Encontro da RedeMiR	Devido às restrições para conter a pandemia de COVID-19, o encontro ocorreu online, por meio da plataforma Zoom. Foram várias oficinas, ao longo do mês de outubro. Um importante momento para articulações entre entidades, sociedade civil, organizações internacionais e demais parceiros na luta pela promoção de direito e proteção de migrantes e refugiados. O evento foi marcado por assuntos como fechamento das fronteiras e fluxo contínuo de pessoas; assistência aos refugiados na pandemia; medidas governamentais e proteção de migrantes, sobre apatridia, resiliência, além de compartilhamento de desafios e aprendizados, tudo coordenado pelo IMDH e mediado pelos facilitadores da organização FICAS.	Online
-------------------	--------------------------	--	--------

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

3.4 Reuniões

A participação em reuniões visando a melhoria da resposta humanitária aos imigrantes e refugiados é uma valiosa oportunidade para debater desafios, âmbitos de intervenção e soluções inovadoras para melhor acolher os fluxos migratórios na região. Nesse sentido, a equipe do IMDH Solidário participou, ao longo do ano de 2021, de reuniões com representantes de instituições, comissões de direitos humanos, agências da ONU e outros organismos para intercâmbio de informações e estabelecimento de parcerias. A breve descrição na tabela abaixo revela os esforços de uma ampla gama de atores envolvidos nas respostas às principais questões sobre os fluxos migratórios da região.

Tabela 3.8 - Presença do IMDH Solidário em reuniões no ano de 2021

Data	Evento	Breve descrição	Local
04/03	Reunião IMDH e ONU Mulheres	A reunião foi proposta pela ONU Mulheres com o objetivo de verificar a disponibilidade do IMDH em aceitar um acréscimo de recursos financeiros no Projeto CBI, parceria entre as duas instituições. Foi acordado que o IMDH faria uma consulta interna de disponibilidade de recursos humanos e materiais para dar um parecer à ONU Mulheres sobre a proposta.	Virtual - Plataforma Microsoft Teams
05/03	Reunião com Pol. Federal, ACNUR, OIM e Sociedade Civil	Alinhamento de atendimentos sobre documentação. Redistribuição de quantidade das vagas para pré-atendimento para regularização migratória.	Virtual - Plataforma Microsoft Teams
09/03	Comitê Técnico Projeto ONU Mulheres	Reunião entre ONU Mulheres e instituições parceiras para reapresentação do projeto e solicitar às instituições indicação de beneficiárias para recebimento de bolsas CBI oferecidas pelo projeto. Informes sobre a Força Tarefa para pagamento das bolsas CBI - COVID-19. Debate sobre os critérios e	Virtual - Plataforma Microsoft Teams

		formas para indicação de mulheres para bolsa na modalidade de empreendedorismo (solicitação de detalhamento da situação de cada beneficiária que estava pleiteando vaga nesta categoria).	
16/03	Comitê Técnico Projeto ONU Mulheres	O IMDH Solidário agiu e prestou apoio na ação conjunta do ACNUR, OIM e Paróquia Consolata organizassem o abrigo de pessoas que viviam em situação de rua.	Virtual - Plataforma Microsoft Teams
22/03	Reunião IMDH e ONU Mulheres	Esta reunião objetivou acordar, entre a equipe do IMDH e a ONU Mulheres, a forma como seria organizada a entrega dos recursos CBI para as mulheres beneficiárias no âmbito do Projeto.	Virtual - Plataforma Microsoft Teams
23/03	Comitê Técnico Projeto ONU Mulheres	Reunião para decidir o critério desempate entre as mulheres beneficiárias da bolsa na modalidade empreendedorismo. Solicitação para as instituições parceiras que continuem a indicar beneficiárias para as bolsas nas modalidades interiorização e COVID-19. Apresentação dos resultados do projeto até o momento.	Virtual - Plataforma Microsoft Teams
25/03	Reunião com a Operação Acolhida sobre atendimento de pessoas hipervulneráveis que estão sem documentação (Ação Civil nº 1001365-82.2021.4.01.4200 de 21/03/2021)	A Operação Acolhida convocou a reunião emergencial para tratar da decisão emanada na ação cível de 21 de março de 2021, onde há possibilidade de atendimento de pessoas indocumentadas, mesmo com a fronteira fechada. A sociedade civil, ACNUR e OIM estavam presentes, onde foi proposto pela Op. Acolhida que para poder realizar o atendimento das pessoas indocumentadas, deveria haver uma entrevista de hipervulnerabilidade. Houve dificuldades na definição sobre esta proposta, a qual não foi considerada adequada. Contudo, diante da decisão tomada pela Operação Acolhida, não houve possibilidades de alteração da sistemática.	Presencial - 1ª Brigada de Infantaria de Selva
30/03	Reunião com Polícia Federal sobre documentação em Roraima.	Em virtude da reunião do dia 25/03/2021 com a Op. Acolhida sobre o atendimento das pessoas indocumentadas, a Polícia Federal informou a adesão ao fluxo proposto, isto é, os migrantes indocumentados passarão por uma entrevista de hipervulnerabilidade para que possam realizar atendimento de regularização migratória.	Virtual – Plataforma Microsoft Teams
23/03	Visita da Associação de Bem com a Vida - ABV	A Associação de Bem com a Vida realizou visita ao escritório do IMDH em Roraima para apresentar as atividades que desenvolvem. Além disso, propuseram parceria para futuras atividades como rodas de conversas informativas. A ABV ministra aulas de	Presencial – Escritório do

		português para migrantes em algumas ocupações espontâneas em RR. Para apoiar na atuação da Associação, o IMDH disponibilizou 150 unidades da Cartilha Multilíngue.	IMDH Solidário.
05/11	Reunião Semanal Atendimento	A reunião contou com a participação de todas as entidades que atuam no PTRIG e representantes da Sociedade Civil. No primeiro momento foi discutido sobre a flexibilização da entrada dos beneficiários no espaço pelo período a tarde e um pedido da coordenação do PTRIG para criar mais mecanismos informativos. Ao final foi informado o treinamento de 20 militares para fazerem documentação aos sábados. Além de reforçarem que a partir de fevereiro de 2022 terá um aumento nas horas de funcionamento, ampliando, assim, o atendimento à População migrante..	Presencial - PTRIG
08/11	Alinhamento documentação ACNUR e Sociedade Civil	O alinhamento foi feito através de 5 pontos chaves levantadas pelo ACNUR. 1 - Como documentar pessoas que estão apenas de trânsito; 2 - As companhias aéreas Gol e Latam não aceitavam a Solicitação de Refúgio como documento oficial para as pessoas poderem viajar; 3- As dificuldades das pessoas que entram no Brasil por vias irregulares; 4 - A abertura de fronteira no Bonfim; 5 - Termo de guarda dos pais e/ou responsáveis para a documentação de menores.	Online – Microsoft Teams
11/11	GT - População fora de Abrigo	As organizações que participaram do GT foram: Refúgio 343, IMDH, Exército da Salvação, SJMR, OIM e EB. Foi discutido sobre a situação e o aumento do espaço da Rodoviária (PRA), juntamente com o convite dos participantes do GT a estarem presentes na mesa técnica que acontecerá em 25/11/2021. Outros pontos foram as ocupações que estão sendo desativadas e a preocupação do GT de onde essa população ficará. Por último foi debatido como irá acontecer o cadastro para o Auxílio Brasil.	Presencial – Escritório OIM
17/11	Alinhamento Documentação Sociedade Civil	A reunião tinha como pauta a Jornada no São João da Baliza, no final foi avaliado que seria melhor adiar para o ano de 2022, devido às mudanças internas que cada instituição estava sofrendo.	Virtual – Google Meets
19/11	Operação Acolhida - Reunião Semanal de Alinhamento dos atendimentos do PTRIG	Na reunião Semanal a Sociedade Civil foi informada que o PTRIG não iria mais funcionar aos sábados por conta de problemas contratuais dos terceirizados da PF. Dessa forma, a PF aumentou em uma hora de segunda-feira a quinta-feira o horário de atendimento, com isso as 410 vagas da Sociedade Civil foram distribuídas durante da semana. Também alinharam com quem ficaria as vagas remanescentes de documentação e aumentaram as vagas de proteção.	Presencial – PTRIG

22/11	Grupo de Trabalho - Proteção	O GT de Proteção atualizou sobre as mudanças e realocações que estão ocorrendo em Pacaraima; sobre o posicionamento técnico para menores desacompanhados; sobre o diagnóstico regional de GBV; e sobre a reestruturação dos abrigos indígenas.	Virtual – Zoom
23/11	Reunião Sociedade Civil	A reunião contou com a participação de todas as instituições da sociedade civil que trabalham com documentação. Teve como pauta a realocação de vagas que a Sociedade Civil pode encaminhar para PF. O IMDH pode encaminhar 145 beneficiários ao total. Compatibilidade com o leitor de tela ativada.	Presencial – no SJMR
25/11	Articulação do Serviço ao Migrante da Igreja Católica	Na reunião da Articulação do Serviços aos Migrantes da Igreja Católica buscou questionar as dificuldades que as entidades que atuam na Rodoviária estão sofrendo. Também reforçou a necessidade da criação de um Fórum Social, onde os âmbitos municipais e estaduais estejam presentes. Também foi articulada a criação do GT de Proteção e Incidência das entidades da Igreja Católica a fim de fazer advocacy no tema da migração no estado de Roraima. Com isso, a última reunião do ano foi agendada para o dia 17/12/2021, que buscará debater a agenda de 2022.	Presencial – Sede Cáritas
26/11	Operação Acolhida - Reunião Semanal de Alinhamento dos atendimentos do PTRIG	Na reunião semanal no PTRIG atualizou os casos de menores que a LATAM não deixa embarcar por falta de documentos oficiais com foto. Como também os problemas de realocação dos fluxos da OIM e do ACNUR. A Sociedade Civil utilizou esse espaço para atualizar o PTRIG como está remanejando as vagas de documentação entre as diversas instituições.	Presencial - PTRIG
03/12	Operação Acolhida - Reunião Semanal de Alinhamento dos atendimentos do PTRIG	A reunião contou com a participação de todas as entidades que atuam no PTRIG, o IMDH e SJMR. Abordou a reestruturação que possibilitou o fim da demanda reprimida em Pacaraima e a flexibilização de horário de atendimento na cidade fronteiriça. Também foram debatidos temas como a instabilidade do sistema SISMIGRA e como o PTRIG funcionaria no dia 25/12 e 31/12.	Presencial- PTRIG
09/12	Alinhamento do ACNUR, OIM e Sociedade Civil.	O PTRIG de Boa Vista estava articulando para que o atendimento de documentação funcionasse também das 17h às 23h de segunda a sexta. A Reunião solicitada pelo ACNUR foi para explicar essa nova proposta.	Online – Microsoft Teams
13/12	Grupo de Trabalho - Proteção	A reunião atualizou os participantes do GT sobre as mudanças que estão acontecendo nos abrigos e os dados coletados em Pacaraima. Os Abrigos indígenas estão sendo unificados, entretanto ainda não há consenso dos líderes de cada etnia. E sobre Pacaraima, grande parte dos venezuelanos que chegam ao Brasil não sabe a diferença entre residência e refúgio.	Online – Zoom Meetings

17/12	Criação do GT de Proteção e Incidência das Organizações da Igreja Católica	As Organizações da Igreja Católica perceberam a necessidade de haver mais alinhamento para a criação e construção de políticas públicas voltadas à migração. Desse modo, os encaminhamentos para o ano de 2022 são: Criação de um relatório em conjunto; Plataforma uniformizada de registros; participar na Conferência de Assistência Social em Boa Vista; Articulação para criação do Comitê municipal de migração; Curso de Incidência para articuladores da Sociedade civil. Sendo a próxima reunião na casa da Consolata.	Presencial – Sede Caritas
17/12	Articulação dos Serviços da Igreja Católica para Migração	A reunião abordou as mudanças que ocorrerão no PRA; a reforma do espaço cedido à Fé e Alegria na Consolata; discorreu resumidamente sobre o GT de Documentação e o GT de Proteção e Incidência. E reforçou a importância da criação de um calendário conjunto.	Presencial – Sede Jesuíta
21/12	Operação Acolhida - Reunião de Alinhamento do atendimento do PTRIG	A reunião tinha como pauta a alteração da quantidade de vagas disponíveis na Polícia Federal, as quais foram aumentadas de 360 para 400 atendimentos/dia. Também foi solicitado à Sociedade Civil que mandasse seus encaminhamentos para o turno noturno das 17h às 23h. A Sociedade Civil comunicou que veria a possibilidade dessas alterações.	Presencial - PTRIG
21/12	Alinhamento de Documentação Sociedade Civil	Foi discutido o aumento de vagas diárias da Sociedade Civil para o PTRIG, de 70 para 100. Sem contar com os 160 nos sábados. Cada instituição irá mandar 25 pessoas/dia aos sábados: SJMR 70 vagas; CMDH 40 vagas; IMDH 45 vagas. Ficou também acordado que o IMDH, por atender mulheres e crianças, para as quais o horário noturno é totalmente contraindicado, não agendaria ninguém para o turno noturno e que nos dias 23/12 e 30/12 encaminhariam 70 pessoas. Ficou o pedido de articular com o PTRIG para que os beneficiários da Sociedade Civil fossem atendidos pela manhã.	Online – Google Meets

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

3.5 Oficinas e formação

Além do atendimento direto à população migrante e refugiada, o IMDH Solidário participa em atividades de formação sobre a temática da migração e refúgio para melhor atuar na causa.

Tabela 3.9 - Oficina de formação

Data	Evento	Breve descrição	Local
15/12	Treinamento em Proteção Internacional	O treinamento foi ministrado por William Laureano, Senior RSD Assistant do ACNUR. E buscava esclarecer e atualizar aos trabalhadores humanitários que atuam no setor de documentação, sobre como	Presencial – SJMR

	I, Documentação e SISCONARE	funciona a entrevista e os processos do CONARE para o reconhecimento dos refugiados.	
--	-----------------------------------	--	--

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

3.6 Ações de mobilização ampla

O IMDH Solidário realizou, em 2021, diversas ações voltadas à população migrante. As ações sempre contam com a parceria de outras organizações que são imprescindíveis para a mobilização social e alcance dos resultados propostos.

Tabela 3.10 - Ações de mobilização ampla em 2021

Data	Evento	Breve descrição	Local
19/03	Atividade on-line: Vencendo Dúvidas de Migrantes e Refugiados	Reunião organizada pelo IMDH, para sanar dúvidas de migrantes e refugiados residentes no Brasil. As perguntas são feitas através de um formulário online enviado previamente à reunião. As dúvidas sanadas no encontro foram sobre documentação, ajuda financeira e SUS.	Virtual – Plataforma Zoom Meeting
03/11	Jornada de Documentação em São João da Baliza	A pauta da Reunião foi ordenar uma Jornada de documentação no sul do estado de Roraima, sendo beneficiados uma média de 150 migrantes e refugiados. A jornada aconteceria entre os dias 25/11 e 27/11. A reunião para os alinhamentos finais foi marcada para o dia 17/11/2021.	Virtual – Google Meets
19/11	Roda de Conversa com entrega de Mucilon e leite	O IMDH realizou entrega de Cereal infantil Mucilon e latas de leite em pó para mães com crianças entre 6 meses a 3 anos em situação de vulnerabilidade. O apoio financeiro foi da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A ação contemplou 48 famílias.	Escritório do IMDH Solidário
09/12	Roda de Conversa – 16 dias de ativismos contra a violência contra a mulher	A Atividade contou com a participação de representantes do ACNUR e do UNFPA e teve como objetivo ensinar as mulheres migrantes e refugiadas como identificar os tipos de violência baseada e gênero e quais os meios de denúncia. Ao final da atividade foram entregues 21 cestas básicas, às beneficiárias, em projeto apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).	Sala do Mexendo a Panela – Igreja da Consolata
17/12	Roda de Conversa – Apresentação do IMDH e Fé e Alegria	O IMDH Solidário, em conjunto com o Fé e Alegria, realizou uma roda de conversa com mulheres migrantes e refugiadas, em situação de vulnerabilidade. E contou com a participação da diretora do IMDH, Irmã Rosita Milesi e da representante do Fé e Alegria. Ao final da atividade foram entregues 19 cestas básicas em projeto apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do	Espaço Caritas Orinoco – Igreja da Consolata

		Brasil (CNBB)	
22/12	Roda de Conversa – Direito das Crianças e Adolescente	A roda, organizada pelo IMDH Solidário e Fé e Alegria, foi mediada pela Oficial de Proteção do IMDH, Marianna Borges Soares, e contou com a participação de 20 beneficiárias. Após a atividade, o IMDH Solidário entregou fraldas às participantes que tem crianças com menos de 2 anos.	Espaço Cáritas Orinoco – Igreja da Consolata
24/12	Encontro e apoio material: Mucilon e leite	Em alusão ao natal, o IMDH realizou entrega de Cereal Infantil - Mucilon e latas de leite em pó para mães com crianças entre 6 meses a 3 anos em situação de vulnerabilidade. Os itens foram financiados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A ação contemplou 20 famílias.	Escritório do IMDH Solidário
30/12	Apoio a mães gestantes e entrega de Fraldas	Em alusão ao ano novo, o IMDH realizou a entrega de fraldas dos tamanhos P, M e G, para mulheres grávidas a partir do 7 mês de gestação e mães com crianças de 6 meses a 3 anos de idade em situação de vulnerabilidade. A ação contemplou 30 mulheres.	Escritório IMDH Solidário

Fonte: Banco de dados - IMDH Solidário

Avaliação dos Resultados

Os resultados obtidos pela atuação do IMDH Solidário em Roraima, mesmo diante das adversidades causadas pela continuidade da pandemia, foram satisfatórios. O atendimento de 5.104 pessoas, nos quatro eixos em que atua, é um indicativo altamente expressivo, sobretudo pela necessidade e emergência de itens de grande importância, como a documentação, encaminhamentos, orientações, atenção para a solução de questões de saúde, entre outros.

A resiliência da organização e da equipe do IMDH foram pontos chaves para que a população de interesse não deixasse de ser assistida. As atividades realizadas em conjunto com os parceiros, como as jornadas no interior do estado, foram de extrema importância para que migrantes e refugiados fossem atendidos em sua totalidade.

Igualmente valioso é considerar a elaboração e distribuição de materiais informativos, como também fomentar momentos de troca entre migrantes e refugiados por rodas de conversas e sessões informativas, com o objetivo de promover o acesso a informações seguras e confiáveis pelos migrantes, facilitar esclarecimentos sobre seus direitos e deveres, garantir maior autonomia sobre suas atividades e ações e servir de instrumento para apoio na comunicação básica, especialmente no caso da Cartilha Multilíngue.

Número de pessoas diretamente beneficiadas: 5.104.

PROJETO 4 - Trabalho e emprego digno, geração de renda e capacitação

Objetivo: Contribuir com ações de apoio, orientação, informação, preparação e intermediação de mão de obra e encaminhamento a emprego e atividades de geração de renda para favorecer a inclusão laboral, produtiva e social de pessoas solicitantes de refúgio, refugiadas, imigrantes e apátridas.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021.

Descrição das Ações:

- Oferecer serviço de apoio à documentação e elaboração dos Currículos Pessoais a fim de que se possa assegurar o acesso legal e regular ao trabalho e emprego;
- Orientar sobre cursos profissionalizantes e de português, assim como a ações de introdução à cultura brasileira, promovido pelas entidades parceiras;
- Realizar e apoiar encontros formativos, Seminários e Rodas de Conversa, considerando a legislação trabalhista, relações com a sociedade, integração comunitária e econômica e capacitação para o trabalho;
- Apoiar iniciativas de geração autônoma de renda;
- Facilitar o acesso a instituições ou serviços públicos e privados que auxiliem as pessoas interessadas no desenvolvimento de atividades de empreendedorismo e geração de renda.
- Firmar parcerias visando o aprimoramento profissional e a sensibilização de potenciais empregadores;
- Apoiar crianças e adolescentes no acesso a escolas e programas de educação em prol da proteção de direitos e integração comunitária;
- Acionar mecanismos de vigilância para prevenir e evitar exploração no trabalho, tráfico de pessoas e trabalho análogo ao de escravo;

Público Alvo: Pessoas solicitantes de refúgio, refugiados, imigrantes e apátridas.

Metas de Atendimento: Assegurar que pelo menos 85% das pessoas que buscam o apoio do IMDH sejam atendidas e beneficiadas com alguma ação voltada ao seu ingresso ou melhoria no trabalho, emprego ou geração de renda.

Recurso financeiro utilizado: do IMDH, da OIM e de doadores.

Recursos humanos envolvidos: Equipe do IMDH, considerados de modo especial os apoiados pelo convênio IMDH/MJ/CONARE.

Abrangência territorial: Regional e, eventualmente, nacional.

Participação dos usuários: Nas Rodas de Conversa, em sugestões e avaliações deixadas em caixa destinada a essa finalidade e em demais eventos promovidos pelo setor.

Desenvolvimento do Projeto

Neste ano, além das atividades de integração comunitária e econômica, houve também atividades de apoio psicossocial com base comunitária. Para fins de organização, esta seção está organizada em dois blocos, seguida de uma conclusão. O total de pessoas beneficiadas apresentadas após a conclusão considera tanto as atividades de integração comunitária e econômica como as de apoio psicossocial.

4. Integração Comunitária e Econômica:

4.1 Introdução e Metodologia

Os migrantes e refugiados são uma força criativa e aportam benefícios significativos a suas novas comunidades em forma de capacidades, aumento da força de trabalho e diversidade cultural. Também tem papel importante na melhora das condições de vida e da economia em seus locais de origem, através da transferência de recursos financeiros e outros bens. Em uma escala macro, migrantes podem contribuir para o desenvolvimento sustentável local e internacional.

Ao mesmo tempo em que as pessoas migrantes são consideradas colaboradoras para o desenvolvimento, também são um grupo vulnerável que necessita de proteção. Se houver omissão quanto à proteção de pessoas refugiadas e migrantes, os impactos da migração podem ser negativos nas esferas individual, familiar, local e internacional.

O IMDH deu continuidade aos serviços de integração comunitária e econômica para este público, a fim de tentar diminuir o gap de assistência que esta população poderia sofrer com maior impacto. Assim como no ano anterior, devido a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID19, a maior parte dos atendimentos deste setor foram realizados de forma remota, através de mensagens de texto e áudio de WhatsApp e/ou vídeo chamadas e, pontualmente, houve atendimentos ou encontros presenciais nas dependências do IMDH ou em espaços de instituições parceiras.

Para o desenvolvimento das atividades, o IMDH contou com convênio celebrado com ACNUR. Além disso, a partir do mês de abril do ano corrente, firmou também convênio com a OIM, por meio do projeto “Oportunidades: Construindo Pontes”, que teve duração até o mês de dezembro de 2021.

4.1 .1 Metodologia e Resultados

A metodologia do trabalho deste setor previu três frentes de atuação, sendo elas:

- **Empregabilidade:** orientações acerca de direitos trabalhistas e estratégias de inserção no mercado de trabalho formal, elaboração de currículos profissionais, mediação com potenciais empregadores;
- **Empreendedorismo:** orientações sobre cursos de capacitação em temas relacionados (principalmente conteúdos disponíveis nas plataformas da Aliança Empreendedora e

do Sebrae), fornecimento de “capital semente” para projetos de geração autônoma de renda além de orientações, informações estratégicas sobre o tema e respectivo monitoramento, apoio para registro como Microempreendedor Individual (MEI) e outras atividades para formalização de empreendimentos, elaboração e distribuição de cartilha com conselhos sobre empreendedorismo no Brasil e rodas de conversa sobre gestão financeira.

- Capacitações e Profissionalização: orientação de adolescentes e jovens adultos e encaminhamento para maior facilidade de ingresso no Programa Jovem Aprendiz; divulgação de oportunidades de cursos em parceria com outras instituições.

A tabela a seguir mostra o número de atendimentos por atividade e a quantidade de pessoas beneficiadas. Vale destacar que a mesma pessoa pode receber mais de um atendimento.

Tabela 4.1 - Atendimentos do projeto em 2021

Nº	Tipos de Atendimento	Qtde.
1	Orientação sobre trabalho (contatos gerais, orientações sobre revalidação de diplomas, divulgação de vagas e títulos e encaminhamento para sindicatos)	629
2	Elaboração/atualização de CV e encaminhamento para vagas de trabalho	590
3	Capacitações (encaminhamentos para cursos de parceiros ou de instituições públicas)	276
4	Orientações sobre Programa Jovem Aprendiz e inclusão na plataforma do programa	212
5	Orientações e apoio financeiro para iniciativas de geração autônoma de renda	668
TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2021		2375
Número de Pessoas atendidas em 2021		768

Fonte: Banco de dados do IMDH

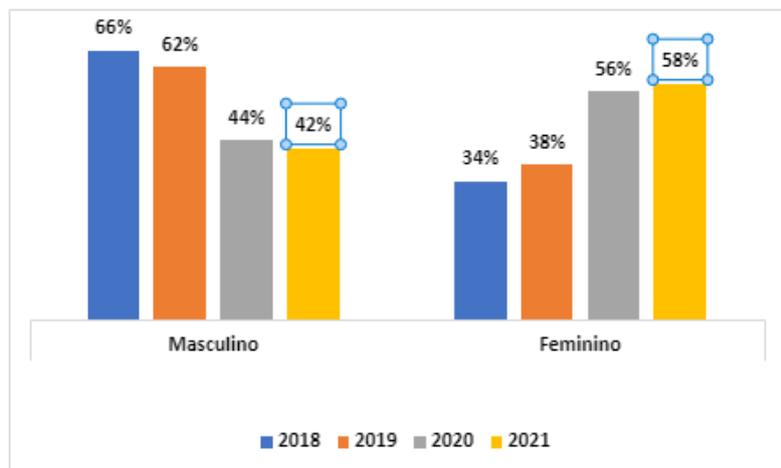
4.2 Perfil da população atendida

- 82% são nacionais da Venezuela;
- 58% são mulheres;
- 41% das pessoas atendidas pelo setor tem entre 18 e 30 anos;
- 13% das pessoas atendidas no setor tem entre 14 e 17 anos;
- Das 454 pessoas que temos informações sobre nível de escolaridade, 25% (112) possuem nível superior completo e 42% (192) finalizaram o ensino médio;
- 50% das pessoas atendidas são venezuelanos que tem residência temporária;

- 3% das pessoas atendidas estavam indocumentadas quando da data do atendimento;
- 24% das pessoas atendidas tinham residência em São Sebastião, 11% possuem residência em Taguatinga e outros 9% em Ceilândia;

Os gráficos e quadros explicativos abaixo revelam o perfil das pessoas atendidas em 2021 com atividades de integração econômica:

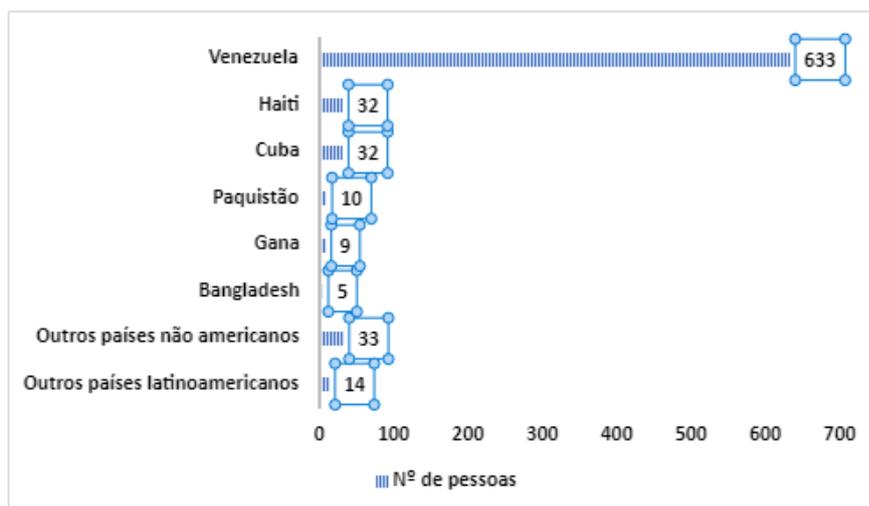
Gráfico 4.1 – Distribuição por Gênero – comparativo anual



Fonte: Banco de dados do IMDH

Houve um aumento de 2% no número de mulheres atendidas durante o ano de 2021, se comparado ao ano anterior. Esse aumento do número de mulheres migrantes, como pode ser observado, tem sido uma tendência nos últimos anos, bem como está alinhado a iniciativa institucional de prover maior apoio a pessoas em situação de alta vulnerabilidade, que em grande parte são mulheres, visto que enfrentam maior dificuldade de integração comunitária e econômica.

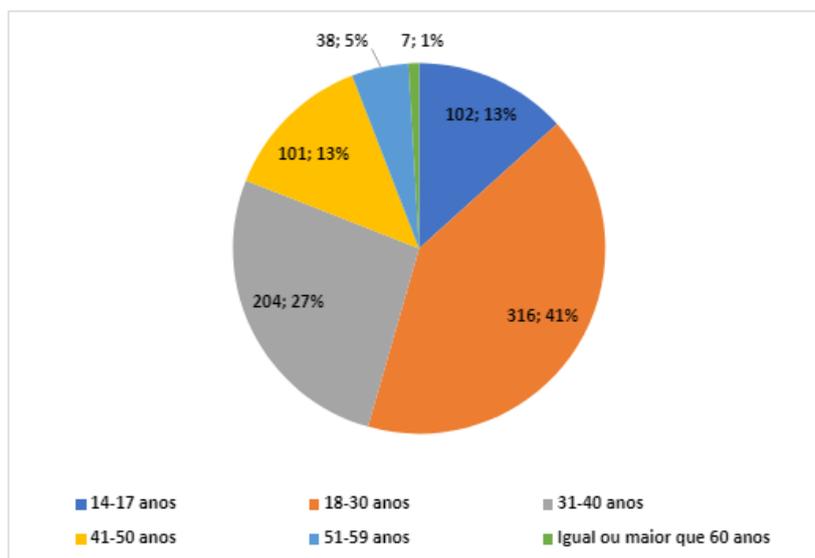
Gráfico 4.2 – Distribuição por Nacionalidade



Fonte: Banco de dados do IMDH

Assim como em anos anteriores, nacionais da Venezuela continuam a ser o maior grupo atendido, devido ao fluxo intenso de migrantes provenientes desse país e devido às possibilidades de regulação migratória através do pedido de residência ou solicitação de refúgio.

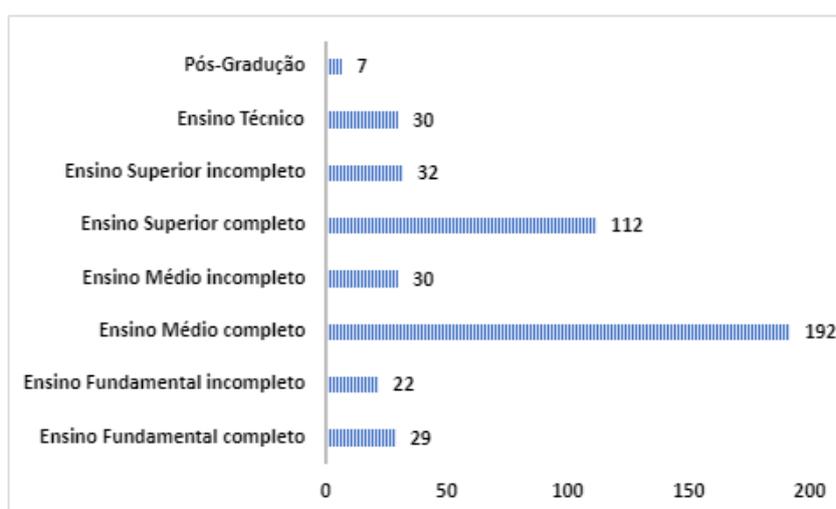
Gráfico 4.3 – Distribuição por Faixa Etária



Fonte: Banco de dados do IMDH

Destaca-se que o aumento no número de atendimentos para jovens entre 14 e 17 anos ocorreu devido aos encaminhamentos mais constantes para o Programa Jovem Aprendiz e também divulgação de cursos da plataforma Coursera.

Gráfico 4.4 – Nível de Escolaridade

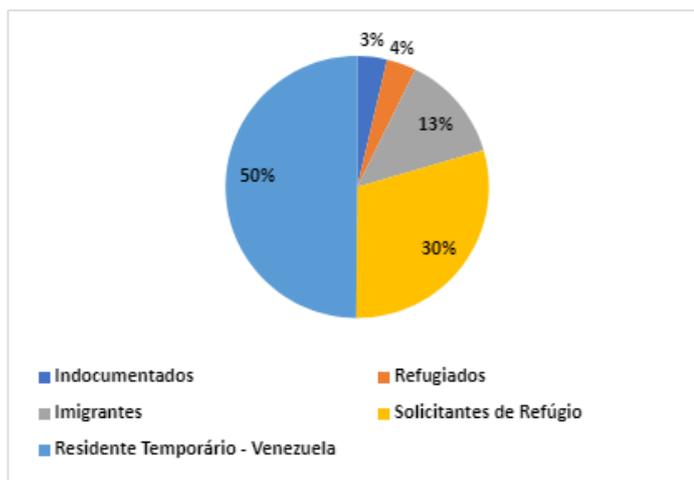


Fonte: Banco de dados do IMDH

Apesar de não haver esta informação sobre todas as pessoas atendidas, esses dados se fazem importantes para melhor compreensão dos encaminhamentos e

iniciativas que podem ser promovidos de forma a potencializar a integração dessas pessoas e de políticas públicas e atividades que possibilitem a continuidade de sua formação e capacitação.

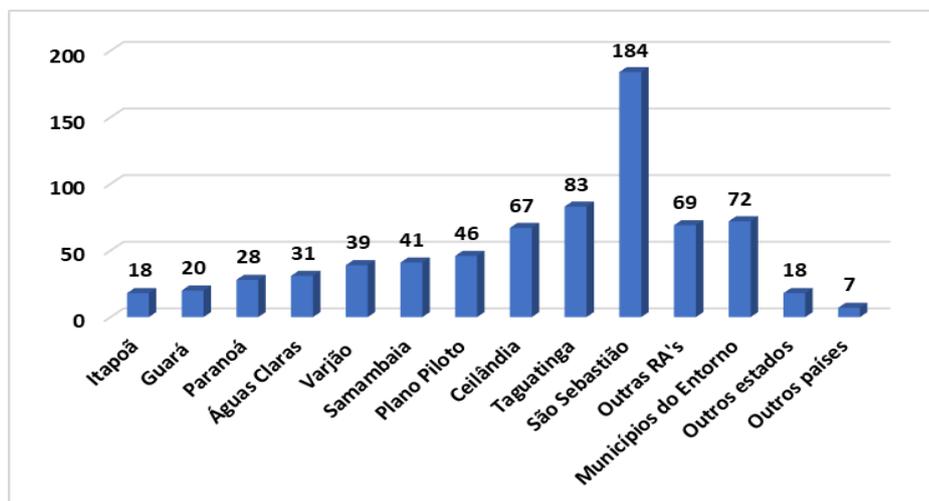
Gráfico 4.5 – Condição Migratória das pessoas atendidas



Fonte: Banco de dados do IMDH

Em 2021 houve um aumento do número de pessoas indocumentadas, em decorrência do fechamento das fronteiras terrestres brasileiras por conta da pandemia e da maior rigidez com respeito à regularização migratória de migrantes que entraram no País por vias alternativas, de forma irregular.

Gráfico 4.6 – Distribuição das pessoas atendidas no Distrito Federal e Entorno



Fonte: Banco de dados do IMDH

A maior parte da população atendida vive na região de São Sebastião. No entanto, considerando a região integrada de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia como um todo, o número de migrantes ultrapassa aqueles de São Sebastião. Além disso, houve atendimentos para pessoas que já eram acompanhadas pelo IMDH, mas que se

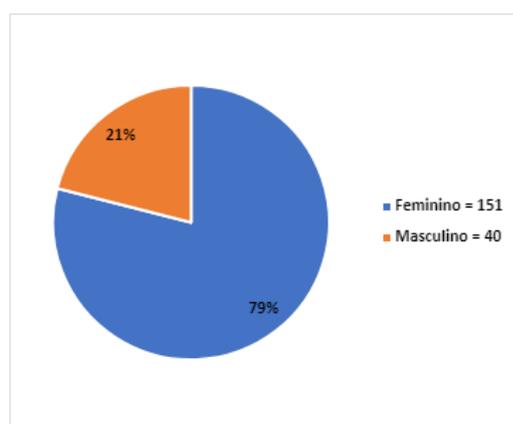
mudaram de Estado ou para outro País, antes ou depois de receberem o atendimento. Nesses casos, em sua maior parte o atendimento foi com orientações.

4.3 Empreendedorismo:

4.3.1 Perfil das pessoas atendidas pelo setor de Empreendedorismo

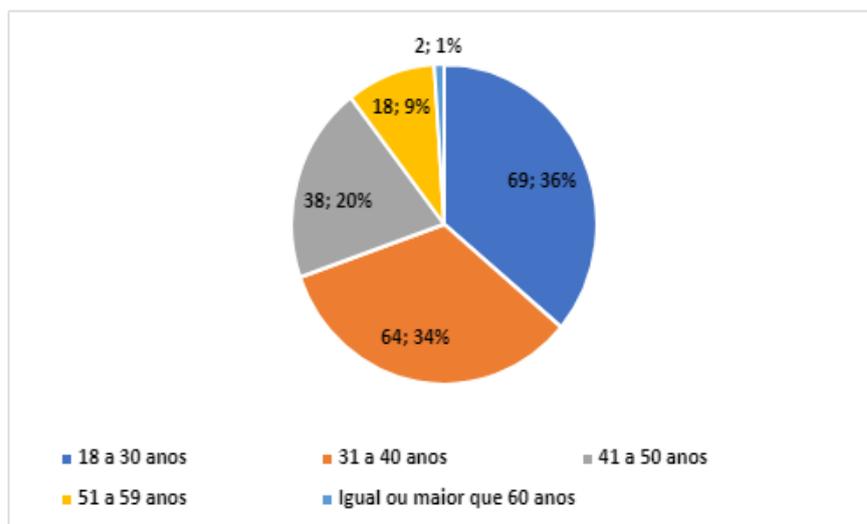
- 191 pessoas demonstraram interesse em iniciativas de geração de renda;
- 94% (179 pessoas) destas são de nacionalidade venezuelana;
- 79% das pessoas atendidas para Geração Autônoma de Renda são mulheres;
- Das mulheres, 98% possuem filhos menores de idade;
- 36% possuíam idade entre 18 e 30 anos;

Gráfico 4.7 – Gênero dos beneficiados pelo setor empreendedorismo



Fonte: Banco de dados do IMDH

Gráfico 4.8 – Faixa etária dos beneficiados pelo setor empreendedorismo



Fonte: Banco de dados do IMDH

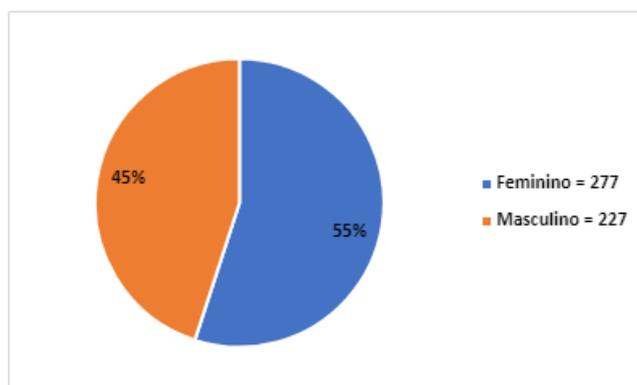
Resultados alcançados

- Apoio com recurso inicial para 42 projetos de geração autônoma de renda (35 negócios de mulheres e 7 de homens);
- Monitoramento de 42 projetos de geração autônoma de renda;
- 12 pessoas receberam recursos de microcrédito, em parceria com o ACNUR e Banco Pérola;
- 34 pessoas (27 mulheres e 7 homens) fizeram cursos de capacitação para empreendedorismo;
- 20 pessoas (18 mulheres e 2 homens) fizeram mais de um curso de capacitação para empreendedorismo;
- 17 migrantes declararam que a renda familiar aumentou em até 300 reais;
- 12 migrantes declararam que a renda familiar aumentou entre 300 e 1.000 reais;
- 1 migrante declarou que a renda familiar aumentou em mais de 1.000 reais;
- 9 migrantes informaram não ter iniciado o projeto de empreendedorismo;
- 62 beneficiários (50 mulheres e 12 homens) receberam orientações sobre registro de Microempreendedor Individual (MEI);
- 39 beneficiários (34 mulheres e 5 homens) fizeram o registro MEI;
- Cartilha “Consejos De Emprendimiento Para Personas Refugiadas y Migrantes em Brasil” elaborada em versão digital e impressa;
- Cartilha em versão digital foi compartilhada com beneficiários e disponibilizada em plataforma de outros atores, como o website da OIM e plataforma de cursos da Aliança Empreendedora.
- 51 mulheres receberam orientações acerca de planejamento econômico familiar através de rodas de conversa, palestras e workshops.

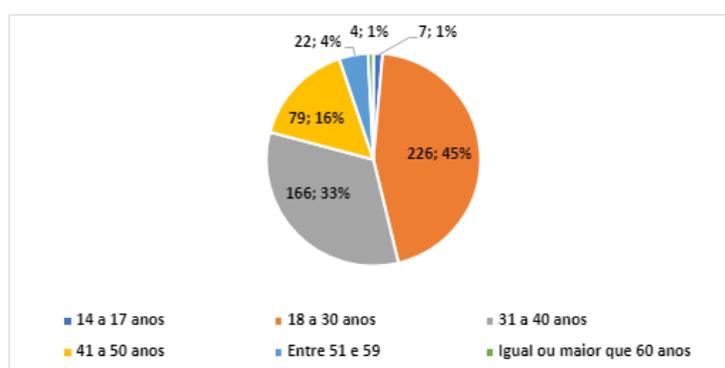
4.4 Empregabilidade

4.4.1 Perfil das pessoas interessadas em atividades laborais no mercado formal

- 55% das pessoas atendidas são mulheres;
- 45% das pessoas atendidas tem entre 18 e 30 anos;

Gráfico 4.9 - Gênero dos beneficiados pelo setor empregabilidade

Fonte: Banco de dados do IMDH

Gráfico 4.10 - Faixa etária dos beneficiados pelo setor empregabilidade

Fonte: Banco de dados do IMDH

Resultados alcançados

- 504 pessoas foram beneficiadas com as atividades que englobam: elaboração e/ou atualização de currículo, orientação sobre trabalho e compartilhamento de materiais sobre empregabilidade, divulgação de oportunidades e encaminhamento para vagas de trabalho, orientação sobre revalidação de diplomas e títulos e encaminhamento a sindicatos trabalhistas.
- 220 encaminhamentos para oportunidades de trabalho;
- 19 contratações efetivas (4 mulheres e 15 homens);

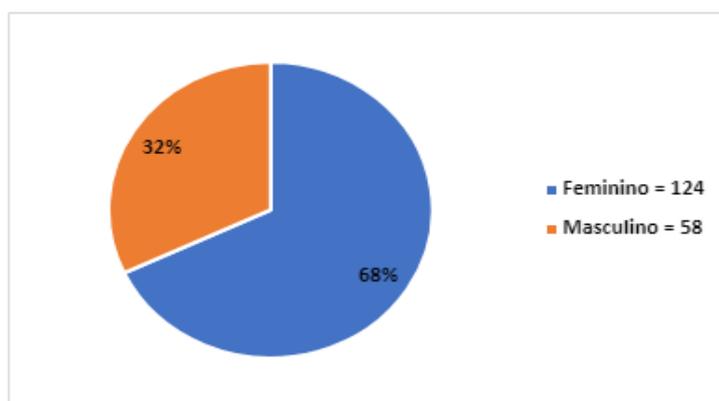
Aqui, fica visível a maior dificuldade enfrentada por mulheres para inserção no mercado formal de trabalho. Apesar de mais que o dobro dos beneficiários atendidos nesse eixo serem do gênero feminino, a maioria das ofertas de emprego são voltadas para o gênero masculino.

4.5 Capacitação e Profissionalização

4.5.1 Perfil das pessoas interessadas em atividades laborais no mercado formal

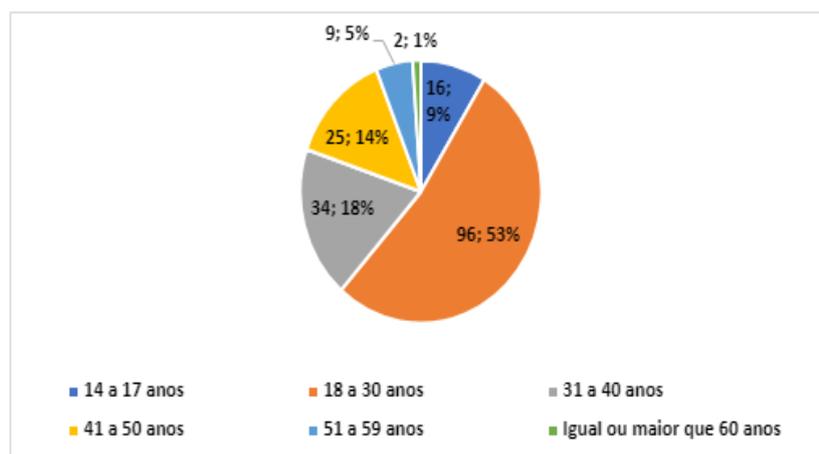
- 68% das pessoas interessadas em curso de capacitação eram mulheres;
- 53% das pessoas interessadas em cursos de capacitação tem entre 18 e 30 anos
- 54% do público orientado sobre Programa Jovem Aprendiz é composto por mulheres;
- 59% do público orientado sobre programa Jovem Aprendiz tem entre 14 e 15 anos;
- 35% do público orientado sobre programa Jovem Aprendiz tem entre 16 e 17 anos.

Gráfico 4.11 – Distribuição de gênero dos interessados em capacitação e profissionalização



Fonte: Banco de dados do IMDH

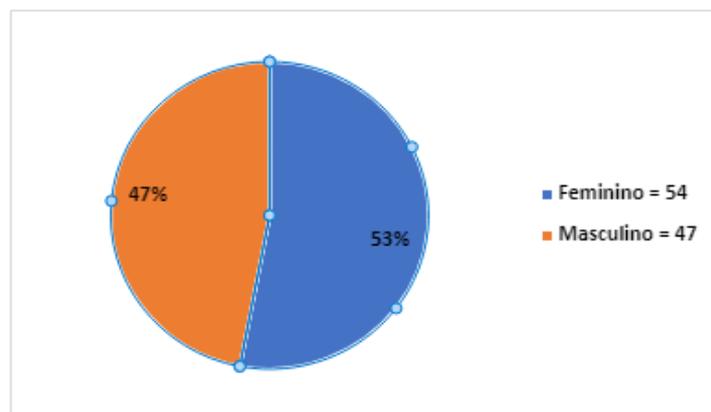
Gráfico 4.12 – Faixa etária dos interessados em capacitação e profissionalização



Fonte: Banco de dados do IMDH

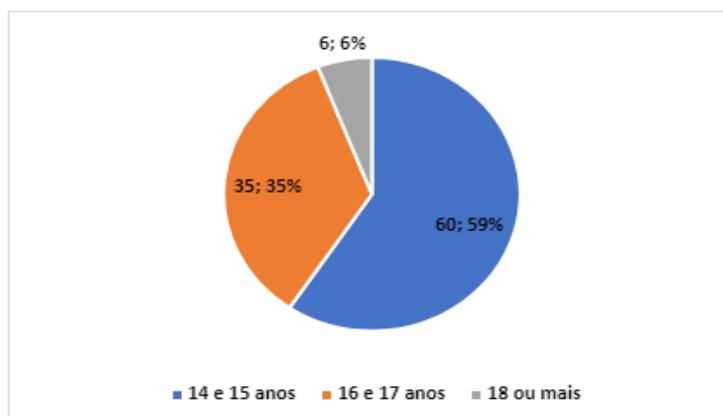
4.5.2 Perfil das pessoas interessadas no Programa Jovem Aprendiz

Gráfico 4.13 - Gênero dos interessados no Programa Jovem Aprendiz



Fonte: Banco de dados do IMDH

Gráfico 4.14 – Distribuição etária dos interessados no Programa Jovem Aprendiz



Fonte: Banco de dados do IMDH

Resultados Alcançados

- 41 pessoas finalizaram algum cursos de capacitação para o mercado formal;
- 101 adolescentes e jovens adultos receberam orientações e encaminhamentos para o Programa Jovem Aprendiz;
- 32 adolescentes participaram em oficinas e rodas de conversa on-line, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE);
- 30 adolescentes venezuelanos receberam apoio para desenvolvimento do perfil profissional e foram incluídos com códigos de prioridade na plataforma de recrutamento do programa Jovem Aprendiz;

- 2 adolescentes haitianos receberam apoio para desenvolvimento do perfil profissional e foram incluídos com códigos de prioridade na plataforma de recrutamento do programa Jovem Aprendiz;
- 10 adolescentes começaram a trabalhar como Jovem Aprendiz, sendo 8 mulheres e 2 homens.

Além do programa Jovem Aprendiz, no decorrer do ano, e em parceria com o ACNUR, foi divulgada a oportunidade de realizar cursos na plataforma Coursera, uma organização internacional que disponibiliza cursos on-line e gratuitos. A oportunidade foi divulgada para cerca de 80 pessoas e durante os monitoramentos, verificou-se o seguinte:

Tabela 4.2 – Monitoramento Coursera 2021

COURSERA 2021	
Inscrição na plataforma, mas não iniciou/ parou o curso	13
Inscrição na plataforma e está fazendo curso	5
Finalizou e recebeu certificado	1
Realizou ou está fazendo mais de um curso	2
Não interessados ou não realizaram inscrição na plataforma	61

Fonte: Banco de dados do IMDH

Diante disso, ressalta-se a necessidade de integração digital da população atendida, já que muitas das pessoas encaminhadas para essas oportunidades demonstraram dificuldade ou desconhecimento sobre como navegar nas plataformas, muitas vezes ocasionando na desistência ou baixo aproveitamento das capacitações. Além disso, muitas possuem acesso limitado a serviços de internet o que também prejudica o usufruto das oportunidades.

4.6 Apoio Psicossocial de Base Comunitária

4.6.1 Introdução

O termo psicossocial salienta a relação estreita entre os efeitos psicológicos e sociais em uma emergência. Os psicológicos referem-se às experiências que afetam as emoções, comportamento, pensamentos, memória e percepção e entendimento sobre a situação. Os efeitos sociais descrevem como a experiência de uma emergência altera as relações entre as pessoas e destas com a comunidade.

Os impactos psicológicos e sociais nas emergências são normalmente profundos a curto prazo, mas podem também minar a saúde mental e o bem-estar da população afetada a longo prazo. Cuidar destas necessidades é tão importante quanto satisfazer as necessidades básicas de água, alimento, saúde, abrigo e vestuário.

Os objetivos do apoio psicossocial de base comunitária incluem fortalecer os vínculos entre as pessoas e desta com a comunidade, contribuir para o alcance de uma certa estabilidade e um senso de normalidade, recuperar a esperança e aumentar a consciência (*awareness*) sobre a situação de crise e sobre a proteção de direitos. O

respeito e proteção dos direitos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para a sensação de bem-estar e saúde mental.

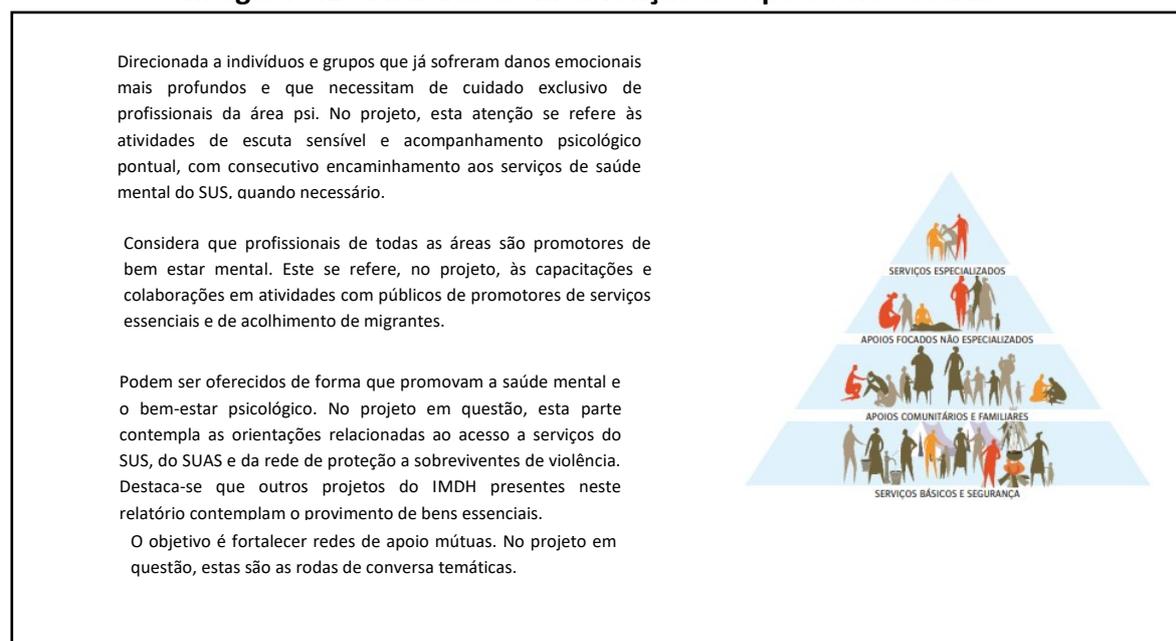
Em se tratando de população migrante e refugiada, quem muitas vezes vivenciou situações de emergências em seu país de origem, passou por um processo de migração que pode ter aumentado situações de risco e ruptura de vínculos e, ainda, pode estar vivenciando situação social vulnerável no país de acolhida sem rede de apoio ampla, o atendimento integral requer cuidado individual, para alívio de sofrimento, e comunitário, que favoreça vínculo entre os pares e também com a comunidade de acolhida.

Estas tensões e tendências inerentes à migração forçada combinadas com a situação que temos vivenciado no Brasil em relação à pandemia da COVID-19 e seus impactos que agravam os riscos para a situação de pobreza e exclusão podem promover efeitos representativos na saúde mental de migrantes e refugiados e sensação de desamparo e desesperança, além de isolamento comunitário. Sendo assim, para promoção de apoio psicossocial de base comunitária, focou-se na metodologia da Pirâmide de Intervenção de Apoio Psicossocial.

4.6.2 Metodologia e Resultados

O método de atenção em apoio psicossocial de base comunitária foi composto por quatro níveis transversais de atuação, representado por uma pirâmide, em acordo com as diretrizes internacionais. A base larga indica que um maior número de pessoas acessará tal medida, e o topo, que menos pessoas irão necessitar de tal intervenção quando os três níveis anteriores forem bem desenvolvidos. Os quatro níveis de atuação foram:

Imagem 4.1 - Pirâmide de Intervenção de Apoio Psicossocial.



Fonte: Elaboração feita pelo IMDH

Neste relatório, serão apresentados os resultados alcançados relativos aos níveis de apoio comunitário e familiar, apoios focados não especializados e serviço especializado, visto que os serviços básicos e segurança foram providos pelos demais setores do IMDH e tem os resultados descritos em outras seções deste relatório.

O número de migrantes beneficiados nestes três níveis – incluíram-se residentes temporários, solicitantes de refúgio e refugiados - é de 180 pessoas, e o de colaboradores que atendem ao público migrante – de organizações não governamentais e serviços públicos - é 76 colaboradores.

Tabela 4.3 –Nível de atendimentos -2021

Nível de Atendimento	Total de atendimentos
Serviços especializados	102
Apoios focados não especializados	76
Apoios comunitários e familiares	99
Total	277

Fonte: Banco de dados do IMDH

4.7 Apoios comunitários e familiares e Serviços especializados

Vale destacar que os migrantes, em sua maioria, receberam mais de um atendimento e participaram de atividades dispersas nos níveis da pirâmide, tanto apoio especializado como comunitário, o que explica o total não ser a soma das partes. Sobre o perfil das pessoas atendidas, os gráficos abaixo revelam este dado.

4.7.1 Nacionalidade

- 78% das pessoas que receberam atendimento em apoios comunitários e familiares e serviços especializados eram de nacionalidade Venezuelana, o que é proporcional, visto que é a população de fluxo mais intenso ao Brasil, atualmente.
- No entanto, é importante destacar as demais nacionalidades, considerando a multiculturalidade vigente. No âmbito do projeto, estas pessoas foram orientadas principalmente em relação ao acesso à vacina contra a COVID-19.

Tabela 4.4 – Distribuição das nacionalidades atendidas

Nacionalidade	Nº Beneficiários
Argentina	1
Bangladesh	2
Colômbia	3
Cuba	8
Filipinas	1
Guiné	1

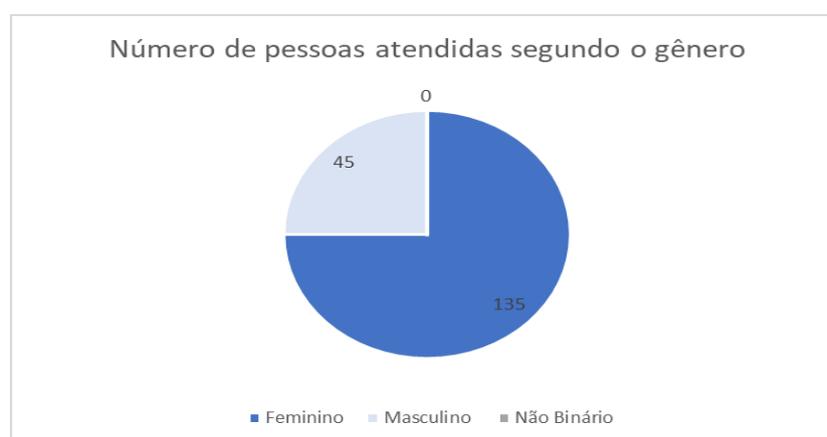
(Conakri)	
Haiti	7
Índia	1
Iraque	2
Nigéria	1
Paquistão	6
Rep Dem. Congo	2
Síria	2
Uganda	1
Venezuela	142
TOTAL	180

Fonte: Elaboração feita pelo IMDH

4.7.2 Gênero

- 75% das pessoas que receberam atendimento em apoios comunitários e familiares e serviços especializados foram mulheres;

Gráfico 4.15 – Distribuição de gênero dos atendimentos comunitários e familiares – 2021



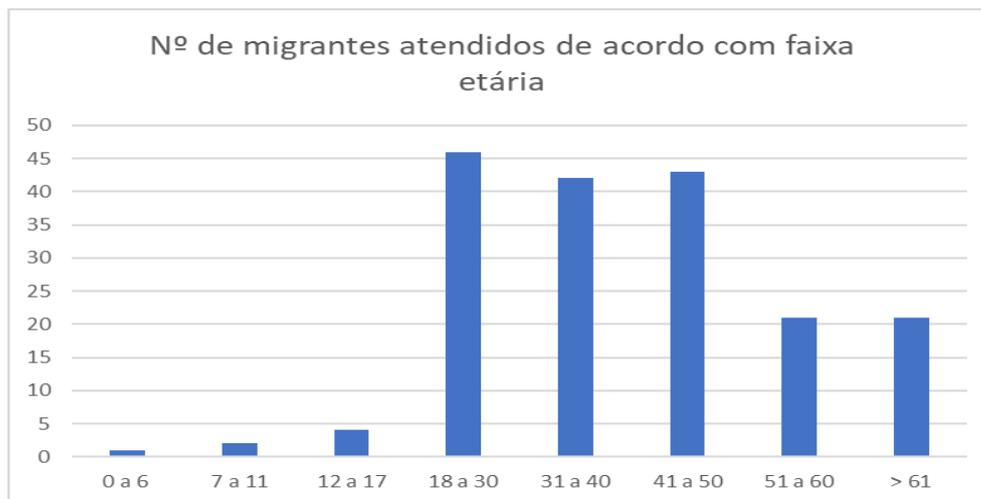
Fonte: Banco de dados do IMDH

Vale destacar que 68% das mulheres atendidas possuem filhos menores de 18 anos, e destas, a maioria possui filhos na Primeira Infância (0-6 anos). Este público se manteve como prioritário nas ações de apoio psicossocial, seguindo as mesmas diretrizes do ano anterior.

4.7.3 Faixa Etária

- 72% das pessoas atendidas têm entre 18 e 50 anos;
- 12% das pessoas atendidas têm entre 51 e 60 anos;
- 12% das pessoas atendidas têm mais de 60 anos.

Gráfico 4.16 – Faixa etária dos atendimentos em apoios comunitários e familiares – 2021



Fonte: Banco de dados do IMDH

Quanto à idade, vale destacar que por ser um ano de pandemia da COVID-19, foi dedicado atendimento prioritário a pessoas maiores de 50 anos e idosos, devido ao risco que a doença apresenta especialmente a este público. Também foi dedicada especial atenção a mulheres gestantes e lactantes e pessoas com comorbidades, pela mesma razão de saúde. Houve atividades em grupo sobre o acesso à vacina contra a COVID-19, assim como orientações individuais.

4.8 Apoios focados não especializados

Em relação ao terceiro nível, “Apoios focados não especializados”, 76 pessoas que trabalham em instituições governamentais ou não governamentais foram alcançadas por ações de capacitação. As ações foram as seguintes:

1. Capacitação em encontro da RedeMir sobre Saúde Mental em situações de Emergências;
2. Capacitação com profissionais do SUAS sobre atendimento a público refugiado e migrante.

Além destas ações, houve outras inter-relacionadas com o projeto que estão melhor detalhadas em seções específicas. A saber:

1. Articulação com o Grupo Mulheres do Brasil para proposta de serviços públicos de atendimento e acolhimento a migrantes;
2. Campanha 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, em parceria com o Sabin;
3. Campanha Novembro Azul em parceria com o Sabin;
4. Rodas temáticas sobre direitos sexuais e reprodutivos com apoio da Pantys;
5. Reuniões de implementação do NuRIN 11;
6. Live sobre Direito à saúde e migração: entre vulnerabilidades e direitos em parceria com o Movimento Saúde pelos Povos

Avaliação de Resultados

O número de pessoas atendidas aumentou bastante se comparado aos anos anteriores, ainda mais levando em consideração as limitações impostas pela pandemia. Outras dificuldades também impactaram os resultados das atividades como o limitado acesso à internet e conhecimento restringido de navegação em sites e plataformas, cadastro para empregos, inscrição em eventos e capacitações, entre outros. Destaca-se que a integração comunitária e econômica acompanhada de apoio psicossocial foi um caminho para o atendimento integral, considerando que os níveis de integração comunitária e bem-estar, tal como a integração econômica, influenciam-se mutuamente. O total de beneficiários dos atendimentos está discriminado logo abaixo, sendo descartada a duplicata que os sujeitos foram atendidos.

Total de pessoas beneficiadas: 857

PROJETO 05 – Migrantes Internos: atendimento e documentação

Objetivo: Prover a nacionais brasileiros indocumentados e em situação de risco social, a obtenção da documentação básica (Certidões de nascimento, de casamento ou de óbito de familiares), para possibilitar o acesso aos serviços socioassistenciais e direitos de cidadania, ação em parceria com CRAS, CREAS, Hospitais do GDF e por organizações socioassistenciais do DF.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021.

Descrição das Ações:

- Atender migrantes internos indocumentados, de baixa renda, que tenham perdido ou extraviado o documento original, para providência da segunda via de Certidão de Nascimento, Casamento ou Óbito, por meio de busca em Cartórios do país;
- Acompanhar os processos e solicitações enviadas aos Cartórios, visando o resultado mais eficaz possível;
- Fortalecer a parceria do IMDH com os órgãos de assistência do GDF e outras entidades públicas, e viabilizar ações de recíproca colaboração para qualificação da ação de atendimento.

Público alvo: Migrantes internos indocumentados residentes no Distrito Federal, encaminhados ao IMDH pelo GDF, através dos CRAS, CREAS, Casas de Passagem do GDF e outras instâncias da Administração ou que atuam com pessoas em situação de vulnerabilidade.

Metas de atendimentos: Atender até 200 pessoas/ano.

Recurso financeiro utilizado: O trabalho é realizado gratuitamente e as despesas com um profissional para o atendimento são cobertas pelo IMDH e com doações.

Recursos humanos envolvidos: (1) um auxiliar administrativo e o setor administrativo/financeiro do IMDH.

Abrangência territorial: O público atendido é formado por migrantes de todo o País, residentes no DF.

Participação dos usuários: Colhemos sugestões e criam-se condições específicas, segundo propostas dos setores públicos que demandam nosso serviço.

Desenvolvimento do Projeto

5. Introdução

A certidão de nascimento é o primeiro e mais importante documento do cidadão brasileiro, pois além de oficialmente registrar o nascimento, este é o documento que comprova cidadania de seu portador. Com a certidão de nascimento é possível dar entrada em outros documentos civis, como Carteira de Identidade (RG), CPF, Carteira de Trabalho (CTPS), e ter acesso a direitos básicos e serviços específicos do governo, como o programa Bolsa Família.

De acordo com a Lei 9.534/97, o registro e a emissão do documento devem ser gratuitos. Bem como, garante a quem está em condição de hipossuficiência econômica, o direito de obter gratuitamente a 2ª via da Certidão. A Certidão de Nascimento só pode ser substituída pela Certidão de Casamento ou pela Certidão de Óbito, ambas registradas em cartório.

Tendo em consideração tais aspectos, o IMDH mantém este projeto que consiste em apoiar migrantes internos, hipossuficientes, a obterem, sem ônus, a segunda via de certidões de nascimento, de casamento ou de óbito de algum familiar, quando os documentos originais tenham sido perdidos ou extraviados.

5.2 Descrição das atividades desenvolvidas

O processo começa a partir do recebimento das solicitações encaminhadas ao IMDH por órgãos públicos de assistência social ou organizações socioassistenciais do Distrito Federal, como CRAS, CREAS e Hospitais.

O IMDH efetua, gratuitamente, a busca e identificação dos cartórios de registro nos quais a pessoa pode ter sido registrada, prepara um expediente completo, e remete o pedido de emissão da segunda via do documento. Para que seja viabilizado, o pedido é instruído com: (i) um ofício com as informações fornecidas pelo requerente, (ii) o encaminhamento do órgão público que declara a situação de vulnerabilidade do solicitante, (iii) o requerimento de certidão isenta de emolumentos, assinada pelo requerente e (iv) a cópia do documento de identidade ou certidão de nascimento antiga, caso o requerente possua um destes documentos. Uma vez completo o pedido, é remetido ao/s cartório/s da região que possivelmente teria emitido a primeira Certidão de Nascimento. No caso em que o solicitante conheça o Cartório ou forneça dados para identificá-lo o pedido é remetido diretamente àquele Cartório.

Ocorre, com certa frequência, que o pedido é devolvido, por motivos diversos, ou não é respondido. Neste caso, após três meses do primeiro pedido, tenta-se fazer outro tipo de contato com o cartório por e-mail, ou como último recurso, por telefone, buscando localizar o registro do solicitante. Há percalços que dificultam a busca e, em muitos casos, há dificuldade de contato com os cartórios.

Uma vez que o processo é concluído com êxito, e recebemos a certidão, o requerente é contatado e informado que deve se apresentar no IMDH para a retirada do documento.

Por vezes, a solicitação é respondida pelo Cartório com uma certidão negativa, declarando que não foi encontrado o assentamento de registro da pessoa. Nesses casos, o IMDH realiza uma nova busca para verificar se há algum outro cartório em que pode ter sido realizado o registro e em caso positivo, instrui novo pedido. Quando não localizada, o requerente é informado e a certidão negativa é entregue ao interessado para que possa, através da Defensoria Pública, fazer solicitação judicial para efetuar registro tardio.

5.2.1 Documentos requeridos

Demonstram-se na tabela os pedidos de certidão de nascimento, casamento ou óbito de familiares, cujos processos foram iniciados ou acompanhados no decorrer de 2021. Dentre esses, houve processos iniciados em 2020.

Tabela 5.1 – Pedidos acompanhados em 2021

ANO	Quant.
Pedidos iniciados em 2020, em trâmite em 2021	10
Pedidos recebidos em 2021	17
TOTAL	27

Fonte: Registros IMDH

No decorrer do ano de 2021, o IMDH buscou obter documentos para 27 migrantes brasileiros residentes no Distrito Federal. Como é possível verificar na tabela abaixo, nem todas as solicitações foram exitosas, pois há pedidos que não foram respondidos pelos Cartórios, não obstante a insistência e reiteradas solicitações feitas.

Tabela 5.2 – Situação dos pedidos em 31 de dezembro de 2021

Situação do processo		Quant.
Certidões positivas obtidas e retiradas		05
Pedidos em trâmite	Certidões obtidas e aguardando retirada	04
	Certidão negativa obtida e aguardando retirada	01
	Aguardando resposta do cartório	05
Pedidos Encerrados	Encerrados por falta de resposta do cartório	10
	Cancelados	02
TOTAL		27

Fonte: Registros IMDH

Em 2021, foram obtidas 09 certidões positivas e 01 negativa. Dentre elas, 05 foram entregues aos solicitantes e as outras 05 encontram-se no IMDH e como seus

titulares ainda não se apresentaram para retirá-las e estão, portanto, classificadas como em trâmite.

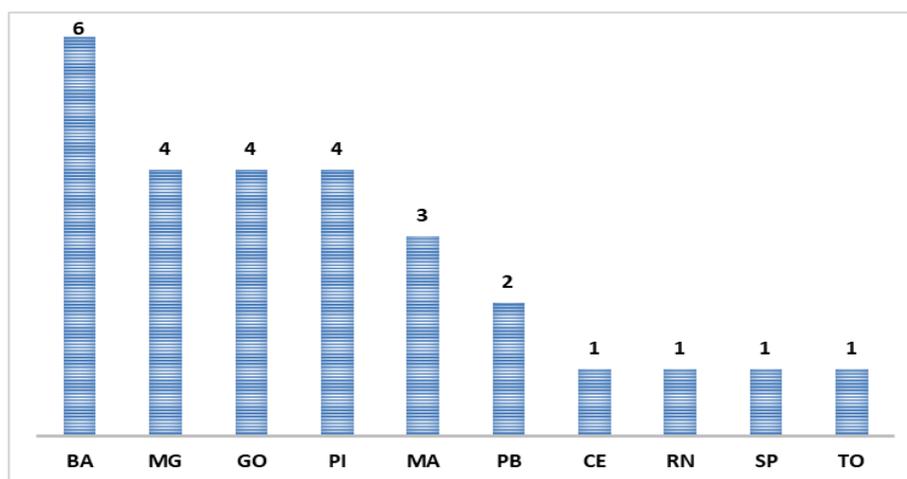
Os arquivamentos sucedem da carência de informações para fazer a busca da certidão ou por desistências do pedido, que geralmente acontecem quando a certidão demandada é obtida por outros meios ou diretamente no Cartório.

Os 10 pedidos foram encerrados por falta de resposta do cartório, depois de longo período de espera e posteriormente às seguidas tentativas do IMDH em obter a documentação. Dentre esses, 4 se referem a pedidos iniciados em 2020.

5.2.2 Perfil dos migrantes internos atendidos

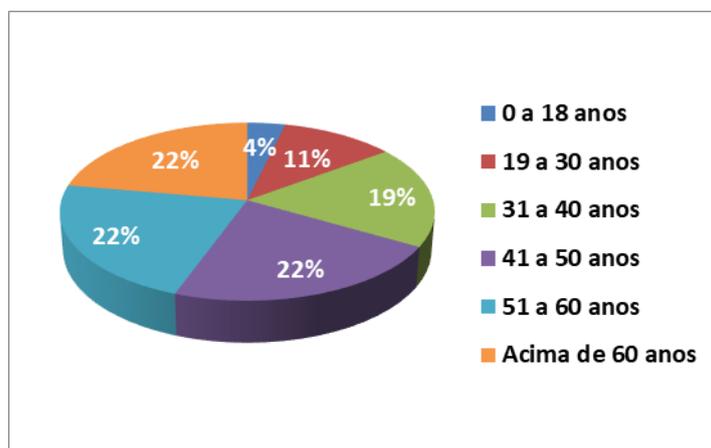
No ano de 2021, os pedidos foram feitos por residentes do Distrito Federal, porém, naturais de 10 estados do Brasil. Os solicitantes da 2ª via de certidões são naturais da Bahia, Goiás, Minas Gerais e Piauí. A maioria tem mais que 40 anos. Além disso, a maior parte das pessoas atendidas é do gênero feminino.

Gráfico 5.1 – Naturalidade dos atendidos em 2021

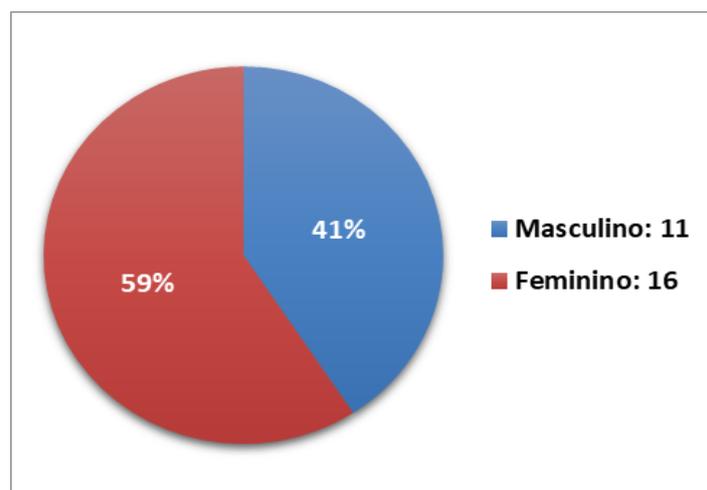


Fonte: Registros IMDH

Gráfico 5.2 – Atendidos em 2021 por faixa etária



Fonte: Registros IMDH

Gráfico 5.3 – Atendidos em 2021 por gênero

Fonte: Registros IMDH

5.3 Breves Comentários

Assim como em 2020, o ano de 2021 foi marcado pela emergência da saúde pública e crise sanitária decorrentes da disseminação global do novo coronavírus. Em decorrência da segunda onda da pandemia, regressamos à necessidade de isolamento social e órgãos públicos, instituições, empresas e organizações interromperam suas atividades ou adotaram o trabalho remoto novamente. O IMDH, que no ano anterior, passou a realizar seus atendimentos de forma remota, através do e-mail, telefone e WhatsApp em 2021, precisou voltar a realizar tais atividades no sistema home office pelo período de cinco meses. Em vista disso, é notável a grande redução na quantidade de pedidos acompanhados durante o ano.

O desafio de conseguir uma resposta efetiva dos cartórios já existia nos anos precedentes, porém, a situação se agravou ainda mais em razão da pandemia e do funcionamento imprevisível de diversos ofícios de registro, redução das atividades desempenhadas. Um obstáculo enfrentado frequentemente nos anos anteriores era sobre a dificuldade em localizar o endereço correto dos cartórios, contudo, o mesmo foi amenizado em 2020 quando as buscas passaram a serem feitas através do portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde consta o registro de cartórios de todas as regiões do Brasil e onde os endereços estão, em sua maioria, atualizados.

É curioso observar que, assim como em anos passados, várias solicitações de registro são provenientes de cartórios de regiões interioranas, que ainda possuem serviços de informática limitados. Assim, a não ser que o pedido seja feito contendo todos os dados – termo, livro e folha - há pouca possibilidade de se encontrar o assentamento de registro. Infelizmente, em bastantes casos, os solicitantes não têm as cópias de seus documentos antigos ou informação exata sobre o local de registro, de modo que a localização do cartório é prejudicada.

O IMDH consegue fazer contato com a maioria dos solicitantes para informar sobre a obtenção dos documentos. Entretanto, em alguns casos, não obtemos êxito e

frequentemente ocorre de as certidões serem obtidas e não retiradas. Nessa situação, tentamos informar o Órgão Público que fez o encaminhamento do pedido para que repasse a informação ao solicitante. Ainda assim, por vezes as instituições socioassistenciais não conseguem estabelecer contato com o requerente e as certidões acabam sendo arquivadas no Instituto.

Outro ponto que desperta interesse é o fato da faixa etária dos requerentes, em sua maioria, ser de pessoas que têm mais de 41 anos de idade. Isto pode ocorrer devido aos modelos das certidões emitidas antigamente que eram diferentes e, além disso, em muitos casos, o documento que a pessoa possui está rasurado, rasgado ou foi extraviado e não é mais válido como documento de identificação.

Avaliação dos Resultados

Os pedidos foram integralmente enviados aos cartórios de registro correspondentes. Dentre as 27 solicitações, 15 tiveram retorno do cartório ou estão em trâmite e 12 foram encerrados por falta de resposta. Foram canceladas 02 certidões e os pedidos que ficaram em trâmite aguardando resposta do cartório foram enviados no final do ano em questão, dessa forma, não havia tempo suficiente para que tenham sido efetivamente respondidas. Por fim, 04 certidões aguardam a serem retiradas pelos requerentes.

Ainda com as adversidades enfrentadas para obter as certidões e dos obstáculos agregados pela pandemia do COVID-19, a articulação entre o IMDH, redes socioassistenciais do DF e Ofícios de Registro Civil continua mostrando sua importância, visto que possibilita a aquisição de documentos essenciais para migrantes internos em situação de vulnerabilidade, que não poderiam arcar com os custos da emissão de segunda via e que são documentos indispensáveis para o acesso a serviços socioassistenciais e direitos de cidadania.

Total de pessoas beneficiadas: 27 pessoas.

PROJETO 6 – Pastoral da Mobilidade Humana

Objetivo: Oferecer e propiciar às pessoas imigrantes e refugiadas meios e oportunidades de manter a fé, de cultivar suas práticas religiosas e de aproximação entre religiões para que a dimensão religiosa e da espiritualidade sejam forças de sustentação em sua vida e alimento na caminhada migratória em busca de paz e de respeito à sua dignidade humana.

Período de Realização: Serviço sistemático ao longo de 2021

Descrição das Ações:

- Possibilitar a prática religiosa, o encontro entre religiões, a vivência da fé e encontros de promoção de valores universais;
- Visitar os espaços de fé e locais sagrados e estimular a ação dos fiéis na atenção e acolhida aos imigrantes;
- Promover atividades e momentos específicos de celebração e de oração com a participação de imigrantes e refugiados de diferentes religiões;
- Realizar reuniões com equipes de pastoral da Mobilidade Humana, informando-as sobre a realidade migratória no DF;
- Envolver outras entidades na ação de acolhida aos migrantes e refugiados, especialmente a Cáritas Arquidiocesana e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz;
- Apoiar e colaborar com entidades da RedeMiR nas atividades pastorais, religiosas e inter-religiosas, quando realizadas em parceria com o IMDH ou que solicitem apoio.

Público alvo: Pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio, imigrantes e migrantes internas;

Metas de Atendimento: A ação é universal, pela própria característica, e, portanto, está sempre aberta a toda a população.

Recurso financeiro utilizado: A própria capacidade instalada e insumos do IMDH.

Recursos humanos envolvidos: Equipe do IMDH, Agentes de Pastoral e colaboradores.

Abrangência territorial: Local e nacional.

Participação dos usuários: A atividade em si, em geral, é realizada pela própria população que a integra e que participa nas atividades pastorais e de celebração da fé.

Desenvolvimento do Projeto

6.1 Introdução

Em 2021, a pandemia continuou afetando as ações coletivas, sejam elas religiosas, sociais, laborais ou mesmo com a finalidade de integração. Não obstante, buscamos manter o espírito de serviço missionário e humanitário junto aos migrantes e refugiados. Nossa missão neste ano tomou um sentido maior na atenção aos mais necessitados, sobretudo para minimizar o sofrimento com carências fundamentais como a fome, a pobreza, a falta de suprimentos essenciais para superar este momento tão difícil.

Segue uma síntese do que foi possível realizar ao longo do período:

Tabela 6.1 - Reuniões, conferências, seminários

Data	Instituição	Tema da reunião, evento ou ação de incidência	Conteúdo, pauta da reunião, mais informações e encaminhamentos
22/02/2021	Rede Clamor	Retiro de oração	Retiro de Oração promovido pela Rede Clamor e outras organizações religiosas.
05/04/2021	Rede Clamor	Reunião de lançamento de curso	Contou com membros da Rede CLAMOR do CELAM e se destinou ao lançamento do curso sobre incidência internacional, inclusive em espaços religiosos.
26/04/2021	Pastoral do Migrante	Programação para a semana do migrante e dia mundial do refugiado.	Propositura de ações a serem realizadas no âmbito da Igreja Católica na celebração da semana do migrante: missas, webinars conteúdos, Reflexões. Foram solicitadas contribuições sobre como a PAMIG poderá se organizar para esta data. Ficou acordado: Celebrações em várias paróquias, difusão do material da semana nas Paróquias, realização de programas de rádio.
07/06/2021	IMDH e Igreja Batista do Lago Sul	Articulação para apoio a população refugiada	A reunião foi solicitada por Edson, pois a Igreja possui interesse de desenvolver projetos em apoio a migrantes e refugiados no DF.
15/06/2021	Pastoral do Migrantes	Roda de Conversa "Mulher Migrante"	O encontro foi realizado em alusão a semana do migrante e ao dia mundial do refugiado (20/06). Além dos membros da PAMIG, contou com a participação de Gleybis Yasmin, venezuelana, a qual deu seu testemunho sobre os desafios enfrentados por mulheres migrantes e

			refugiadas no processo migratório e de integração na comunidade de acolhida. Foram compartilhadas percepções e reflexões sobre os conteúdos da Semana do Migrante.
17/06/2021	Pastoral do Migrantes	Roda de Conversa "Migrantes na luta por direitos"	Segundo encontro em alusão à semana do migrante e ao dia mundial do refugiado (20/06) e contou com a participação de Johan, venezuelano, que deu seu testemunho sobre as dificuldades que tem enfrentado no Brasil, desafios para conseguir emprego e itens básicos de sobrevivência. Foram feitas reflexões sobre o tema, roda de orações e os participantes buscaram se mobilizar para ajudar Johan.
29/06/2021	Rede Clamor Brasil	Reunião de articulação da Rede Clamor Brasil	A reunião contou com a participação de Dom Joel (CNBB) e Elvy Monzant representante da Red Clamor/ CELAM, que apresentou informações sobre o mapeamento de ações realizadas no âmbito da Igreja Católica na esfera regional, o qual identificou mais de 600 ações, 100 delas no Brasil. O mapeamento conta com um guia didático a partir dos 4 verbos: acolher, proteger, promover e integrar. A reunião possibilitou também encaminhamento de atividades na Jornada Mundial do Migrante e Refugiado (setembro) e propostas para a organização dos trabalhos da Rede.
17/08/2021	Reunião da Rede Clamor Brasil	Reunião de articulação	Reunião de articulação da Rede CLAMOR Brasil, para alinhamento das atividades conjuntas para a Jornada Mundial do Migrante.
18/08/2021	Pastoral do Migrante	Processo de escuta para a Assembleia Eclesial – Grupo Focal com Migrantes	Reunião da PAMIG para coletar demandas e percepções de migrantes e refugiados para a Assembleia Eclesial - grupo focal com migrantes da Igreja Católica.
17/09/2021	Rede Clamor Brasil	Questões programáticas	Foi realizada uma reunião com o comitê da Rede CLAMOR Brasil sobre a articulação de atividades para a jornada mundial do migrante - 107ª Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, dia 26 de setembro.
11/11/2021	Rede CLAMOR	Organização e comissões	A reunião, liderada por Mons. Gustavo Gonzalez, Bispo de Yucatã, foi dedicada à revisão e continuidade na elaboração dos documentos

			organizacionais da Rede CLAMOR continental.
16/11/2021	Pontifícias Obras Missionárias	Avaliação de suas atividades e programação 2022	As POM são uma entidade de atuação nacional. Uma atividade central na área no Brasil é a Campanha Missionária. Nesta reunião avaliou-se a Campanha de 2021 e iniciou-se a programação para a de 2022.
08-09/12	São Paulo (SP)	Encontro Nacional da Rede CLAMOR Brasil	Avaliação da caminhada da Rede, Reflexões sobre a Assembleia Eclesial Latino-americana, e programação das atividades da Rede para 2022.

Fonte: Registros IMDH

6.2 Articulação e participação nas ações Rede CLAMOR Brasil

A Rede CLAMOR Brasil tem o propósito de fortalecer a articulação das entidades eclesiais que atuam na atenção aos imigrantes, refugiados e vítimas do tráfico de pessoas.

Contribuindo com este objetivo, o IMDH, na pessoa da Diretora, que integra a Coordenação provisória da Rede, colaborou na organização e participou ativamente nas seguintes atividades:

- ❖ Promoção e realização de reuniões com as entidades integrantes da Rede ou com a coordenação provisória (12/02, 12/03, 10/06, 29/06, 20/07, 03/08, 17/08, 17/09, 08/11);
- ❖ Participação em reuniões e atividades da Rede CLAMOR continental (25/03; 11/06 30/06-01/07, 16/08, 22/09);
- ❖ Celebração do dia Mundial do Migrante e do Refugiado, em 26 de setembro, último domingo do mês, data definida pelo Papa Francisco para tal celebração;
- ❖ Produção de um Vídeo sobre a Rede CLAMOR, compartilhado amplamente junto às entidades que a integram e outras instâncias, voltado à sensibilização pela causa dos migrantes, dos refugiados e das vítimas do tráfico humano;
- ❖ Preparação do texto e Assinatura do Protocolo firmado entre Rede CLAMOR Brasil e CNBB, em solenidade realizada dia 13 de agosto de 2021, na sede da Conferência Episcopal;
- ❖ Celebração do Dia Mundial dos Pobres e Dia do Trabalhador Humanitário, no evento do dia 13 de agosto de 2021, na sede da CNBB;
- ❖ Encontro de reflexão e oração com as organizações da Rede Clamor Brasil/Arquidiocese de Brasília, dia 26 de setembro, na Praça do Cruzeiro, centro de Brasília;
- ❖ Ofício, em nome da Rede CLAMOR Brasil, ao Ministério da Justiça solicitando a flexibilização na abertura da fronteira. Esta manifestação colaborou para a abertura da fronteira de Pacaraima, estabelecida na Portaria 655/2021, do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e demais órgãos envolvidos no tema;

- ❖ Dias 8 e 9 de dezembro, Encontro nacional da Rede CLAMOR Brasil, realizado em S. Paulo, com o objetivo de avaliar a caminhada realizada, refletir sobre a Assembleia Eclesial Latino-americana, e planejar as atividades para 2022.
- ❖ Estímulo e motivação para dinamizar a rede em várias localidades: Fortaleza, São Paulo, Acre, Brasília, Manaus e Boa Vista;
- ❖ Reunião em Boa Vista com coordenador da Caritas Diocesana, repassando o material da Rede CLAMOR Brasil, seus objetivos e finalidade, estimulando a avançar neste processo de articulação das organizações eclesiais na Diocese.
- ❖ Em várias oportunidades o IMDH participou em entrevistas televisivas, principalmente na TV Pai Eterno, colaborando na informação, reflexão e sensibilização da sociedade sobre o tema dos Migrantes e dos refugiados.

6.3 Apoio à Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Brasília

Não obstante a Pastoral do Migrante da Arquidiocese esteja um pouco enfraquecida, foi possível realizar várias reuniões, realizar encontros de oração, motivar para ações de atendimento e apoio concreto a famílias migrantes (com doação de cestas básicas, leite, fraldas e outros apoios emergenciais). Um ponto forte foi a celebração da Semana do Migrante, de 13 a 20 de junho.

Devido à pandemia, não houve reuniões presenciais.

6.4 Casa Bom Samaritano:

Uma iniciativa de grande significado, inaugurada em 04 de fevereiro de 2021, foi a implementação do Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano, atividade que ocorre em parceria entre AVSI Brasil, IMDH/Fundação Scalabriniana e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Casa destina-se a acolher famílias migrantes e refugiadas que, a partir de Roraima, são transferidas, mediante sua concordância e vontade, para Brasília, no desenvolvimento do projeto “Acolhidos por meio do Trabalho”.

Uma oportunidade muito especial foi a celebração eucarística, presidida por D. Joel Amado, secretário geral da CNBB, no dia 8 de junho, na Casa Bom Samaritano. Foi transmitida pela Rede Vida de Televisão, possibilitando participação ampla em âmbito nacional.

Contribuindo com a formação da equipe de atendimento na Casa Bom Samaritano e com a equipe do IMDH, foram organizados e desenvolvidos seis encontros, sempre em conjunto e com apoio de AVSI Brasil e da CNBB:

- Dia 07 de maio, cujo tema foi Migrações e Refúgio
- Dia 18 de junho, celebrando o dia mundial do refugiado, com o tema Dignidade plena da pessoa humana: superação da violência e da discriminação
- Dia 09 de julho, com o tema: Enfrentamento e Superação de Crises
- Dia 06 de agosto, com o tema: A espiritualidade: o coração do ser humano como abertura ao que lhe ultrapassa

- Dia 03 de setembro, com o tema: Voluntariado, transformando vidas: a avaliação do processo
- Dia 17 de setembro, cujo tema foi Desenvolvimento Humano Integral.

Avaliação

A dimensão pastoral tem alcançado em parte seu objetivo, mas também reconhecemos que em alguns aspectos a atuação foi muito limitada, especialmente no aspecto da Pastoral do Migrante na Arquidiocese.

Assim, ao mesmo tempo em que consideramos ter havido dedicação na atuação pastoral, reconhecemos a necessidade de intensificar esta atuação, seja superando as limitações da pandemia, seja investindo mais tempo e recursos para que os migrantes e refugiados tenham a oportunidade de se fortalecerem na fé.

Sinaliza-se a importância de avançar na implementação da Rede CLAMOR Brasil, seja colaborando em âmbito nacional, seja dinamizando em âmbito arquidiocesano.

Pessoas beneficiadas: Estima-se 2.200 pessoas

PROJETO 07 – Crianças Sem Fronteiras

Objetivo: Voltar especial atenção, assistir e fornecer itens de alimentação e outros subsídios a crianças refugiadas e migrantes, bem como orientar para o uso dos serviços públicos e acompanhar as mães gestantes durante a gravidez para aliviar suas preocupações com o bebê que está a caminho, assim como identificar a real situação e condições em que o bebê será acolhido.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021.

Descrição das Ações:

- Identificar as crianças que chegam com suas famílias;
- Encaminhar as crianças em idade escolar para atendimento nas escolas públicas;
- Orientar, quando necessário, para o acesso aos serviços públicos;
- Desenhar e implementar uma atividade que contribua para assegurar nutrição complementar a crianças em idade de 6 meses a 3 anos;
- Registrar e acompanhar as gestantes que vem ao IMDH e apoiar eventualmente em situação de vulnerabilidade, assegurando que estão seguindo as orientações de saúde próprias de seu estado;
- Realizar, quando possível, visita familiar com o intuito de manter atualizados os dados e certificar-se de que está recebendo os cuidados de acompanhamento médico que o serviço público oferece;
- Realizar encontros ou rodas de conversa com as mães gestantes
- Fornecer um enxoval básico para os bebês; e,
- Envolver voluntários nesta atividade.

Público alvo: Crianças solicitantes de refúgio, refugiadas e migrantes, bem como as mães, particularmente as gestantes e a proteção de seus bebês.

Metas de Atendimento: Atender as mães gestantes que chegam ao IMDH e outras que se possa alcançar e apoiar o maior número possível de crianças migrantes e refugiadas, principalmente no acesso à escola a outros serviços públicos e fornecer ajuda material e nutricional aos bebês e crianças.

Recurso financeiro utilizado: A própria capacidade instalada e insumos do IMDH e a colaboração de voluntários.

Recursos humanos envolvidos: Equipe do IMDH, voluntários e as mães das crianças.

Abrangência territorial: Local e nacional.

Desenvolvimento do Projeto

7.1 Introdução

O projeto crianças sem fronteiras contempla as seguintes atividades: **1) Atendimento e serviços diversos**, que contempla regularização migratória de crianças e adolescentes, encaminhamento para a escola, fornecimento de itens de alimentação, entre outros; **2) Bebês a caminho**, que atende e acompanha mães gestantes e apoia para o nascimento do bebê, sobretudo com enxoval; **3) Kit Angel Gabriel**, que consiste na entrega semanal, regularmente, de produtos nutricionais e de higiene (mucillon, leite, fraldas e pomada para bebê) a famílias que têm crianças na primeira infância e que se encontram em alta vulnerabilidade que compromete a nutrição destas crianças. Há também outros serviços, tais como orientação para acesso escolar e para creche.

Nesta introdução apresentamos uma tabela retratando a faixa etária das pessoas venezuelanas atendidas pelo IMDH em Roraima e no Distrito Federal. A razão deste quadro estar aqui é para sublinharmos que 45,2% do total de pessoas venezuelanas atendidas são crianças, adolescentes e jovens com menos de 18 anos.

Tabela 7.1 – Faixa etária dos assistidos

População atendida:		Venezuelanos refugiados, solicitantes de refúgio, e com pedido ou autorização de residência				
Faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	Em número	%	Em número	%	Em número	%
0-4	691	26,3%	693	13,3%	1.384	17,6%
5-17	1.070	40,6%	1.099	21%	2.169	27,6%
18-59	837	31,8%	3.309	63,3%	4.146	52,8%
60 ou +	35	1,3%	124	2,4%	159	2%
Total:	2.633	33,5%	5.225	66,5%	7.858	100%

Fonte: Banco de Dados do IMDH

O alto índice de crianças, adolescentes e jovens aponta a necessidade e importância de ter políticas públicas para a devida atenção a esta população que serão nossos adultos de amanhã.

7.2 Atendimento na documentação e outras necessidades

Em 2021, foram atendidos no IMDH **1.037 crianças e adolescentes**, menores de 18 anos. Este número representa 29% do total de solicitantes de refúgio, refugiados e imigrantes atendidos neste ano. O Instituto destina especial atenção a este público por meio do projeto “Crianças sem Fronteiras”.

Para realizar o projeto, o Instituto conta com o trabalho de toda a sua equipe e também com o apoio de voluntários, além de promover campanhas de arrecadação de itens para doações, como: fraldas, leite, enxovais de bebê, brinquedos, roupas e material escolar com a finalidade de atender as demandas e necessidades de subsistência emergenciais das crianças e adolescentes atendidas.

No âmbito deste projeto, o principal objetivo é: identificar, registrar e orientar todas as crianças que chegam ao IMDH juntamente com seus pais e familiares. Assim, prioriza-se conhecer suas necessidades especiais para encaminhá-los aos órgãos responsáveis e políticas públicas que possam atender suas demandas. Os atendimentos prestados são: orientações sobre documentação (regularização migratória no Brasil); encaminhamento para CRAS (realização e atualização de Cadastro Único); encaminhamento ao SUS, doação de enxovais para bebês, cestas básicas e outros itens para as crianças e também apoio financeiro para as famílias em situação de alta vulnerabilidade.

Ademais, o Instituto atuou para assegurar que todas as crianças e adolescentes atendidos, em idade escolar, fossem encaminhados para os estudos e matriculados na rede pública de ensino, em escolas ou creches, respeitando a idade escolar. Desta forma, todas as famílias com crianças de até 17 anos de idade receberam orientação sobre procedimentos para inscrições e matrículas na rede de ensino. Àquelas famílias que apresentaram demandas específicas foram encaminhadas a buscar atendimento na Regional de ensino e na Defensoria Pública do Distrito Federal.

O maior desafio deste ano foi a continuidade do ensino remoto que se prolongou até o dia 03 de novembro, data em que o governador determinou o retorno às aulas no modelo 100% presencial. Assim, por quase todo o ano letivo de 2021, muitas crianças migrantes e refugiadas não tiveram acesso às aulas on-line e precisaram se ausentar das atividades letivas por não disporem de computadores, smartphones e internet.

7.3 “Bebês a Caminho”: Acompanhamento a gestantes e atenção ao bebê

Em 2021, deu-se continuidade à atividade “Bebês a Caminho”, iniciado em 2018. A atividade tem como finalidade acompanhar as solicitantes de refúgio, refugiadas e imigrantes gestantes durante o período de gestação, bem como no pós-parto. Assim, busca-se fornecer orientações e informações sobre o serviço público de saúde, os cuidados e as providências que devem tomar para a chegada do bebê. Além disso, o Instituto identifica outras necessidades que possa atender, como apoio com documentação e enxoval básico para o bebê.

Neste ano, foram registradas e acompanhadas **41 gestantes**, considerando o conhecimento de 31 nascimentos de bebês, e um aborto espontâneo. Todas as gestantes atendidas no IMDH receberam apoio, com orientações e informações sobre os serviços públicos disponíveis para o período de gravidez, de modo especial para realização do pré-natal no Sistema Único de Saúde e o devido acompanhamento até o momento do parto. Com o início da vacinação em Brasília o Instituto informou e orientou às gestantes sobre a importância da imunização através da vacina.

Devido à dificuldade de conseguir emprego e consequente exposição à situação de alta vulnerabilidade, quando identificada a necessidade, as gestantes foram apoiadas com ajuda financeira (bolsa-subsistência), doações de cesta básica, roupas, enxovais para o bebê e itens para crianças, além da compra de medicamentos e apoio para a realização de exames médicos que não são realizados na rede pública de saúde. Foram também encaminhadas aos demais órgãos públicos que poderiam atendê-las, como o Centro de Referência de Assistência Social

Avaliação dos Resultados:

Avalia-se que a resposta dada pelo IMDH foi efetiva, pois atendeu os resultados esperados. Todas as crianças e adolescentes foram atendidos satisfatoriamente, principalmente para garantir acesso aos estudos e às políticas públicas disponíveis. Foi também satisfatoriamente atendido o objetivo voltado à orientação e assistência às mães gestantes. Foram atendidas, no total, **1.078** pessoas de **18** nacionalidades, referindo-se as crianças, adolescentes e gestantes.

Sublinha-se, por fim, o fato positivo de estabelecer um procedimento padrão de registro de todas as crianças, adolescentes e gestantes atendidos no IMDH. Da mesma forma, foi possível oferecer um ambiente de escuta, aconselhamento, acompanhamento e apoio socioassistencial.

Pessoas beneficiadas: 1.078 pessoas

PROJETO 7A – Kit Nutrição “Angel Gabriel” para crianças migrantes e refugiadas

Objetivo: Propiciar às crianças migrantes ou refugiadas, particularmente na idade entre 6 meses e 3 anos, a itens de alimentação e higiene, para suprir a falta de nutrientes por que passam nesta fase de tenra idade, buscando orientar as mães sobre os cuidados necessários e reduzir os riscos de desnutrição.

Período de Realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021.

Descrição das Ações:

- Articulação com a equipe de colaboradores;
- Elaboração de material de orientação para entregar às mães ou responsáveis pelas crianças migrantes ou refugiadas;
- Identificação de famílias em situação de alta vulnerabilidade que tenham crianças, sobretudo as que possuem filhos em idade inferior a 3 anos;
- Registro das famílias para entrega do kit Angel Gabriel;
- Obtenção dos produtos que integram o Kit Angel Gabriel para crianças e refugiadas;
- Entrega semanal do kit às famílias cadastradas.

Público-alvo: Crianças de 6 meses a 5 anos

Metas de Atendimentos: Atender até 200 famílias em situação de vulnerabilidade com nutrientes para crianças na idade inferior a 3 anos.

Recurso financeiro utilizado: Campanha permanente dos “Anônimos do Bem”, e verba específica para enfrentamento do covid-19, do ACNUR.

Recursos humanos envolvidos: Diretora do IMDH, Assessora psicossocial, assistente de proteção do IMDH Solidário e Irmãs de São José, em Pacaraima.

Abrangência territorial: Roraima e Distrito Federal.

Desenvolvimento da Atividade

7A. Introdução

A migração forçada coloca em situação de risco alimentar milhares de adultos e crianças. Pessoas que são obrigadas a deixarem suas casas, seja por conflitos e guerras, seja por graves violações de direitos humanos, se deslocam, muitas vezes, sem um planejamento de acolhida e\ou sem recursos financeiros devido ao empobrecimento populacional sistêmico ocasionado pela situação de crise e devido à urgência para salvarem a própria vida e de seus familiares. Esta situação de vulnerabilidade alimentar é ainda mais intensa quando em se tratando de migrantes oriundos da Venezuela, cujo fator motivador principal de migração é a fome generalizada no país. A entrada destes migrantes no Brasil é pela fronteira com o estado de Roraima, sendo a primeira cidade de Pacaraima.

A partir de 2015, o número de migrantes venezuelanos adentrando no Brasil foi se mostrando expressivo, sendo estes os migrantes em maior número no país, atualmente. O fluxo intenso de migrantes e refugiados pode sobrecarregar sistemas locais que não têm a infraestrutura necessária para garantir os direitos daqueles que adentram, e a contribuição da população local, de organizações civis e de agências internacionais com ações imediatas de serviços básicos podem ter impacto imediato na mitigação dos riscos e vulnerabilidades, ampliando a gama de apoios disponíveis para quem necessita.

Devido ao descaso histórico do poder público com o estado de Roraima, somado ao contingente elevado de migrantes adentrando a fronteira, milhares dessas pessoas, inclusive famílias com crianças, viveram em situação de rua e tiveram seus direitos humanos violados, estando a vida mesmo ameaçada. Em relação às crianças, eram verificados, além dos quadros graves de desnutrição, os riscos para este com seus impactos negativos na saúde e desenvolvimento integral.

O projeto Angel Gabriel nasce para manter viva a memória de Angel Gabriel - um anjinho venezuelano de 2 anos de idade que faleceu em Boa Vista, Roraima, por motivo de fome e desnutrição – a fim de ajudar a impedir que histórias assim se repitam. Surgiu então a articulação entre contribuintes anônimos e o IMDH, com proposta de um kit com leite em pó fortificado, complemento alimentar, fraldas e pomada antiassaduras, estes dois últimos itens justificados pela constatação de crianças com sérias consequências devido a reiteradas ou permanentes assaduras.

Inicia-se de imediato, com contribuições voluntárias de um grupo de apoiadores, mais tarde identificado como “Anônimos do Bem”, o fornecimento de Kits, distribuídos, semanalmente, por organizações sociais em Boa Vista e Pacaraima. Os destinatários são crianças na primeira infância, mas sempre priorizando os casos com maior necessidade. Em cada localidade, na prática, define-se a idade das crianças a serem beneficiadas, segundo critérios das instituições locais que bem conhecem a realidade e as necessidades. Em Pacaraima, os kits são entregues a mães que necessitam alimentar crianças com até 1 ano de idade e que não possuem outro apoio para este fim. Já em

Boa Vista, os kits são destinados a crianças com até 3 anos de idade. É importante a atenção à primeira infância, fase esta que deve receber atenção redobrada quanto à alimentação e cuidado nutricional. Durante o ano de 2021, este kit teve importância redobrada, visto que a pandemia da COVID-19 aumentou a ameaça à alimentação em quantidade e qualidade adequadas para crianças.

7A.1 Metodologia e Resultados

O kit é distribuído a famílias com fatores de risco de privação e em situação de alta vulnerabilidade por causas diversas: situação de rua, renda familiar inexistente ou insuficiente, famílias monoparentais desassistidas, número de filhos elevado e acesso restrito a serviços básicos, famílias com crianças com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica. Estas famílias retiram o kit mediante assinatura do termo de recebimento, podendo beneficiar-se dele ao longo de um mês ou eventualmente mais, segundo a vulnerabilidade mapeada. Todos os registros são compilados em uma planilha do Excel com o nome do adulto responsável e das crianças beneficiadas, os dados respectivos (CPF e data de nascimento), a quantidade de vezes que retirou o item e a localidade em que a família reside.

Em Boa Vista, em 2021, uma média **30 kits** semanais. O cadastro para receber o benefício é feito às sextas-feiras no turno da manhã, ocasião em que também é entregue o kit para famílias já cadastradas.

Tabela 7A.1 - Kits distribuídos, período do benefício e crianças beneficiadas

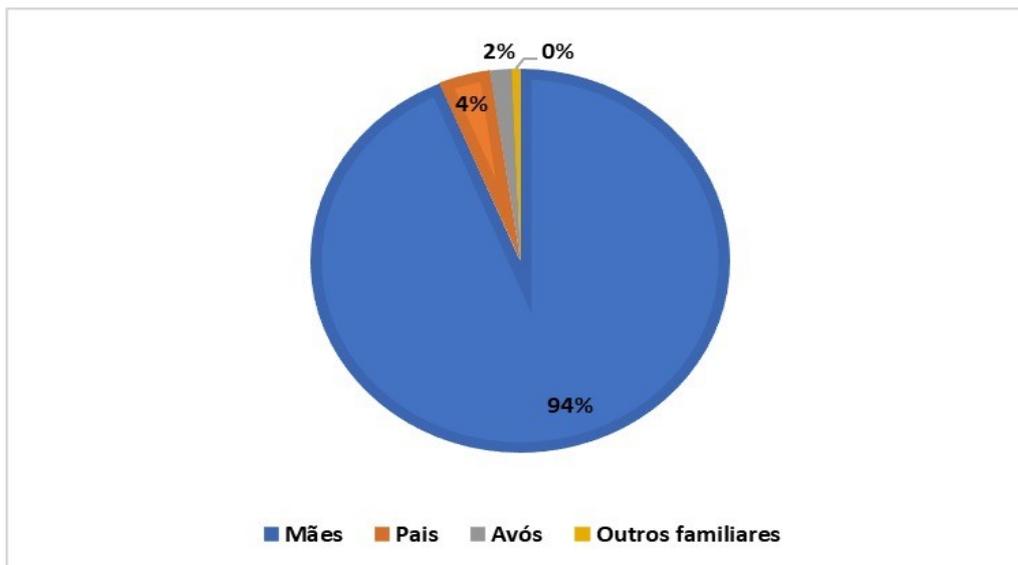
Localidade	Kits distribuídos	Distribuição	Período do benefício	crianças beneficiadas
Pacaraima	2.600	semanal	3 meses	380
Boa Vista	1.364	semanal	Entre 1 e 2 meses	216
Total				596

Fonte: Registro do IMDH

Em Boa Vista a distribuição é feita pelo próprio IMDH que busca identificar as famílias com maior necessidade. Uma mesma família pode repetir o recebimento do Kit em diferentes períodos, pois muitas vezes o estado de maior necessidade se manifesta em diferentes momentos.

A situação vivenciada em Pacaraima requer sem sobra de dúvidas os esforços do instituto em manter a proteção de crianças. Por não haver tantas organizações em prol da luta a proteção de migrantes e refugiados, os sujeitos encontram apoio na Casa de Acolhida São José, parceira do IMDH, que tem realizado a entrega dos kits, priorizando famílias que vivem em espaços improvisados pelos próprios migrantes, situações de extrema precariedade e com sérias limitações alimentares. O nível de pobreza enfrentado pela cidade é alto, e como medida de garantir alimentação às crianças migrantes, o recurso é entregue semanalmente, em média, durante 3 meses.

O gráfico a seguir demonstra quem foi cadastrado e efetivamente quem retirou o kit, sendo esse o indicativo do responsável pela criança.

Gráfico 7A.1 – Responsável pela retirada do Kit

Fonte: Registro do IMDH

As mães foram quase 100% responsáveis pela retirada do kit. Grande parte dos núcleos familiares são compostos por mães solas, isto é, famílias chefiadas por mulheres na faixa etária de 25 a 50 anos. Ainda que haja a presença do pai ou padrasto, este sai a buscar diárias de trabalho e as mulheres ficam responsáveis pelo cuidado com os filhos. Ciente dessa condição, o instituto prioriza que os recursos sejam entregues às mulheres, inclusive por uma questão de equidade de gênero e proteção contra violências baseadas em gênero.

Avaliação dos resultados

Avalia-se o resultado deste projeto como uma valiosa medida de emergência, frente à grande necessidade de colaborar com as famílias no provimento nutricional para as crianças na primeira infância.

O impacto foi altamente positivo, pois **596 crianças** foram beneficiadas com um complemento alimentar durante um período variável entre 1 e 3 meses. É importante salientar a necessidade de auxílios e apoios de diversos organismos, mas que funcionem de maneira integrada. Também se destaca a necessidade do registro das ações de forma sistemática e funcional, a fim de facilitar a organização dos dados e transparência nas ações. O projeto Angel Gabriel, totalmente apoiado por doadores anônimos da sociedade, revela a força da organização comunitária e do espírito de solidariedade.

Total de pessoas beneficiadas: 596 pessoas

Obs.: No quadro geral de atendimentos, fazemos constar somente as crianças do Projeto Angel Gabriel, pois as demais já estão incluídas nos dados dos Projetos 1 e 2 deste relatório.

PROGRAMA II – Incidência, Articulação e Sensibilização

PROJETO 8 – Incidência por Políticas Públicas de proteção e defesa de direitos

Objetivo: Promover e somar forças com outras organizações na atuação junto ao Congresso Nacional, instâncias públicas e administrativas, para expandir as conquistas nas políticas e direitos adquiridos e avançar em disposições legais e medidas em favor do instituto do refúgio, do direito de migrar e da proteção e integração de migrantes e refugiados.

Período de realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2021.

Descrição das Ações:

- Acompanhar e atuar em favor da implementação da nova Lei de Migração;
- Defender políticas e direitos adquiridos, juntamente com outras organizações da sociedade;
- Defender e colaborar medidas que favoreçam a integração social, educacional e laboral de pessoas migrantes e refugiadas no Distrito Federal;
- Manter-se atuante e vigilante em relação à resposta do Governo Federal a fluxos migratórios decorrentes de crises humanitárias;
- Atuar junto a instâncias administrativas, Conselhos, e entidades parceiras em favor de políticas públicas e de acesso às políticas vigentes;
- Participar de audiências públicas e do trabalho de sensibilização de tomadores de decisão a respeito do tema das migrações e refúgio;
- Propiciar aos coletivos de migrantes capacitação e apoiar seu protagonismo.

Público Alvo: Sociedade, pessoas migrantes e refugiadas e instâncias governamentais e políticas.

Metas de Atendimento: Defender direitos adquiridos e avançar na conquista de disposições e medidas que favoreçam o acesso de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas às políticas públicas vigentes.

Recurso financeiro utilizado: A própria capacidade instalada e do convênio com o ACNUR e insumos do IMDH.

Recursos humanos envolvidos: Equipe do IMDH, voluntários e um profissional contratado para comunicação social e digital.

Abrangência territorial: Nacional e internacional.

Participação dos usuários: Os usuários são integrantes e protagonistas da ação, uma vez que incorporam a ótica da preservação dos direitos humanos de migrantes e refugiados em suas atividades regulares, ampliando o alcance das ações de incidência realizadas pelo IMDH e seu impacto prático em termos legislativos e de políticas públicas.

Desenvolvimento do projeto

8. Introdução

Além da atuação no atendimento direto à população migrante e refugiada, o IMDH também atua com ações de incidência política (advocacy). Esta atuação sempre fez parte das preocupações e dedicação do Instituto.

Como estratégia mais eficaz e valorizando a ação em conjunto, o IMDH há 17 anos articulou e atualmente atua na dinamização da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados – RedeMiR, um conjunto de entidades que une forças para que a incidência tenha mais eficácia

O objetivo é assegurar aos migrantes, refugiados, solicitantes da condição de refugiado e apátridas, a efetividade e promoção de seus direitos, o avanço no marco jurídico institucional de proteção, a inclusão dessas pessoas em políticas públicas universais e, ainda, o incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas específicas às suas demandas.

Esta atuação se desenvolve através de distintas ações, tais como: participação em audiências públicas, produção de estudos, contribuições com notas técnicas, reuniões em diversos órgãos e instâncias, eventos, seminários, conferências, entrevistas, entre outras ações que possam vir a incidir para a defesa e promoção dos direitos das pessoas de interesse.

8.1 Questões relacionadas à Pandemia de COVID-19

Desde o início de 2020, diversas Portarias emitidas por órgãos do governo federal passaram a regulamentar medidas restritivas relacionadas à contenção da disseminação do coronavírus. Dentre tais medidas inclui-se o fechamento das fronteiras terrestres, que foi objeto de mais de 30 Portarias sucessivas desde o início da pandemia.

O IMDH, em parceria com outras organizações, tem atuado persistentemente no sentido de apresentar propostas para avançar na proteção de direitos e evitar que cerceamentos estabelecidos se prolongassem além do tempo necessário. Houve resultados positivos.

Em 23 de junho de 2021 foi editada a Portaria Interministerial nº 655, que permitiu a flexibilização da entrada diária de um número restrito de migrantes oriundos

da Venezuela no território brasileiro. A partir desta Portaria foi admitida também a possibilidade de regularização migratória de pessoas venezuelanas que haviam entrado no país sem passar pelo posto de fronteira, durante o período de restrição total de entrada. Essa flexibilização representou um grande avanço para a situação do alto contingente de migrantes indocumentados que se encontravam no Brasil, sendo certo que a atuação da sociedade civil foi determinante para tal, como se detalhará a seguir.

8.2 Regularização migratória

O IMDH redigiu e enviou em 31 de maio uma carta-ofício ao Secretário Nacional de Justiça, à época o Dr. Claudio de Castro Panoeiro e à Diretora do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, Dra. Ligia Neves, expondo as enormes repercussões sociais e emocionais para as pessoas em situação de indocumentadas. Estas pessoas vivem com medo e temor diante da possibilidade de uma deportação e com dificuldade de acessar serviços básicos como atendimento médico, matrícula de crianças em escolas e até mesmo o registro em Cartórios de crianças recém-nascidas, filhas de pais migrantes indocumentados.

Assim, foi solicitada perante essas autoridades uma oportunidade de documentação junto à Polícia Federal das pessoas migrantes e refugiadas que se encontravam no Brasil impedidas de apresentar sua solicitação de autorização de residência ou pedido de reconhecimento da condição de refugiado. Diversas entidades e organizações da sociedade civil, ao todo trinta e oito, assinaram em conjunto essa carta-ofício dirigida ao Secretário Nacional de Justiça e ao Departamento de Migrações, do Ministério da Justiça.

De fato, foi possível observar que tal ação contribuiu para que os migrantes pudessem passar a se documentar, ou seja, a solicitar o reconhecimento da condição de refugiado perante o CONARE ou a solicitar autorização de residência perante a Polícia Federal, o que foi permitido a partir da Portaria nº 655, de 23 de junho de 2021, como mencionado acima. Até dezembro de 2021, no entanto, essa flexibilização somente se estendia a nacionais da Venezuela, havendo um alto número de migrantes das mais diversas nacionalidades que entraram durante a pandemia sem a possibilidade de se regularizar.

8.3 Outras atuações em âmbito federal

8.3.1 Reunião sobre Naturalização e Cursos de português

O IMDH, assim como outras organizações da sociedade civil, atua no atendimento e apoio a migrantes e refugiados a realizarem o pedido de naturalização perante a Polícia Federal. Em 13 de novembro de 2020 foi editada a Portaria nº 623 que regulamenta os procedimentos de naturalização, atualizando os requisitos normativos anteriormente elencados.

Ocorre que, uma das novas exigências trazidas por esta Portaria foi a de comprovar a capacidade de se comunicar em língua portuguesa. Uma série de

documentos são elencados na portaria para fins de comprovação dessa capacidade. Os cursos de português para migrantes e refugiados que são regularmente oferecidos por diversas universidades pelo Brasil incluem-se nesse rol, porém alguns requisitos extras foram elencados no texto normativo, tais como o histórico escolar e o conteúdo programático da capacitação realizada, além do certificado de conclusão. Essas exigências acabaram dificultando o acesso ao processo de naturalização, uma vez que muitos cursos já consolidados enfrentam dificuldades e obstáculos administrativos para emitir documentos como histórico escolar no âmbito de cursos de extensão.

Ainda, a Portaria nº 623/2020 prevê que o curso de língua portuguesa direcionado a imigrantes realizado em instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação poderá ser realizado na modalidade à distância, desde que o aluno, previamente identificado, seja submetido a pelo menos uma avaliação presencial no estabelecimento responsável ou, no caso de discente domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior a ele conveniado e também credenciada pelo Ministério da Educação. Essa exigência também dificultou o acesso de migrantes e refugiados à naturalização, considerando que as medidas de distanciamento social se fizeram necessárias como medidas de prevenção à disseminação da COVID-19.

Diante desse novo cenário, o IMDH decidiu se mobilizar junto a outras entidades que atuam com a questão da naturalização, incluindo universidades, para abordar essa temática junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Essa reunião foi pensada a partir das reuniões mensais do grupo de Trabalho de migrações e refúgio da RAC – Rede de Advocacy Colaborativo.

Em 28 de maio foi realizada uma reunião de alinhamento e preparo entre as entidades para reunião com a Polícia Federal, sobre Naturalização, que ocorreu no dia 1º de junho de 2021. A reunião da sociedade civil com DEMIG (MJSP) e PF sobre Portaria 623/2020, referente à naturalização ocorreu em 01 de junho. As questões apontadas pelas universidades e organizações da sociedade civil se direcionavam às dificuldades de comprovação de conhecimento da língua portuguesa por parte de migrantes que apresentam o pedido de naturalização. Além disso, foram apontadas questões procedimentais e operacionais que obstaculizam o bom andamento do processo, como a falta de padronização dos documentos exigidos em diferentes estados. Os principais pontos de dificuldade foram levados em conta pelas autoridades para a elaboração de uma possível atualização das exigências para o processo de naturalização futuramente.

Em 13 de outubro, o IMDH se reuniu com a Universidade Católica de Brasília para tratar das aulas de português para migrantes e refugiados, com o objetivo de alinhar com a universidade a relação dos documentos exigidos pela Portaria e acompanhar as atividades do projeto Ser+, que oferece aulas de português para migrantes e refugiados interessados em aprender o idioma. A UCB oferece todos os documentos de certificação da conclusão do curso de português, de acordo com as exigências estabelecidas na Portaria que trata de naturalização.

8.4 Participação em reuniões, seminários, conferências e outros eventos

No campo da incidência política, vale destacar o trabalho sistemático realizado pelo IMDH participando e organizando seminários, conferências, reuniões e palestras sobre a temática do refúgio e migrações, além do apoio às iniciativas e subsídios para a qualificação do debate público. Importante salientar que todas as atividades desenvolvidas tiveram por objetivo sensibilizar a sociedade e comunidades de acolhida sobre a situação da população de interesse e colaborar na proposição de políticas públicas. Nessa direção, segue lista das principais atividades desenvolvidas ao longo do ano:

Tabela 8.1 – Reuniões, seminários, conferências e outros eventos

Data	Conteúdo, pauta da reunião, mais informações e encaminhamentos
26/02/2021	Aproximação entre as instituições para fortalecer parcerias que promovam a integração de refugiados e migrantes no mercado de trabalho formal. Encaminhamentos: conhecer a plataforma "Somamos", marcar tema e dia para capacitação em RH e networking com empresas realizada pela Estou Refugiado.
19/03/2021	Reunião entre IMDH, DPU e GDF: Atualizações sobre a criação de Comitê de apoio a migrantes e refugiados no DF. Discutiu-se sobre a minuta da portaria em trâmite para a composição de um GT sobre a temática no âmbito do GDF. Constam nesta minuta representantes da Secretaria de Segurança Pública, do Desenvolvimento Social, da Educação, Saúde e Trabalho. Aguardando nomes indicados para a criação do GT, o qual é um ponto de partida para o Comitê. Sobre o Posto de Atendimento para Migrantes, planeja-se para esse espaço apoio psicológico, assistência social e apoio Jurídico. Foi sugerido como local a Rodoviária do Plano Piloto, mas ainda isto será discutido com mais profundidade.
05/04/2021	Acompanhamento da Audiência Pública sobre Direitos Humanos de pessoas migrantes e refugiadas do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH. Transmissão ao vivo através do canal do Youtube da Conectas Direitos Humanos, com o intuito de coletar informações de organizações públicas, governamentais e não governamentais, movimentos sociais e especialistas, sobre a situação dos direitos humanos de pessoas migrantes e refugiados.
10/04/2021	Participação do IMDH de Ir. Rosita na 2º Roda de Conversa com migrantes e refugiados, juntamente com representantes da Cáritas Paraná, DPU e ACNUR, a qual tratou sobre a Portaria Interministerial MJSP/MRE 19.
11/05/2021	Participação no Ciclo de Capacitações e Troca de Experiências na Assistência Jurídica a Migrantes e Refugiados organizado pela DPU e OIM. Acompanhamento da Oficina sobre Regularização Migratória (Parte 1)
12/05/2021	Participação no Ciclo de Capacitações e Troca de Experiências na Assistência

	Jurídica a Migrantes e Refugiados organizado pela DPU e OIM. Acompanhamento da Oficina sobre Regularização Migratória (Parte 2)
19/05/2021	Participação no Ciclo de Capacitações e Troca de Experiências na Assistência Jurídica a Migrantes e Refugiados organizado pela DPU e OIM. Acompanhamento da Oficina sobre Crianças e Adolescentes migrantes.
28/05/2021	Acompanhamento da Live da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados Pandemia: “Revalidação de Diplomas e Refugiados nas Universidades”. Canal no Youtube do Senador Paulo Paim.
24/06/2021	Participação do IMDH como expositor, por Adriana Santos e Marianna Borges, no “Encontro Nacional do Dia do Imigrante” promovido pelo GEMIIN – Grupo de Estudos em Migrações Internacional/UNESP.
08/07/2021	Reunião entre Secretaria de Direitos Humanos de Marília/SP, GEMIIN/UNESP e IMDH relativa ao desenvolvimento de políticas públicas para migrantes e Refugiados no município de Marília/SP. O IMDH contribuiu com resposta à consulta de Luciana Santos, assessora da SDH de Marília acerca do acolhimento, regularização migratória, atenção e desenvolvimento de políticas públicas para migrantes em Marília/SP.
12/07/2021	Acompanhamento da palestra: "Fronteira Brasil e Venezuela: Impactos da Política Migratória Brasileira" no âmbito da 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.
15/07/2021	Acompanhamento da Live da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados na Pandemia: As migrações no contexto das crises ambientais. Canal no Youtube do Senador Paulo Paim.
19/08/2021	<p>Reunião com professor da UNESP Antonio Braga e Secretaria de Direitos Humanos de Marília-SP: Reunião para planejamento do Webinar UNESP sobre Programa de Atenção a Migrantes e Refugiados Na reunião, estavam presentes, pela UNESP Claudia Regina Mosca (integrante da direção), Mariana Moron e Antonio Mendes (docentes), Wilson Damasceno (Secretário de Direitos Humanos de Marília/SP), Luciana Santos (assessora da SDH).</p> <p>A UNESP é uma universidade estadual de São Paulo que conta com 24 campi espalhados por várias cidades do estado. A Universidade, com o apoio da Reitoria, está construindo um programa de atenção e acolhimento a migrantes e refugiados, com o intuito de estabelecer uma rede entre todos os campi e instituições parceiras para atuar na temática da migração, para fortalecer o apoio à comunidade migrante que está crescendo na cidade. O objetivo é sistematizar ações no tema que, do ponto de vista da universidade, não sejam só pontuais e focadas em pessoas específicas, mas sim para se tornar algo duradouro. Tem o objetivo de viabilizar uma rede temática com outras</p>

	<p>universidades e projetos de extensão para pensar as necessidades dos migrantes da região.</p> <p>Para o Webinar, pensou-se em um painel de discussões pela manhã e grupos de trabalho na parte da tarde, que discutiram propostas e encaminhamentos em “eixos temáticos”. Nesta reunião foram pensados alguns eixos temáticos, como regularização migratória, empregabilidade e trabalho, educação (incluindo revalidação de diplomas), acesso à saúde, língua e cultura, entre outros. Ao final das discussões temáticas, a proposta é que haja uma plenária final para cada grupo de trabalho apresentar os encaminhamentos construídos durante a sessão.</p>
26/08/2021	<p>Reunião entre IMDH e Mawon (Rio de Janeiro) sobre situação de vistos de Reunião Familiar para cidadãos haitianos. Reunião com presença de Mélanie e Bob (diretores da Mawon) e Alexia Kilaris (advogada Mawon) e Irmã Rosita e Marianna Borges, sobre a situação de haitianos no Brasil. Falou-se na impossibilidade de haitianos trazerem familiares através do visto de Reunião Familiar, bem como da impossibilidade de haitianos acessarem o visto por acolhida humanitária. Há dificuldades de atender a todos os nacionais daquele país pela embaixada. A Mawon informou que está fazendo um mapeamento de haitianos no Rio de Janeiro, que gostariam de trazer seus familiares para o Brasil.</p>
27/08/2021	<p>Reunião entre o IMDH e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Reunião de apresentação dos programas do Ministério sobre acolhimento à população migrante e proposta de cooperação técnica com o objetivo de fomentar organizações e associações lideradas por migrantes.</p>
30/08/2021	<p>Reunião do Grupo Mulheres do Brasil e IMDH: elaboração de proposta de centro de referência para migrantes a nível governamental. Apresentação de proposta do centro de referência/integração baseados nos verbos acolher, proteger, promover e integrar, e no modelo da Casa da Mulher Brasileira.</p>
31/08/2021	<p>Reunião com Prof. Marco Aurélio Machado de Oliveira do Coletivo Migrante (UFMS) – Corumbá/MS - Observatório das migrações de fronteira.</p> <p>Foi realizado um convite ao IMDH, na figura da Ir. Rosita, para compor um comitê de avaliação do projeto que está sendo implementado em Corumbá que visa apoiar a população migrante e residentes pendulares a acessarem os serviços públicos locais.</p>
24/09/2021	<p>Participação do IMDH com exposição da Irmã Rosita na Audiência Pública “Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados” na Câmara Legislativa do Distrito Federal, iniciativa do deputado Fábio Felix (Psol), presidente da Comissão de Direitos Humanos da CLDF.</p>
24/09/2021	<p>Participação do IMDH com exposições de Irmã Rosita e Marianna Borges no Webinar - Rede Temática de Extensão: Rede de Atenção ao Migrante Internacional (RAMIN/UNESP), com a participação da Secretaria de Direitos Humanos de Marília/SP.</p>

13/10/2021	Reunião entre IMDH e UCB sobre aulas de português para fins de naturalização. O objetivo da reunião foi o alinhamento com a universidade em relação aos documentos exigidos pela Portaria e acompanhar as atividades da universidade sobre o projeto Ser+, que oferece aulas de português para migrantes e refugiados interessados em aprender o idioma.
10/11/2021	Participação do IMDH com exposição da advogada responsável pelo setor de Proteção, Marianna Borges, e de Irmã Rosita, na audiência pública para discutir os direitos dos migrantes ocorrida na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O debate fez parte da série de discussões sobre os temas objeto das recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU.
18/11/2021	Participação do IMDH - Ir. Rosita, Marianna Borges e Mariana Reis - em aula da disciplina de pós-graduação “Direitos Humanos e tutela antidiscriminatória: perspectivas latino-americanas” da UNIVALI sobre o tema “Os direitos humanos de migrantes e refugiados e o trabalho do IMDH de acolhimento, proteção e integração”.
25/11/2021	Participação como expositora da advogada responsável pelo Setor de Proteção, Marianna Borges, na mesa “Migrações e Direitos Humanos” do Congresso Internacional VI CEPIAL – Desarrollo Local y Autonomia Socioambiental en América Latina

Fonte: Registro do IMDH

8.5 Participação em Reuniões da Rede Advocacy Colaborativa – RAC

Durante o ano de 2021, diversas reuniões foram realizadas entre o IMDH e as instituições integrantes da Rede Colaborativa de Advocacy – RAC. Em geral, as reuniões foram realizadas mensalmente, objetivando manter a atualização do grupo, bem como preparatórias a outras reuniões estratégicas realizadas no âmbito da RAC:

Tabela 8.2 – Reuniões Rede Advocacy Colaborativa- RAC

Data	Conteúdo, pauta da reunião, mais informações e encaminhamentos
26/01/2021	Atualização das organizações; Planos para 2021 e Retomada de atendimentos da PF.
08/02/2021	Instituições integrantes da RAC. Delimitação de possíveis estratégias para atuação na Casa Civil. Apresentadas atualizações pela Irmã Rosita relacionada à reunião das Instituições e com o General Barros no âmbito da Operação Acolhida. A reunião foi convocada para discussão de possíveis estratégias para atuação na Casa Civil, tendo em vista a nova Portaria de Fronteiras. Sugestão de redação de um documento informativo com todas as preocupações da sociedade civil sobre questões documentais.

15/02/2021	<p>RAC - Reunião de alinhamento</p> <p>Reunião preparatória à reunião do dia 18/02 com Dra. Lígia e Dr. Furquim, onde serão discutidas preocupações da Sociedade Civil quanto aos indocumentados, prazos de validade da documentação, atendimentos realizados pela Polícia Federal e outras flexibilizações necessárias à regularização migratória.</p>
18/02/2021	<p>Instituições Integrantes da RAC, Dr. Furquim (PF), Dra. Lígia (DEMIG) e Dr. Bernardo (CG-Conare). Diálogo com os representantes do Governo</p> <p>Os assuntos abordados se limitaram ao vencimento de documentação, Portaria n. 652 e situação dos indocumentados. Dr. Furquim registrou o movimento do Governo no sentido da publicação de nova Portaria prorrogando os prazos de vencimento dos documentos. Não foram apresentadas soluções quanto aos indocumentados, bem como sobre a portaria 652.</p>
22/02/2021	<p>Apresentadas informações sobre a situação no Acre; Revalida; regularização crianças; Casa Civil e CIDH.</p>
26/04/2021	<p>Planejamento para realização de reuniões online com debates na Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados; debates sobre possibilidade de judicialização de ADPF perante o Supremo contra a portaria de fechamento de fronteiras; debates sobre possibilidade de atuação para revisão de exigências da portaria de naturalização.</p>
27/04/2021	<p>Planejamento e encaminhamentos para construção da programação do 3º Encontro de Advocacy.</p>
17/05/2021	<p>3º Encontro Migração & Advocacy da RAC – Rede Advocacy Colaborativo Grupo Temático de Direitos Humanos. A apresentação englobou a exposição sobre contextualização das atividades do Congresso Nacional e temas-chave sobre Migração e Refúgio.</p>
18/05/2021	<p>3º Encontro Migração & Advocacy da RAC – Rede Advocacy Colaborativo Grupo Temático de Direitos Humanos. A apresentação englobou a exposição sobre as estratégias de comunicação da RAC e apresentação da plataforma Parlametria e a elaboração do Plano de Advocacy.</p>
28/05/2021	<p>Reunião membros GT Naturalização - de alinhamento e preparo para reunião com Polícia Federal sobre Naturalização que ocorrerá dia 01/06.</p>
31/05/2021	<p>Apresentação de novos membros; Debates sobre temas trazidos pelas organizações definidos no Encontro Migração e Advocacy; Alinhamento final</p>

	sobre reuniões de 01/06, encaminhamentos sobre acesso ao território e ADPF fronteiras.
01/06/2021	Reunião sociedade civil e universidades com DEMIG (MJSP) e PF sobre Portaria 623/2020 (Naturalização). Questões apontadas pelas universidades e organizações da sociedade civil que dizem respeito às dificuldades de comprovação de conhecimento da língua portuguesa por parte de migrantes que entram com o pedido de naturalização. Além disso, foram apontadas questões procedimentais e operacionais que obstaculizam o bom andamento do processo de naturalização.
05/07/2021	Atualizações sobre Portaria 655/2021, debates sobre dificuldades enfrentadas por cidadãos haitianos no atendimento pela Embaixada brasileira no Haiti para fins de reunião familiar; Atualizações sobre fronteira pelas organizações; Esclarecimentos sobre questão de multas aplicadas a migrantes.
12/07/2021	Reunião para alinhamento de ações temáticas e prioridades de advocacy, discussão sobre possível anistia a multas por nota da sociedade civil; alinhamento para reuniões com organizações internacionais sobre a temática de regularização migratória.
17/08/2021	Reunião extraordinária das organizações de todos os GTs que compõem a RAC Reunião sobre acesso e transparência no Congresso Nacional.
17/08/2021	Reunião extraordinária das organizações compõem o GT de Migração e Refúgio da RAC sobre o parecer do relator ao PL 2699/2020; construção de encaminhamentos e propostas; Possibilidade para nova portaria de acolhida humanitária para nacionais do Afeganistão, proposta de Portaria com MJSP e MRE, ver uma data. Atualização sobre liminar que possibilita haitianos a virem ao BR por reunião familiar sem visto.
30/08/2021	Portaria DIREX 25; Situação do visto humanitário para residentes no Afeganistão; atualização sobre nota conjunta enviada pela sociedade civil ao CONARE; situação de haitianos que não têm acesso ao visto humanitário/reunião familiar; agendamento de reunião com Dep. Aécio Neves, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados do Brasil - CREDN.
30/09/2021	Reunião sobre PLs da temática migração e refúgio. Reunião sobre possíveis contatos com assessoria do Presidente da CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para discutir os PLs que estão tramitando na Comissão.
08/11/2021	Foram discutidas as dificuldades enfrentadas por migrantes e refugiados do Haiti e Afeganistão e possíveis estratégias de advocacy para tais questões.

08/12/2021	Deliberação sobre adesão de novas organizações à RAC; Atualizações da DPU sobre ações civis públicas e ações de <i>advocacy</i> perante MRE sobre emissão de visto de Acolhida humanitária.
-------------------	---

Fonte: Registro do IMDH

8.6 Agenda internacional

Tabela 8.3 - Atividades e ações de incidência com abrangência internacional

Data	Conteúdo
24/06/2021	ACNUR, Swiss Refugee Council, Swiss State Secretariat for Migration, Estados, ONGs, Setor Privado, Academia Annual Tripartite Consultations on Resettlement (ATCR) / Consulta anual tripartite sobre reassentamento Boas-vindas e Facilitação; Atualização de proteção global; Tipologia e definições no espaço das soluções de países terceiros; OCDE-ACNUR “Caminhos Seguros para Refugiados II”; Estrutura de indicadores do Global Compact on Refugees (GCR); Atualizações sobre o Trabalho de Expansão dos Programas de Caminhos de Educação, Trabalho e Reagrupamento Familiar.
28/06/2021	ACNUR, Swiss Refugee Council, Swiss State Secretariat for Migration, Estados, ONGs, Setor Privado, Academia Annual Tripartite Consultations on Resettlement (ATCR) / Consulta anual tripartite sobre reassentamento. Boas-vindas e Facilitação; Reassentamento por meio de parceria e financiamento inovadores; Patrocínio comunitário centrado na proteção; Integração de refugiados na Suíça; Discurso de Encerramento
08/09/2021	Consultas regionais de ONGs do ACNUR 2021 “Crescendo mais forte juntos” - UNHCR 2021 Regional NGO Consultations “Growing stronger together” Integração: Como a integração dos refugiados pode ser fortalecida por uma agenda de localização informada e proativa. Proteção: Explorando as necessidades e prioridades locais e organizações nacionais para fornecer proteção aos deslocados à força.
09/09/2021	Consultas regionais de ONGs do ACNUR 2021 “Crescendo mais forte juntos”: Ação climática no contexto de deslocamento e proteção considerando as necessidades, desafios e oportunidades.

Fonte: Registro do IMDH

Além das atividades de incidência com abrangência internacional realizadas pelo IMDH, a responsável pelo Setor de Proteção concluiu uma formação sobre Advocacy Internacional como representante do IMDH, a fim de abranger as atividades de incidência do IMDH e contribuir para a especialização das ações nessa área.

Tabela 8.4 – Curso Advocacy internacional em Direitos Humanos oferecido por IDDH - Instituto de Desenvolvimento em Direitos Humanos

Data	Tema
11/05/2021	Webinar de apresentação do curso e introdução ao sistema ONU
20/05/2021	Webinar sobre relevância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e Revisão Periódica Universal - RPU
25/05/2021	Webinar com professores especialistas em Direitos Humanos sobre incidência internacional
27/05/2021	Webinar de avaliação e encerramento do módulo 1
25/06/2021	Atividade Ponte: Compartilhamento com demais membros da equipe do IMDH sobre as atividades de incidência por políticas públicas e garantia de direitos no âmbito do advocacy internacional.
01/07/2021	Webinar de apresentação do Módulo Final, com formação dos GTs e dinâmicas em GTs e informes sobre incidência internacional.
08/07/2021	Webinar de prática de avaliação de uma recomendação, estratégias de como fazer uma boa avaliação e como elaborar uma boa recomendação. Dinâmica de encerramento e reflexão.

Fonte: Registro do IMDH

8.7 Contribuições e participações em reuniões do Coletivo RPU

O Coletivo RPU é composto por 30 organizações da sociedade civil que acompanham questões relativas à política externa brasileira e juntas têm o intuito de acompanhar a Revisão Periódica Universal, que é um mecanismo da Organização das Nações Unidas que monitora o cumprimento das obrigações e compromissos de Direitos Humanos assumidos pelos Estados-membros, visando à melhoria da situação dos Direitos Humanos no mundo.

Dedica-se à produção de relatórios de monitoramento da situação de Direitos Humanos no Brasil, a partir das pesquisas e dados atualizados trazidos pelas organizações que o compõem. Em 2020 o Coletivo produziu um relatório, do qual o IMDH participou, sobre os impactos da pandemia de COVID-19, com o objetivo de registrar violações ocorridas no momento de crises institucional e sanitária.

Em 2021, o Coletivo RPU se reuniu para planejar a elaboração de um relatório para o monitoramento das recomendações aceitas pelo Brasil no 3º ciclo da RPU. Na reunião de 06 de abril, foram discutidas as atualizações do contexto de incidências internacionais realizadas a partir dos relatórios anteriores, como o lançamento, live e roda de diálogos com Embaixadas, além de ter sido discutido o cronograma do ano. Em

11 de maio ocorreu uma reunião do Coletivo, em que o planejamento para a elaboração do relatório foi apresentado. Ao longo do ano, as organizações da sociedade civil membros do Coletivo se dividiram em grupos de trabalho temáticos.

O IMDH integrou o GT 9: Migração, refúgio, racismo e (des)igualdades, fazendo sua contribuição com a avaliação das recomendações cuja temática dizia respeito a questões de migrações e refúgio. A previsão de finalização e lançamento do relatório está prevista para março de 2022. Em 17 de novembro, foi realizada a reunião de retrospectiva das atividades de 2021, e uma rodada de atualizações sobre o andamento dos relatórios. Foram selecionadas conjuntamente as capas para cada relatório temático e discutidas as atividades de advocacy do coletivo para 2022.

Avaliação dos resultados:

As ações de incidência em Direitos Humanos consistem em um esforço constante e contínuo das organizações da sociedade civil. O trabalho em rede e em coletivo é fundamental para garantir que as demandas da população sejam ouvidas pelos órgãos e autoridades públicas. Trata-se de um projeto de grande relevância com o objetivo de promover avanços e evitar retrocessos nas disposições e conquistas já consolidadas em instrumentos legais ou em políticas públicas.

O ano de 2021 foi de muitos desafios, com muitas violações de direitos, mas o trabalho em rede foi crucial para fazer frente a tais retrocessos. As ferramentas de comunicação online e remotas foram indispensáveis para realizar articulações e pontes com demais atores envolvidos nas atividades de advocacy e principalmente manter o contato com a população de interesse, para ouvir suas demandas e dificuldades.

Pessoas beneficiadas: Não havendo uma população específica atendida, pois o projeto não tem esta finalidade, não registramos número de beneficiários. Os benefícios aqui são em favor da população em sentido amplo.

PROJETO 9 - Apoio e Fortalecimento da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR)

Objetivo: Contribuir no fortalecimento das ações da sociedade civil e na articulação com instâncias públicas, em prol da defesa dos direitos de pessoas migrantes, refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas e da capacitação dos agentes que atuam na política da mobilidade humana.

Período de Realização: 01.01.2021 a 31.12.2021

Descrição das Ações:

- Articular a atuação e fortalecer as ações locais ou nacionais da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados/RedeMiR (aproximadamente 60 instituições), em parceria com ACNUR, CONARE e outras entidades;
- Enviar às entidades parceiras, com regularidade, matérias, subsídios como cartilhas informativas, materiais para aprendizagem do português e outras publicações de interesse;
- Realizar um Encontro anual para aprofundar e debater temas de interesse coletivo e avançar na conquista de políticas públicas em favor das populações de interesse;
- Oferecer assessoria jurídico-administrativa às entidades membros da Rede e de seus agentes para regularização de migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas assistidos nas respectivas localidades;
- Colaborar em seminários e atividades de capacitação de agentes, segundo solicitação das entidades.

Público alvo: Agentes das entidades da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e de outras instituições que atuam na área.

Metas de Atendimento: Realizar um Encontro Nacional anual; atender todas as solicitações vindas das entidades, incluindo assistência jurídica e, em casos de maior necessidade, assistência financeira (condicionada à disponibilidade de recursos).

Recurso financeiro utilizado: Recursos do convênio com o ACNUR e do próprio IMDH.

Recursos humanos envolvidos: Toda a equipe do IMDH, colaboradores e voluntários.

Abrangência territorial: Nacional.

Participação dos usuários: As entidades da Rede participam de todo o processo e da própria realização dos Encontros, Seminários, eventos, capacitação, ao final dos quais é feita avaliação escrita e coletadas as sugestões e propostas, cujo cumprimento também é avaliado pelas próprias entidades e seus agentes.

Desenvolvimento do Projeto

1 – Realização do XVII encontro nacional da REDEMIR

Tema do Encontro: **“Migração e refúgio: acolhimento, proteção e integração em tempos de pandemia”**

Encontro virtual: **05, 07, 19 e 21 de outubro de 2021**

Comitê Estratégico:

IMDH – Irmã Rosita Milesi

ACNUR – Pablo Mattos

FICAS – Andreia Saul

SMH/CNBB – Ir. Claudina Scapini

Facilitadores/as:

FICAS – Andreia Saul e Bira Azevedo

Participantes:

O XVII Encontro da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), promovido pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com a facilitação do FICAS; foi realizado online para a segurança de todas e todos os participantes, devido à pandemia de COVID-19. Este formato contribuiu para que grande número de pessoas e instituições de diferentes regiões do país pudessem participar. Ao longo das 4 sessões do Encontro, participaram 166 pessoas, representando 81 organizações - incluindo seus núcleos regionais, de 42 cidades e 18 estados + Distrito Federal, de todas as regiões do país, além de participantes que se encontravam em outros países.

9. Terça-feira – 05 de outubro (1º dia)

9.1 Introdução

O encontro começou com momento de acolhida e conexão entre os participantes, acompanhada de música, e orientação para o acesso à plataforma digital. Os facilitadores deram as boas-vindas a todos e todas para mais um encontro das redes, e assim apresentaram a programação do evento. Em seguida os facilitadores convidaram os participantes a homenagearem suas parceiras, parceiros, companheiras e companheiros de trabalho, membros que dedicaram sua vida e que continuam inspirando o caminhar. Através da nuvem de palavras reconhecemos nomes marcantes na luta pela proteção de migrantes e refugiados, mas que infelizmente se foram devido à pandemia da COVID-19.

9.1.2 Primeira sessão: Integração de migrantes e refugiados: o que aprendemos nesses últimos tempos?

A primeira sessão iniciou com a fala do Paulo Sérgio, Oficial de Meios de Vida e Inclusão Econômica do ACNUR, trouxe em sua apresentação o tema da Integração e Inserção Socioeconômica das pessoas refugiadas e migrantes, identificando que do ponto de vista formal/legal, direitos já foram conquistados no Brasil por meio de muita luta. Porém o cotidiano das organizações indica que na prática, a possibilidade ampla de acesso a direitos públicos e ao mercado de trabalho ainda está distante desse público.

Paulo trouxe a problemática que existe na falta de informações sobre as pessoas migrantes no país, colocando como exemplo a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua” feita pelo IBGE que ainda não traz o recorte por nacionalidade, deixando lapsos nos registros do processo de integração das pessoas migrantes no país. A expectativa é de que no próximo ano (2022) se tenha uma informação relevante sobre a população refugiada no Brasil por meio do censo. Em contrapartida, registros têm sido colhidos mais recentemente, como o feito pelo Banco Mundial em parceria com a ACNUR, onde consta que das pessoas venezuelanas em idade ativa de trabalho, apenas 33% delas tem chances de conseguir um emprego formal se comparada a uma pessoa brasileira, acentuando ainda mais a desigualdade quando colocado os recortes de gênero, raça e população LGBTQIA+.

Outra pesquisa que o palestrante trouxe foi feita no âmbito da plataforma R4V - Plataforma de Resposta Interagências que inclui Organizações das Nações Unidas e Sociedade Civil, onde coloca que a taxa de desemprego da população venezuelana está no patamar de 35%, ou seja, mais do que o dobro da taxa de desemprego da população brasileira, principalmente com as consequências da pandemia COVID-19. Compartilhou também que a partir dos dados do CADIN e do Programa Bolsa Família foi registrado que desde 2018 até agora o número de pessoas venezuelanas inscritas no programa bolsa família triplicou, somando em mais de vinte mil famílias.

Destacou o processo de fortalecimento de inclusão da população refugiada migrante no mercado de trabalho feita pela iniciativa da Sensibilização Empresarial junto com o Pacto Global, como por exemplo, a plataforma lançada em 2019 “Empresas com refugiados”¹ e também a plataforma “Refugiados Empreendedores”² que visa apoiá-los para fazer negócios via suas próprias redes sociais e acessar cursos de capacitação e engajamento político na formulação de Comitês municipais para tratativa dos Migrantes e Refugiados; e planos e ações para resolução do casos como dos Warao no Brasil.

Em seguida o Pe. Agnaldo, do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) trouxe a reflexão dos aprendizados sobre integração e acompanhamento dos migrantes e refugiados nos últimos tempos através de 10 pontos:

¹ www.empresascomrefugiados.com.br

² www.refugiadosempreendedores.com.br

Imagem 9.2 – Dez pontos de aprendizado sobre integração e acompanhamento dos migrantes e refugiados



Fonte: Elaboração IMDH

Após apresentação, o evento seguiu para uma dinâmica em grupo. Os participantes foram organizados em pequenos grupos para dialogar sobre duas questões: 1. Quais tem sido as estratégias? 2. Quais tem sido os aprendizados e práticas? No quadro abaixo algumas respostas compartilhadas pelos grupos:

Tabela 9.1 – Estratégias e Aprendizados

Estratégias	Aprendizados/ Práticas
Implementação de projetos de acesso a direitos e recursos;	Ensino, atendimento remoto e a falta de acesso a tecnologia é um desafio, refletido no número de pessoas migrantes que não conseguiram agendar suas vacinações;
Plataforma de empregabilidade para os migrantes/refugiados e a importância de trabalhar em rede;	Falta de informação e conhecimento da legislação dos migrantes e da população geral, resultando em diversas fake news sobre a vacinação;

Mapeamento de serviços públicos nos bairros para que os migrantes sejam atendidos na sua região;	Trabalhar com as lideranças comunitárias para que pudessem ter acesso aos migrantes e a facilitação de encontros com os migrantes para maior integração e autonomia;
Trabalho conjunto com instituições públicas como CAPS e CRAS.	A interação das instituições com os órgãos públicos tem potencializado a ação.

Fonte: Elaboração RedeMiR

Para a segunda parte do encontro foram convidadas Yssyssay Rodrigues, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Mariana Reis, do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e Cristiane Sbalquero, que enviou sua fala em vídeo, representando o Ministério Público do Trabalho (MPT), para darem suas contribuições.

9.1.3 Segunda sessão: Inserção econômica e laboral: desafios e práticas

Yssyssay Rodrigues, da OIM de Florianópolis, deu início à segunda sessão apresentando o trabalho desenvolvido pela organização no Brasil, com exposição dos eixos de execução e projetos, principalmente o “Projeto oportunidades - prática de integração”:

- *Governança e política migratória: treinamento e capacitação para o fortalecimento das capacidades do setor público e da sociedade civil;*
- *Proteção e assistência aos migrantes: AVRR – Apoio ao Retorno Voluntário e Reintegração, Prevenção e Enfrentamento do Tráfico de Pessoas;*
- *Migração e saúde: resposta à COVID-19;*
- *Pesquisa e informação: publicações disponíveis no site (www.brazil.iom.int);*
- *Operações e emergência: Operação Acolhida;*
- *Mobilidade laboral e desenvolvimento humano: Projeto Oportunidades - práticas de integração.*

Yssyssay aprofundou as informações sobre o Projeto Oportunidades – práticas de integração desenvolvido pela organização, onde o seu público atendente é principalmente de venezuelanas/os e migrantes de países vizinhos, tendo como objetivo fortalecer os vínculos com os setores privados, disponibilizar suporte à capacitação profissional e educacional e apoiar à coordenação interinstitucional local no fortalecimento de capacidades. Ressaltou que o Projeto Oportunidades tem promovido a inserção de inúmeros migrantes no mercado de trabalho, seja como microempreendedor ou como funcionário, exemplos na cidade de Florianópolis.

A palestrante também falou a respeito dos Guias para Empreendedores feitos pela OIM para auxiliar na documentação, contratação e integração do migrante. Finalizando sua participação, compartilhou os principais desafios enfrentados pela OIM na promoção do tema:

- Acesso à documentação,
- Inserção de mulheres no mercado de trabalho formal e acesso aos cuidados da criança,

- Plano de carreira e acesso a melhores salários,
- Acesso à moradia (moradia precária, coabitação),
- Revalidação de diplomas,
- Integração no ambiente de trabalho,
- Integração na comunidade,
- Idioma.

Por último, a Cristiane Sbalquero, procuradora do MPT destacou a Lei 13.684 criada em 2018, que gerou o Comitê Federal de Assistência Emergencial, estabeleceu uma política assistencial que previu prioridade de contratação do serviço de formação e qualificação profissional por parte das organizações. Ao longo da sua fala, abordou indicativos que as populações migrantes estão sujeitas a maior violação de direitos humanos, estando em situação de alta vulnerabilidade. Detalhou que é preciso conhecer as condições de trabalho que são oferecidas aos migrantes antes que esses sejam interiorizados ou mudem de cidade no país para que não resulte em uma condição análoga de escravidão, visto caso já acompanhado pelo MPT de trabalho escravo.

Sbalquero trouxe também a problemática de pessoas que entram no país em situações de tráfico de pessoas e trabalhos análogos aos de escravidão. Compartilhou que muitas vezes os empregadores brasileiros têm o interesse de contratar migrantes para, na realidade, explorar esses contratados por sua situação mais vulnerável.

No intuito de orientar tanto as instituições que apoiam e auxiliam migrantes, e até mesmo a própria comunidade foi elaborada uma campanha nacional de combate ao tráfico de pessoas, por meio do Ministério Público do Trabalho (MPT), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e as demais instituições que integram o projeto lançaram uma série de tirinhas em Quadrinhos e em vídeos, e a Websérie de 20 Questões para entender o Tráfico de Pessoas no Brasil. Para conhecer o projeto, abaixo link de acesso.

- <https://www.asbrad.org.br/projetos/projeto-liberdade-no-ar/>
- Um pouco do material do projeto se encontra nos links abaixo:
- <https://drive.google.com/file/d/1O5s6dpoPhXr3UQebUD2Q5s4kJWeQ7jBV/view?usp=drivesdk>
- https://drive.google.com/file/d/1QhzGtdfmDzxpSUB7cHhI4ZTSKB_djYuG/view?usp=drivesdk
- <https://drive.google.com/file/d/1Gcn8mEYbPkG7E5X4KgBLHfNvtc7oNlk0/view?usp=drivesdk>

Logo após, Mariana Reis, do apoio psicossocial e Integração comunitária e econômica do IMDH, foi convidada a dar sua contribuição.

O objetivo da participação de Mariana foi relatar o trabalho desenvolvido no IMDH em relação à inserção laboral. Inicialmente discorreu sobre os serviços ofertados pelo instituto, adentrando assim ao tema da sessão. Além disso, destacou reflexões como a necessidade de favorecer a autonomia e o papel social ativo, contribuir para romper ciclos de violência e aumentar níveis de saúde, incluindo a saúde mental. A palestrante apresentou os benefícios que emanam com a inserção laboral:

1. Aumenta os níveis de saúde, inclusive mental;
2. Favorece autonomia e o papel social ativo;
3. Melhora a autoestima;
4. Favorece ambientes livres de discriminação;
5. Contribui para romper ciclos de violência;

Para efetivar esses elementos, temos como exemplo o Projeto Geração Autônoma de Renda, sob gestão do IMDH e financiamento da OIM, que apoia empreendimentos de migrantes e refugiados, dando suporte financeiro, capacitação e monitoramento. O grupo que recebe este suporte são mulheres em situação de vulnerabilidade, que através de um empreendimento podem obter renda e conciliar com os compromissos da maternidade.

A realidade da mulher ainda é distante da dos homens. Elas ganham menos, executam dupla jornada de trabalho, e ainda são responsáveis pela criação dos filhos e na condição de migrante esses fatores são acentuados, por isso o projeto vem ao encontro para superar muitas dificuldades.

Para finalizar a sessão, foi aberta a mesa para debate, perguntas, e considerações finais sobre as falas dos palestrantes. Na sequência foram feitos os agradecimentos e encerrado o primeiro dia do encontro.

9.2 Quinta - feira – 07 de outubro (2º dia)

9.2.1 Primeira sessão: Estratégias de proteção para grupos em situação de vulnerabilidade, com destaque para crianças e questões de gênero

O dia foi iniciado com uma criativa dinâmica através da plataforma Jamboard para reflexão sobre imagens, figuras ou desenhos que nos remetessem a enxergar a vulnerabilidade e a proteção no trabalho com migrantes.

A seguir, iniciou-se a plenária com falas da Ir. Rosita agradecendo a presença de todos, em especial aos palestrantes que se dispuseram a estar no evento, contribuindo com seus conhecimentos e vivências.

A primeira exposição foi ministrada por Cristina Asencio, Oficial de proteção no ACNUR em Brasília, sobre a temática “Estratégias de Proteção para Grupos em Situação de Vulnerabilidade”. Cristina começou tratando dos riscos à proteção dos sujeitos, como: a falta de identidade, que pode levar o sujeito à exposição de abusos, maior invisibilidade, falta de moradia, dificuldade ao acesso a saúde e educação, risco a segurança física e psicológica.

Destacou que os riscos são maiores para os grupos minoritários, pessoas que estão dentro dos marcadores sociais: mulheres, meninas, idosos, populações indígenas, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Indivíduos que precisam de uma abordagem transversal de idade, gênero e diversidade.

A violência de gênero (VG) seja física, sexual ou psicológica é um dos maiores problemas enfrentados pelos grupos minoritários, sendo necessário estabelecer estratégias para proteção:

- Identificação dos indivíduos que estejam em maior situação de vulnerabilidade;
- Implementar mecanismos para a identificação e cooperação com as comunidades e suas estruturas;
- Planejar e implementar respostas de proteção e programas de assistências;
- Priorizar indivíduos em maior risco que precisam de respostas urgentes e imediatas;
- Fortalecer parcerias e mecanismos de referenciamento com outros atores de proteção e assistência;
- Estabelecer e manter um sistema de gestão de casos confidencial.

Para finalizar sua exposição, a convidada abordou os aspectos da proteção comunitária como meio de desenvolver as comunidades afetadas, apoiando-as em seu empoderamento para o exercício de seus direitos com segurança e dignidade. Algumas ações podem ser feitas para o fortalecimento desses espaços de proteção, como grupos de trabalhos de mulheres, idosos, populações indígenas e a construção de espaços seguros para essas pessoas.

Ao fim da apresentação, os facilitadores dividiram em grupos os participantes para trocar experiências sobre os desafios e estratégias em seus ambientes de trabalho, com relação as perguntas abaixo:

- Quais desafios vocês têm enfrentado com relação à vulnerabilidade de crianças e de mulheres/gênero?
- Que estratégias e dicas práticas são importantes para o enfrentamento destas situações?

Tabela 9.2 – Desafios e Estratégias

DESAFIOS	ESTRÁTEGIAS
Mulheres têm remuneração inferior do que homens e assumem relacionamentos violentos e abusivos com o intuito de buscar um amparo.	Estabelecimento de confiança com o interlocutor para falar de seus problemas;
As instituições não conseguem suprir toda a demanda, faltando estrutura adequada;	Incentivar o empreendedorismo dessas pessoas;
Submissão cultural e de gênero;	Formação de Comitês Municipais com migrantes;
Idioma;	Difusão de informações entre a população brasileira sobre a questão da migração;
Choque cultural entre crianças indígenas migrantes;	Sociedade civil e poder público como estratégia para se pensar políticas públicas locais;
Tráfico de pessoas para o garimpo;	Treinamento de colaboradores em órgãos públicos sobre os direitos dos migrantes;
A dificuldade de integração das crianças migrantes nas escolas brasileiras;	Identificar situações de alto risco e encaminhar para organizações que apoiem;
Obtenção de documentação;	Agentes de sensibilização para os profissionais que atuam na ponta de atendimento a migrantes e refugiados em vulnerabilidade;
As pessoas migrantes preferem não comentar sobre suas orientações sexuais e de gênero.	Estratégias de geração autônoma de renda.

Fonte: Elaboração IMDH

Ao fim do exercício o palestrante Anderson Beltrame da UNICEF em Roraima apresentou o trabalho da organização e trouxe dados da Plataforma R4V, no qual apresenta que 258.824 venezuelanos ingressaram no Brasil, e dentre esse número 98.353 são crianças e adolescentes desacompanhadas.

Em virtude do expressivo número de crianças e adolescentes, e pelo cenário de Pandemia, a UNICEF desenvolveu entrevistas intersetoriais para copilar os desafios enfrentados e poder adotar medidas estratégicas para proteção. A pesquisa por amostra domiciliar alcançou 121 entrevistas extraídas das cidades de Boa Vista, Pacaraima, Belém, Santarém, Manaus e Ananindeua.

O conteúdo das perguntas era para identificar as tensões nos lares durante o período de pandemia, devido ao isolamento das pessoas em suas residências; a sobrecarga que as mulheres acumularam; formas de violência sobre as crianças; e o conhecimento sobre os canais de ajuda contra violência a criança. A pesquisa detectou que dos diversos desafios mapeados a vulnerabilidade socioeconômica ficou acentuada depois das consequências da pandemia COVID-19, dificultando ainda mais o acesso

dessas pessoas a órgãos públicos, possibilidades de documentações e exposição a situações de vulnerabilidade, como violência física, psicológica e sexual.

Para enfrentar os desafios foram elaboradas as seguintes estratégias:

- Desenvolver ações de advocacy, comunicação, sensibilização e capacitação;
- Reunificação familiar;
- Prevenir violência de gênero e tráfico de pessoas;
- Qualificação a atenção aos povos indígenas;
- Fortalecimento de escolas, para serem espaços de proteção e incentivo;
- Fortalecimento do sistema de garantia de direitos a crianças e adolescentes;
- Promover o protagonismo e participação de crianças e adolescentes.

9.2.2 Segunda sessão: Comitês Estaduais e Municipais para Migrantes, Refugiados/as e Apátridas: funcionamentos e desafios (Depoimentos de Migrantes).

Após o intervalo, Ir. Rosita deu início à segunda sessão, na qual levantou dados sobre comitês e conselhos para migrantes e refugiados em todo Brasil, e a importância dessas instâncias.

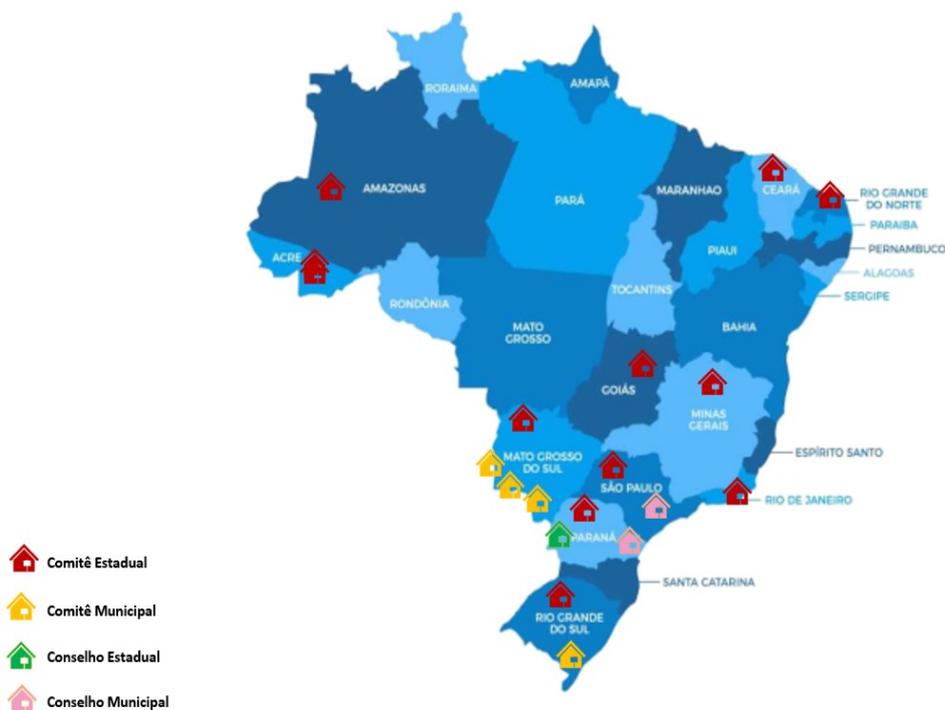
Destacou que os Comitês são um espaço da comunidade, que propicia a participação de migrantes, refugiados, brasileiros (as), setores governamentais e associações. São espaços onde as organizações podem apresentar demandas ao poder público e influenciar na política local.

Por meio de uma rápida apresentação em PPT, Ir. Rosita apresentou o mapeamento dos comitês, ano de criação, órgão responsável, forma pela qual surgiram (Decreto ou Lei), composição dos membros e outros. Identificou 11 comitês estaduais, 4 comitês municipais, 1 conselho estadual e 2 conselhos municipais, os quais em maioria foram criados através de Decretos a partir de 2016, em virtude dos fluxos migratórios que se intensificaram ao Brasil. Os comitês estaduais estão vinculados a Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos, e os comitês municipais vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Os comitês são compostos por representantes governamentais e de organizações da Sociedade Civil (OSC). As OSC podem apresentar-se sob três categorias: (i) coletivos, associações e organizações de imigrantes; (ii) coletivos, associações e organizações de apoio a imigrantes; (iii) pessoas físicas imigrantes. Em geral, as reuniões são mensais e abertas ao público, entretanto, nesse período de pandemia os encontros estão sendo online e, por isso, restritos aos membros.

Na ilustração abaixo o mapa com as distribuições de comitês e conselhos pelo Brasil:

Mapa 9.1 – Distribuição de Comitês e Conselhos no Brasil



Fonte: Registro RedeMiR

Para enriquecer a sessão e contribuir com informações sobre os comitês e conselhos, três migrantes e/ou refugiados foram convidados a darem seus depoimentos.

A primeira convidada foi Hortence Mbuyi, advogada congoleza, representante do conselho estadual de São Paulo. Em sua fala afirmou que os comitês e conselhos são espaços de protagonismo para os migrantes, onde sua proteção e garantia de direitos são discutidas. Entretanto, há deficit a serem superados. A falta de aplicabilidade das leis, pois se percebe que mesmo existindo as leis e projetos, a prática da integração social do migrante prevista não acontece. A falta da presença do poder público para articulação, para propor projetos de leis, e fomentar processos administrativos, a regência do âmbito ser de ordem da secretaria dos Direitos Humanos, a qual não tem propriedade para elaboração de leis. Em suma, há muitos problemas a serem superados, e a participação da comunidade migrante precisa estar mais presente em um espaço que discute e debate os interesses dos sujeitos.

Em seguida, Mirta Virginia, venezuelana, bioquímica pela Universidade da Venezuela, e representante da associação venezuelana no Mato Grosso do Sul, tratou sobre os comitês serem espaços para criação de políticas públicas especialmente voltadas à população migrante e o acompanhamento/controlado social da implementação dessas políticas, a articulação junto com órgãos públicos e privados para suporte da manutenção dos membros do Comitê. Compartilhou que muitas vezes os migrantes

venezuelanos saem do seu país sem os diplomas dos conhecimentos que já trazem e atuam, o que dificulta ainda mais a entrada dessa população no mercado de trabalho. Defendeu a necessidade de criação de políticas públicas coerentes com a realidade do migrante, considerando o grau de vulnerabilidade que o sujeito se encontra no processo migratório, assim como é necessária a criação de um espaço onde possam se desenvolver e compartilhar cursos de capacitação para mulheres e homens, para engajá-los no mercado de trabalho, e que possam ter suporte, através de creches, no cuidado dos filhos.

Por último, James Dersob Sene do COMIRAT (comitê do RS), haitiano que vive há 7 anos no Brasil, destacou os aspectos positivos do Brasil no processo de recepção de migrantes se comparado a outros países, como por exemplo a existência dos Comitês e Conselhos municipais e estaduais que acompanham, de certo modo, os processos migratórios, juntamente com as atuações das organizações da sociedade civil. Compartilhou sua experiência com a Ocupação Progresso, no qual participou em 2018, onde os comitês municipais e estaduais foram assuntos recorrentes nas rodas de diálogo como sendo, apesar dos desafios, lugares onde se consegue alguma recepção.

Reafirmou a importância de os espaços de diálogo continuarem existindo, dando como exemplo o próprio Encontro da RedeMiR, para que os processos de migração sejam vistos não como situações apenas desafiantes, mas também como uma potente troca de culturas, costumes e ideias.

E para finalizar este dia de encontro, foi aberto a discussão para que os convidados e participantes pudessem trocar ideias, e dessa forma finalizar a sessão com grandes contribuições.

9.3 Terça-feira – 19 de outubro (3º dia)

9.3.1 Primeira sessão: Resiliência: desafios, apelos e estratégias de fortalecimento da ação em favor da causa dos migrantes e dos refugiados.

Para iniciar o terceiro dia de encontro, os facilitadores apresentaram os temas principais da manhã e relembrou os dois encontros anteriores, sublinhando conteúdos como a Integração dos Migrantes e Refugiados e os Impactos da Pandemia COVID-19, a Inserção Econômica e Laboral, as Questões de Gênero junto ao Público Infantil dentro da Migração, e os Comitês Estaduais e Municipais.

Na sequência, Ir. Rosita abriu a sessão com agradecimentos aos palestrantes e ouvintes pela presença, e reforçou o alcance do encontro, superando as barreiras da pandemia e estreitando os diálogos ao redor do Brasil.

Em seguida, José Egas, representante do ACNUR Brasil, discorreu sobre o tema “resiliência”, importante neste momento tão desafiador, destacando como é necessário refletir e atuar nas temáticas do cuidado com o próprio cuidador, pois se essas pessoas não estiverem firmes, não poderão apoiar e auxiliar outras. Em seguida, apresentou um breve resumo sobre a ACNUR, criado em 1950 pelas Nações Unidas com o objetivo de reassentar refugiados/as europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra

Mundial. Atualmente, a agência trabalha para garantir que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem.

Egas compartilhou dados globais coletados pelo ACNUR, mostrando que no ano de 2021 cerca de 82,4 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar em todo o mundo, onde 26,4 milhões são pessoas refugiadas e 86% do número total de pessoas estão em países em desenvolvimento. Os maiores contingentes são de países como Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar. No Brasil, o ACNUR tem escritórios nos Estados do Amazonas, São Paulo, Roraima, Pará e no Distrito Federal. A partir deste escritório, atende todo o País.

Em seguida tratou sobre resiliência, a qual está pautada nos seguintes desafios:

- Resposta Humanitária/ Espaço de proteção
- Situação dos refugiados e migrantes
- Nossas equipes e cada um de nós

Para o primeiro eixo aponta como exemplo a Operação Acolhida por ser uma boa prática já consolidada, embora mereça ser aprimorada, principalmente pela realidade da Venezuela, o qual tem produzido um fluxo migratório ainda longe de um fim. E nesse cenário há uma tendência natural de rejeição do governo, devido ao alto custo de manutenção do programa, e da sociedade pelo desinteresse. É necessário o maior envolvimento dos Ministérios da Cidadania, Justiça, Saúde, e o da Mulher, Família e Direitos Humanos, para fortalecer a resposta humanitária, pois é evidente o desgaste do Ministério da Defesa. Para garantir espaços de proteção, devemos estar preparados para os desafios que seguirem no próximo ano, as eleições e os impactos do COVID-19.

No segundo eixo, a situação do migrante e do refugiado está diretamente afetada pelo COVID-19, a saúde física e mental, a situação socioeconômica e a proteção. Houve aumento no número de pessoas com necessidades especiais de proteção internacional, com o incremento gradual de novas chegadas a partir da flexibilização de fronteira com Venezuela, pessoas encontram dificuldades de acessar os processos de integração econômica, e a população indígena refugiada e migrante ainda está sem respostas em termos de integração, assistência e muito menos há perspectivas futuras.

E por último, o terceiro eixo sobre a exaustão física e mental das equipes, a dificuldade do equilíbrio entre o pessoal e o profissional no trabalho de Home-office, a hesitação na vacinação e o cumprimento das medidas de proteção, e o impasse para assistência e as atividades de proteção mantendo as medidas indispensáveis de distanciamento social.

Para concluir, o sr. Egas recomendou que as redes devem repensar maneiras de fortalecerem as parcerias, através das experiências aprendidas na pandemia; buscar apoio político para proteção; e encorajar espaços humanitários; assegurar que as redes de migrantes possam trabalhar cada vez mais seguras e capacitadas para atender as necessidades dos migrantes e refugiados. Sem esquecer de fortalecer as equipes,

assegurando bem-estar, empoderamento, e assegurando diálogo permanente entre as equipes e organizações.

Beatriz Level, colaboradora do IMDH Solidário, situado em Boa Vista – Roraima iniciou sua fala refletindo sobre o uso da palavra “crise”, principalmente ao se referir a casos de migração. O uso do termo pode levar ao agravamento do caso, pois o uso do vocábulo pela mídia em referência ao fluxo migratório venezuelano em Roraima resultou em maior comportamento xenofóbico da população. Trouxe ao debate a resiliência como o poder de se adaptar e de caminhar em constante mudança, principalmente em tempos tão incertos como nos últimos anos. Em seguida, compartilhou a experiência de vida de uma mulher migrante, a quem o IMDH Solidário prestou apoio, contando a trajetória desde sua chegada ao país até o momento em que conseguiu abrir seu próprio negócio e se inserir no mercado de trabalho.

A palestrante ressaltou a relevância do trabalho em rede e o como esses contatos fortalecem o trabalho das organizações, trazendo inclusive a viabilidade de resolver problemas, tanto dentro da própria organização como também com as pessoas migrantes. Concluindo seu comentário, Beatriz destacou que o tema da migração sempre estará em pauta, pois o fluxo migratório continuará a ocorrer, quando não em uma fronteira em Roraima - local onde se encontra – em alguma outra fronteira.

Na sequência o Pe. Paolo Parise, representando a Missão Paz, iniciou a apresentação reforçando a alegria de estar participando do XVII Encontro RedeMir, momento que proporciona valiosas aprendizagens, destacou como a tecnologia possibilitou o alcance de diversas instituições participarem do encontro. A pandemia instituiu barreiras ao convívio entre pessoas, mas com resiliência superamos os muros através da plataforma virtual. O encontro das Redes pode unir diferentes instituições e pessoas, com uma diversidade de regiões, e até mesmo abrangeu participações internacionais. Esse período também nos ensinou muito sobre a migração, assim como que as redes de apoio entre migrantes têm se consolidado.

Discorreu sobre resiliência como capacidade de superar uma ou muitas adversidades. Na área da migração e refúgio é um processo constante, sendo algo construído a cada instante, desde o momento da chegada do migrante, aos marcadores sociais que também interferem nas adversidades (questões de gênero, raça, LGBTQIA+, faixa-etária), o país de origem, entre outros fatores que interagem.

A comunidade migrante se ressignifica em um processo constante, e a cada novo passo, os migrantes se articulam, compartilham e se apoiam. Paolo compartilhou com o grupo quatro desses ensaios concretos a partir da criatividade e flexibilidade dos migrantes:

- ❖ Em nível de meios de subsistência - No programa da Prefeitura de São Paulo, Cidade Solidária, um grupo de migrantes bolivianos conseguiram ter acesso a 500 cestas básicas mensais, fazendo com que coletivos de migrantes conseguissem se inscrever no programa e não apenas organizações que trabalham com migração. Sublinhou ainda a coletividade de grupos migrantes que se conectam e trocam soluções de problemas entre si;

- ❖ Em nível de moradia - a resiliência no movimento de agrupamento de 700 famílias, em São Paulo, para ocuparem um galpão onde conseguissem morar, mesmo que precariamente para não irem morar na rua. Outro exemplo, foi de uma comunidade em Guarulhos, onde famílias brasileiras e paraguaias estão colaborando para sobreviver;
- ❖ Em nível de trabalho - Casos de exploração no trabalho onde migrantes se apoiam, como o acolhimento de uma pessoa haitiana que estava trabalhando sob altos níveis de exploração e conseguiu o apoio de uma comunidade haitiana em São Paulo, assim como, caso da filipina que em situação de trabalho escravo, foi orientada e acolhida por outras mulheres filipinas.
- ❖ Em nível de espiritualidade - O fator religioso se torna muitas vezes um instrumento de resiliência, um elemento de proteção diante da sensação de desamparo e insegurança, também sendo um fator de dignidade diante do contexto de marginalização e preconceito.

Ao fim da fala do Pe. Paolo foram levantadas algumas dúvidas pelos ouvintes, e respondidas na sequência, com auxílio da Ir. Rosita para responder a todos.

9.3.2 Segunda sessão: Garantia de direitos dos migrantes e refugiados – A privação total de direitos: apatridia.

A segunda sessão começou com a participação de Matheus Nascimento, defensor público federal em Rio Branco – Acre, e integrante do grupo de trabalho de migrações, apatridia e refúgio da Defensoria Pública da União (DPU). Introduziu sua fala tratando do Brasil sobre sua construção a partir de diversas migrações, onde no território já existiam os povos indígenas originários e ao longo do período da colonização houve diversas outras nacionalidades, que migraram ao Brasil muitas vezes de forma involuntária e forçada.

De início, explicou a diferença entre a migração voluntária e involuntária, para então discutir sobre as diferenças entre o antigo Estatuto do Estrangeiro Lei Nº 6.815, de 19 de agosto 1980 e a Nova Lei de Migração Nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Destacou que os imigrantes no Brasil de acordo com a visão do Estatuto, eram pessoas com potencial risco para o Brasil; em seguida com a promulgação da Constituição em 1988, ficou clara uma incompatibilidade entre os documentos na percepção sobre o imigrante. Após anos de trabalho do movimento da sociedade civil, das organizações internacionais de Direitos Humanos, e dos órgãos de defesa de direitos conquistou-se a aprovação da Nova Lei de Migração.

A Nova Lei de Migração trouxe uma compilação sobre os direitos dos imigrantes, estabelecendo sua igualdade com os brasileiros, mas mantendo algumas diferenças, como o direito de voto que continua sendo apenas para nacionais ou naturalizados. Mas há grandes contribuições dessa lei, como, o combate a criminalização da migração, a

previsão da acolhida humanitária, compromisso com a erradicação da apatridia, e o acesso a direitos independente do status migratório.

Além de todas as problemáticas levantadas acerca da negação de direitos dessa população, com a pandemia COVID-19 houve uma grande política no fechamento das fronteiras em diversos países. O que parecia ser apenas uma medida de contenção da propagação do vírus, na realidade se tornou uma medida de endurecimento na recepção de pessoas migrantes, prevendo que as pessoas que entrassem sem regularização migratória no país poderiam responder a processos administrativos, civis e até criminais. Além disto, prevê a possibilidade de imediata ordem de exportação e ser impedido/a de solicitar o refúgio, o que viola a lei fundamental do direito à vida e segurança por qualquer ser humano.

O palestrante concluiu sua fala destacando que a luta das organizações, dos órgãos governamentais e de toda a sociedade deve ser para que se conquiste direitos permanentes para a população migrante e refugiada.

Em seguida Maha Mamo, palestrante e ativista dos direitos humanos, iniciou sua fala definindo o que seria uma pessoa “apátrida” (circunstância que permeou sua vida durante 30 anos) e compartilhou sua trajetória, desde o casamento dos seus pais que, por razão de serem seguidores de confissões religiosas diferentes, situação não aceita na Síria, migraram para o Líbano. Contudo, tanto a Síria como o Líbano não permitiram que os filhos do casal tivessem a nacionalidade dos pais. Assim, passou sua adolescência e juventude enfrentando inúmeros desafios e ela precisou de muita resiliência e paciência para enfrentá-los.

Maha Mamo é a primeira apátrida naturalizada brasileira, e hoje se tornou símbolo mundial do ativismo pelos direitos humanos e pelo fim da apatridia. Maha escreveu sua história e mandou pedidos de apoio e acolhida para diversos países durante anos, mas foi rejeitada por muitos deles. E somente após 10 anos tentando, foi aceita no Brasil. Em 2014, Maha entrou com pedido de refúgio, e em 2016 foi reconhecida refugiada. Foram 30 anos sob a sombra da apatridia.

Para concluir sua fala, a palestrante destacou que seu desejo mais forte era de não querer morrer como apátrida, mas sim, ter o pleno direito da existência. Movida por este desejo, juntou-se às organizações que trabalhavam com a causa da migração e refúgio onde descobriu que a estimativa de pessoas apátridas chega a 10 milhões no mundo inteiro, dado que intensificou a vontade e disponibilidade de Maha para trabalhar e contribuir com a causa. Resultado de sua união às organizações e do trabalho intenso que a sociedade civil desempenhou, aprovou-se a nova lei de Migração e a partir dela, conseguiu ser reconhecida como Apátrida e finalmente, receber a cidadania brasileira.

Aa ações de incidência e ativismo realizadas por Maha Mamo percorrem mundialmente. Uma das campanhas é “Eu Existo, eu sou Rayan”, através da qual Maha Mamo busca ajudar o pequeno Rayan a obter uma nacionalidade, evitando assim, que ele passe por todas as dificuldades já vivenciadas por ela. E, por fim, com uma frase inspiradora, a palestrante nos deixa “Nossas vidas começam a terminar no dia em que silenciamos sobre as coisas que importam” (Martin Luther King Jr.)

Para concluir o terceiro dia de Encontro RedeMir, foi aberto espaço aos participantes para fazerem perguntas aos convidados, e os palestrantes trouxeram como resposta a importância das ações da Sociedade Civil para a cobrança e manutenção dos direitos das pessoas migrantes e refugiadas, destacando a resiliência e o trabalho em rede, articulado, como fatores principais para se seguir construindo e somando avanços na causa.

3.4 Quinta-feira – 21 de outubro (4º dia)

3.4.1 Primeira sessão: Fronteira e acolhimento a migrantes e refugiados: exposição em sentido amplo no âmbito do tema do Seminário.

Estamos no último dia do Encontro da Redemir. Os facilitadores (as) convidaram os/as participantes a terem em mãos papéis e lápis coloridos, e para olharem para si sobre a sua atuação e participação na RedeMir. A visualização se desenvolveu desde uma percepção do corpo e respiração, passando pela reflexão das relações pessoais e coletivas com a RedeMir, até o desenho das imagens que foram surgindo durante a dinâmica.

A seguir, Ir. Rosita abriu a sessão com uma breve apresentação dos palestrantes do dia, que passariam a colaborar em ambas as sessões.

A primeira exposição ficou a cargo do Dr. Flavio Diniz, do Departamento de Migração do Ministério da Justiça, que abordou sobre as medidas de proteção adotadas durante a pandemia, especialmente o fechamento das fronteiras, que impactou diretamente a mobilidade das pessoas. Destacou também a importância da vacinação para o movimento.

Além de medidas pessoais de cuidado (uso de máscara, álcool em gel, entre outros), as precauções adotadas pelos países em suas fronteiras, alguns países adotaram a redução temporária de voos como medida para contenção do vírus e a imposição de testes e declarações de saúde, resultando em uma redução drástica do fluxo migratório, especialmente entre março e dezembro de 2020, chegando a aproximadamente 90% em alguns territórios. Gradualmente e com o avanço da vacinação em alguns países, as práticas de migração e a possibilidade de refúgio tem voltado a crescer. Tentando mitigar os impactos da pandemia, o Departamento de Migrações estabeleceu a suspensão de prazos processuais para não prejudicar as pessoas migrantes e refugiadas, que muitas vezes não conseguiam ter acesso a sua documentação. Por outro lado, continuou publicando deferimentos e qualquer outro direito dos migrantes, e suspendeu a publicação de indeferimento de processos.

O palestrante compartilhou com o grupo algumas ações do Departamento de Migração e sobre o funcionamento do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) durante esse período de pandemia, bem como, o lançamento do Sistema Naturalizar-se³ onde ocorre a tramitação de naturalização e do SisApatridia⁴ para a tramitação dos

³ <https://www.gov.br/pt-br/servicos/naturalizar-se-brasileiro>

⁴ <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-reconhecimento-como-apatrida>

pedidos de reconhecimento da condição de apátrida. Sublinhou também a finalização do Edital Migra Justa, um chamamento público para a seleção de organizações da sociedade civil com o intuito de trabalhar a divulgação de informações migratórias, a integração social, a promoção de direitos dos migrantes e o avanço que vem sendo trabalhado na regularização das Portarias.

Para finalizar, Flávio Diniz compartilhou um informativo para ilustrar as atividades do movimento migratório feitas pelo Subcomitê Federal para a recepção, identificação e triagem dos Imigrantes, vinculada ao Comitê Federal de Assistência Emergencial. O representante, utilizando-se da tabela “Registros de residência e solicitações de reconhecimento da condição de refugiado/a por mês”, acrescenta que apesar do impacto da pandemia COVID-19, os números voltaram a crescer. De acordo com o informe até fins de setembro de 2021, entraram no Brasil 642.714 pessoas venezuelanas e 363.088 saíram, permanecendo, pois, um saldo de 270.626 pessoas que se estima estejam realmente vivendo no país.

Dando continuidade, Pablo Mattos, do ACNUR, iniciou sua abordagem valorizando quão necessária e importante é a articulação da RedeMir e o papel central de protagonismo que as organizações têm em conter retrocessos e retirada de direitos. Não obstante, houve retrocessos. Pontuou a redução de direitos nas fronteiras durante a pandemia COVID-19, além de lembrar que o refúgio em si não é uma identidade, mas sim uma condição da pessoa que precisou se deslocar forçadamente do seu país de origem. Destacando dois importantes pontos:

- O acesso ao território e o não retorno forçado ao país de origem – Obrigação Estatal;
- O acesso ao pedido de refúgio – Amplo direito de acesso à documentação de condição de refugiado/a.

Tratou sobre as fronteiras, ressaltando que mesmo com algumas medidas de flexibilização das fronteiras terrestres, as populações encontram severas restrições, como a inabilitação do pedido de refúgio e a deportação imediata.

Pontou a necessidade do cuidado com a não discriminação, mesmo quando se pensa as políticas de contenção em uma pandemia, é fundamental. Garantir a saúde pública e proteger os refugiados não são mutuamente excludentes, é possível gerenciar as fronteiras de maneira eficaz e permitindo o acesso ao território por parte das pessoas necessitadas de proteção.

Declarou também que a restrição nas fronteiras é plausível para o avanço da pandemia, porém restringir a entrada de pessoas refugiadas é uma condição discriminatória. Poderia haver condições, como, adotar medida de testes, quarentena, mas não excluir o sujeito, pois isso fere o princípio de non-refoulement além de gerar um fluxo migratório irregular, pois com as fronteiras fechadas o sujeito busca entrar no país por caminhos irregulares. Isto significa correr maior risco à saúde do migrante e dos

demais. Correto seria o não fechamento, e sim permitir uma entrada regularizada e acompanhada examinando a saúde de todos, para as devidas providências.

Sem dúvidas a pandemia dificultou a vida, porque as barreiras da saúde limitam a vida das pessoas, e na condição do refugiado isso aumenta a vulnerabilidade, pois além de não poderem prosseguir no caminho da migração também não podem retornar ao seu país pelos riscos à sua vida e segurança.

Ao fim da fala de Pablo Mattos, foi aberto o espaço para perguntas, contribuições e troca de informações.

3.4.2 Segunda sessão: Acordo de Cooperação Técnica – a prática da UNIVALI

A segunda parte do Encontro deste dia, dedicado especialmente a um diálogo sobre a RedeMir, teve um convidado que compartilhou sua experiência como forma de inspirar essa conversa e de estimular as organizações a firmarem parcerias. Professor Rafael Padilha dos Santos, representando a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), compartilhou as práticas que estão sendo feitas em parceria com a Polícia Federal em relação ao atendimento das pessoas migrantes, desenvolvidas no Mestrado Profissional Internacional - Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais.

Rafael compartilhou como tem funcionado o atendimento ao migrante na Universidade em parceria com a Polícia Federal, e destacou alguns métodos e resultados:

- ✓ O atendimento e a recepção de casos são feitos via WhatsApp;
- ✓ O primeiro passo é a triagem para verificação de documentos, o segundo é o atendimento pelos mestrados e acadêmicos, e o terceiro é o agendamento na Polícia Federal;
- ✓ São agendados por semana 60 migrantes, mas na prática acaba que são atendidos mais de 80;
- ✓ Os atendimentos são virtuais (tempo de atendimento, custos e tempos de locomoção);
- ✓ Antes de enviá-los à Polícia Federal a própria UNIVALI já faz o check-list necessário para retirar a Autorização de Residência Temporária Nacional ou o pedido de refúgio;

O projeto tem ampliado os diálogos com as instâncias governamentais para apoiar outras atividades, como: atendimento psicológico; atendimento para inserção laboral; realização de oficinas com Migrantes; curso de português como língua de acolhimento; produção de Software para otimizar os atendimentos; participação na criação de políticas públicas para o município; parcerias com os CRAS para digitação de documentos dos migrantes; replicação da iniciativa em outros lugares do Brasil.

Além dos serviços serem inclusivos, com um time qualificado para atender diferentes nacionalidades, o projeto também conta com oficinas para acolhimento de gestantes.

Para concluir sua participação, o prof. Rafael compartilha que o projeto favorece à UNIVALI a possibilidade de ser parceira da Polícia Federal para otimizar o trabalho da verificação de documentos, e assim encaminhar o migrante munido de documentação sem erros ou situações que provocam demoras no atendimento.

Para finalizar esta edição do encontro das redes, Ir. Rosita fez a fala final agradecendo a todos os e as participantes, palestrantes e facilitadores. Reforçou o quanto as redes ensinam sobre a fraternidade, o amor e a gratidão, e deixou mensagem significativa ao trabalho das redes: “Rumo a um ‘nós’ cada vez maior”.

Por último, foi realizada uma avaliação sobre o evento. Os participantes foram convidados a contribuir com sua avaliação sobre o encontro, através do preenchimento do formulário da plataforma Google Form. De acordo com os dados 73,2 % dos participantes avaliaram o encontro como ÓTIMO, 85,4% considerou as palestras ÓTIMAS, e 56,1% dos participantes responderam ÓTIMO para as interações entre grupo. Abaixo alguns pontos fortes indicados pelo público:

Troca de experiências, construção coletiva, conhecimento das pessoas e escuta de seus relatos e experiências e o depoimento dos migrantes.

- ❖ Todos os temas abordados são de grande interesse e lutas, desta forma as discussões/perguntas foram um espaço bem importante;
- ❖ A leveza do encontro e os momentos de interação (sala de conversa);
- ❖ Oportunidade da padronização de atendimento, de processos e de aplicação das leis aos imigrantes;
- ❖ Testemunho de imigrantes, refugiados e apátridas;
- ❖ Informação, acolhimento, trabalho em rede e articulação;
- ❖ A interação do grupo, a programação bem elaborada, a pontualidade, a dinamização das sessões, as palestras, a diversidade de palestrantes;
- ❖ Os encontros com os órgãos específicos no tema das migrações e o intercâmbio de trabalhos entre as organizações da rede;

O Encontro da Rede foi encerrado com valioso aproveitamento e ampla participação. A cada ano vivencia-se forte momento de capacitação, de intercâmbio de experiências, de debates enriquecedores e perceptível crescimento na articulação de instituições em favor da causa das migrações e do refúgio.

Um agradecimento a todos os e as participantes e a quem nos apoia sistematicamente para continuidade articulação nacional.

3.5 Outras atividades do IMDH no âmbito da Redemir

A atuação do IMDH vai na articulação da RedeMiR vai além da realização do Encontro Nacional.

- ❖ **Atuação em advocacy:** o Instituto procura ampliar os esforços para influenciar a legislação e as políticas públicas em prol dos migrantes, refugiados/as e apátridas.

O IMDH incentiva o trabalho de advocacy, a atuação em rede e o intercâmbio com as instituições da RedeMiR, remota ou presencialmente, ao longo de todo o ano. Além da organização do Encontro anual, fornece às entidades membros orientações, assistência técnica jurídica e publicações, bem como ferramentas e materiais informativos sobre a temática migratória para aprimorar sua capacidade de ação e intervenção.

- ❖ **Apoio sistemático e permanente:** o longo do ano, a articulação e o intercâmbio de informações tem sido uma grande expressão de apoio que as entidades promovem entre si e em favor dos migrantes. O grupo de whatsapp funcionou como um veículo útil e valioso, especialmente durante a pandemia de COVID-19, no compartilhamento de informações sobre prevenção e enfrentamento aos impactos da pandemia na vida da população de interesse e também dos profissionais e voluntários que trabalham na resposta humanitária.

No âmbito do apoio às entidades, o IMDH recebeu e atender também centenas de demandas tanto em serviços de assessoria jurídico-administrativa, quanto em resposta a casos individuais vindos de agentes que atuam nas entidades da Rede.

- ❖ **Produção e envio de subsídios e materiais:** cabe ainda ressaltar que ao longo de todo o ano, foram produzidos e enviados às entidades da Rede centenas de publicações, especificamente: Cartilha Multilingue para Migrantes e Refugiados; Apostila Pode Entrar – Português do Brasil para Refugiados e Refugiadas; a publicação “Migração e Refúgio: ação em rede e práticas acolhedoras no Brasil”; folder “La salud mental durante el brote de COVID-19”; Cartilha de Orientações para o Trabalho para migrantes e refugiados em diversos idiomas; Guia para Comunicadores, entre outros. Informações demonstradas na tabela 9.3:

Tabela 9.3 Instituições da RedeMir que receberam materiais/ subsídios em 2021

Instituições parceiras da RedeMiR			
Caritas Diocesana de Rio Branco	AC	Caritas Diocesana de Umuarama	PR
Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular	AC	CDHMP- Centro de Direitos Humanos e Memória Popular	RN
Pastoral do Migrante de Manaus	AM	Aldeias Infantis SOS	RS
Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes	AM	SJMR Brasil - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados	RS
Caritas Arquidiocesana de Manaus	AM	Pastoral das Migrações	RS
Caritas Diocesana de Tefé	AM	Centro de Atendimento ao Migrante – AESC	RS
Pastoral do Migrante - Paróquia Ascensão do Senhor	BA	CIBAI Migrações	RS
Caritas Diocesana de Ilhéus	BA	Cruz Vermelha	RJ
Serviço Pastoral do Migrante	CE	Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro	RJ
Pastoral dos Migrantes	CE	Pastoral do Migrante	RO
ONG Compassiva	DF	Caritas Brasileira - Articulação Noroeste	RO
Movimento dos Focolares	DF	AVSI BRASIL	RR
Obmigra- Observatório das Migrações Internacionais	DF	Serviço Pastoral do Migrante	RR
Aldeias Infantis SOS	DF	Irmãs Scalabrinianas	RR
SJMR - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados	DF	Irmãs de São José	RR
Fundação AVINA	DF	Pastoral do Migrante / Arquidiocese	SC
Organização Internacional para Migrações- OIM	DF	Centro de Referência em Direitos Humanos da UFFS	SC
Caritas Arquidiocesana de Vitória	ES	Caritas Diocesana de Criciúma	SC
Centro de Acolhida ao Migrante	GO	Caritas Diocesana de Caçador	SC

Projeto Resgate	GO	Pastoral do Migrante	SC
Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular	MA	Pastoral do Migrante em Chapecó	SC
SJMR Belo Horizonte	MG	Gairosc - Grupo de Estudos sobre Imigração para a Região Oeste de SC	SC
Centro de Pastoral do Migrante	MT	Caritas Arquidiocesana de São Paulo	SP
Comitê Estadual para Migrantes e Refugiados do MS	MS	Missão Paz	SP
Pastoral do Migrante de Campo Grande	MS	Caritas Arquidiocesana de Cascavel	PR
Pastoral do Imigrante	MS	Caritas Arquidiocesana de Maringá	PR
Circuito Migrantes / UFMS / CEPAN - Unidade II	MS	Caritas Brasileira	PR
Comitê REPAM Xingu	PA	Associação Palotina	SP
Caritas Belém	PA	Aldeias Infantis	SP
Casa do Migrante	PR	Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI)	SP
Caritas Diocesana de Ponta Grossa	PR	Deslocamento Criativo	SP
Centro de Atendimento ao Migrante- CEAMIG	PR	CDHIC- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante	SP
Caritas Arquidiocesana de Londrina/ Pastoral do Migrante	PR	FICAS	SP
Casa Latino-americana	PR	Centro de Apoio ao Migrante (CAMI)	SP

Fonte: Registro do IMDH

Avaliação

A RedeMiR, composta por entidades presentes em todas as regiões do país, tem tido grande importância no encaminhamento de pleitos casos específicos, os quais requerem intervenções ou capacidade de resposta do IMDH e outras instituições especializadas. A contribuição da RedeMiR é muito ampla e de abrangência nacional. Seu alcance não se expressa em termos quantitativos, pois ao beneficiar diretores coordenadores e agentes de instituições sociais, alcança beneficiários em toda a atuação das entidades. Note-se que apoio na melhoria de práticas legislativas relacionadas à população migrante e refugiada, no apoio à integração local e no monitoramento do bem-estar de migrantes e refugiados, na parceria com a Operação

Acolhida, e na avaliação e coordenação das necessidades destas populações a nível local.

A articulação e dinamização da RedeMiR se configura numa ação altamente proveitosa e as atividades previstas foram satisfatoriamente realizadas. O resultado do Encontro Nacional realizado nos dias 05, 07, 19 e 21 de outubro teve um efeito muito positivo, o formato on-line possibilitou a participação de muitas pessoas de diferentes organizações, inclusive muito além das que integram a Rede. O espaço viabilizou a participação e visibilidade de entidades em regiões remotas do país, e oportunizou o compartilhamento de vivências, práticas e desafios, e também favoreceu a criação e fortalecimento de laços entre as instituições participantes.

Total de beneficiários: Neste projeto da RedeMiR, foram **beneficiadas 797 pessoas**, (**270 atendidas** diretamente em demandas das instituições da Rede; **68 instituições e organizações** que receberam subsídios, materiais e publicações produzidos pelo IMDH, beneficiando em torno de 4 pessoas em cada instituição, resultam 272 pessoas beneficiadas; no Encontro nacional participaram 85 instituições e considerando que isto beneficia em média, no mínimo 3 pessoas em cada entidade, conclui-se que esta atividade beneficiou 255 pessoas).

PROJETO 10 - Mídia, publicações e aportes à qualificação do debate público

Objetivo: Difundir ações positivas, tanto do IMDH e IMDH Solidário quanto de entidades da RedeMiR, em diversas mídias, promover ações de sensibilização social ampla para o tema das migrações e refúgio, apoiar pesquisadores/as e estimular a qualificação do debate público por meio da elaboração de subsídios analítico-informativos e difusão de conteúdo.

Período de realização: Serviço sistemático durante o período: de 01.01.2021 a 31.12.2022.

Descrição das Ações:

- Produzir e divulgar conteúdos relacionados ao trabalho do IMDH e IMDH Solidário em diferentes plataformas (site, redes sociais e newsletter);
- Divulgar em nossas redes sociais campanhas de sensibilização em favor dos migrantes e refugiados;
- Realizar assessoria de imprensa e articular contatos com imprensa local e internacional;
- Executar a coordenação editorial, publicar e distribuir o “Caderno de Debates: refúgios, migrações e cidadania”;
- Elaborar e distribuir subsídios como “Cartilhas Multilíngue”, “Guias de Trabalho para Imigrantes e Refugiados” e cartilhas informativas sobre serviços públicos;
- Recepcionar e fornecer informações e dados à comunidade acadêmica, meios de comunicação, organismos governamentais, entidades de defesa de direitos e sociedade civil;
- Atualizar regularmente a biblioteca do IMDH com materiais pertinentes;
- Divulgar a realidade migratória e sensibilizar a sociedade para a causa e sua problemática, através da participação em palestras, seminários e entrevistas.

Público Alvo: Estudantes universitários, pesquisadores, acadêmicos, jornalistas, comunidades acolhedoras e pessoas interessadas no tema.

Metas de Atendimento: Atender a demanda que houver de estudantes universitários, pesquisadores, meios de comunicação social, bem como utilizar as redes sociais e outros recursos disponíveis para difundir a causa das migrações e do refúgio e envolver a sociedade na atenção a este público. Distribuir materiais formativos e informativos sobre a temática migratória.

Recurso financeiro utilizado: Convênio com o ACNUR, a própria capacidade instalada e insumos do IMDH, apoio de outras entidades e confissões religiosas.

Recursos humanos envolvidos: Um profissional de Comunicação Social, a equipe do IMDH e IMDH Solidário, Agentes de Pastoral e colaboradores.

Abrangência territorial: Nacional e internacional.

Participação dos usuários: Os usuários são integrantes e protagonistas da ação na medida em que estão retratados nos materiais impressos e audiovisuais, ou quando participam nos diálogos dirigidos com grupos específicos de apoiadores da causa.

Desenvolvimento do Projeto

10. Utilização de plataformas sociais

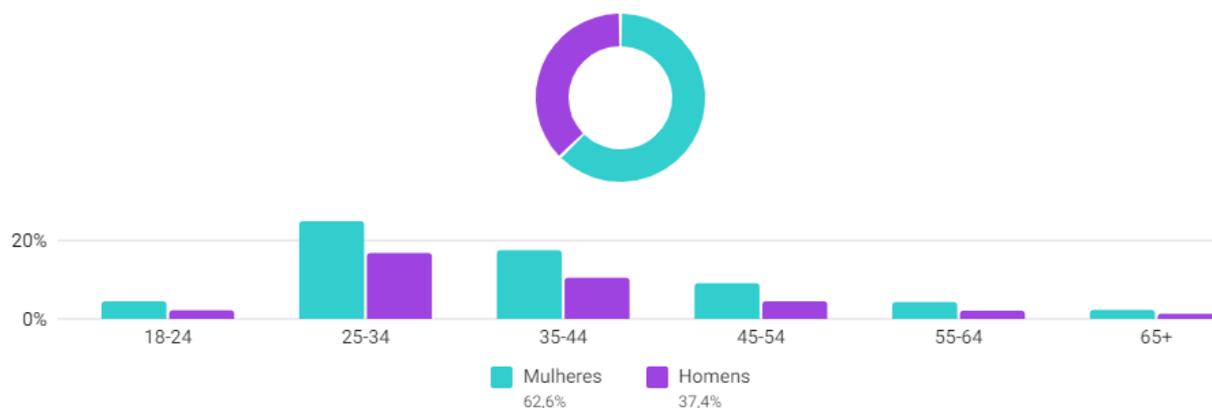
O principal veículo de comunicação do IMDH continua sendo o site oficial www.migrante.org.br. As plataformas sociais têm sido um espaço de ampliação dos conteúdos, facilitando o acesso ao público que consome informações através das redes sociais. O IMDH está presente no Facebook, Instagram, Youtube e LinkedIn. No gráfico abaixo, é possível notar o aumento de seguidores nas redes sociais:

Gráfico 10.1 – Público da Página do IMDH no Facebook

Curtidas na Página do Facebook ⓘ

12,9 mil

Idade e gênero ⓘ



Fonte: Elaboração IMDH

Gráfico 10.2 – Alcance das publicações no Facebook

Alcance da Página do Facebook ⓘ

38.951 ↓ 22,4%



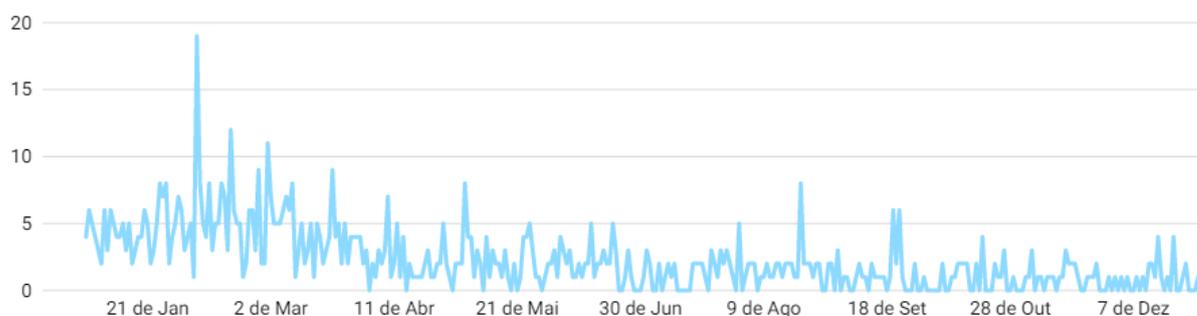
Visitas à Página do Facebook ⓘ

3.202 ↓ 12,7%



Novas curtidas na Página do Facebook ⓘ

775 ↓ 35,2%



Fonte: Elaboração IMDH

Dados retirados da plataforma revelam, igualmente, o alcance dos conteúdos divulgados. Importante destacar que a métrica estimada do alcance, calcula o número de pessoas que viram qualquer uma das publicações pelo menos uma vez.

De fato, a mídia desempenha um papel essencial na promoção da defesa dos direitos da população migrante e refugiada. Reconhecendo o potencial dos meios de comunicação na divulgação de conteúdo, o IMDH contribui com os veículos de comunicação, especialmente na produção de matérias ou entrevistas, buscando da mesma forma alimentar o site e redes sociais da instituição.

Para as redes sociais Instagram e Youtube houve um crescimento do número de seguidores, movimentando as redes com novos conteúdos e usuários. A conta de Instagram do IMDH iniciou em Janeiro/2021 com 1.474 seguidores e concluiu o ano em dezembro/2021 com 1.921 seguidores, tendo um considerável crescimento de publicações. O canal do IMDH no Youtube também conseguiu desenvolver recursos para uma maior publicação de vídeos e inscritos.

10.2 Matérias jornalísticas que o IMDH produziu

Ao longo do ano deu-se continuidade ao trabalho de atualização do site e criação de conteúdo específicos do IMDH. Destacamos as seguintes notícias:

- **Indígenas venezuelanos são transferidos para unidade de atendimento social no DF.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/destaques/indigenas-venezuelanos-sao-transferidos-para-unidade-de-atendimento-social-no-df/>
- **Casa Bom Samaritano abre suas portas para acolher migrantes e refugiados venezuelanos.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracao-trabalho/casa-bom-samaritano-abre-suas-portas-para-acolher-migrantes-e-refugiados-venezuelanos/>
- **Luta por direitos das mulheres e meninas em situação de migração e refúgio.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/diversos/luta-por-direitos-das-mulheres-e-meninas-em-situacao-de-migracao-e-refugio/>
- **IMDH e Sabin firmam parceria para celebrar o mês da mulher.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/imdh-e-sabin-firmam-parceria-para-celebrar-o-mes-da-mulher/>
- **IMDH e organizações da sociedade civil reafirmam os direitos da população migrante e refugiada.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/imdh-e-organizacoes-da-sociedade-civil-reafirmam-os-direitos-da-populacao-migrante-e-refugiada/>
- **IMDH Solidário e Associação de Bem com a Vida firmam parceria no apoio a mulheres e crianças migrantes.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/imdh-solidario-e-associacao-de-bem-com-a-vida-firmam-parceria-no-apoio-a-mulheres-e-criancas-migrantes/>
- **Generosidade em ação: IMDH e Lojas Riachuelo articulam doação de mais de mil peças de roupas para migrantes da Diocese de Rio Branco (AC).** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/generosidade-em-acao-imdh-e-lojas-riachuelo-articulam-doacao-de-mais-de-mil-pecas-de-roupas-para-migrantes-da-diocese-de-rio-branco-ac/>
- **Apoio social e assistencial do IMDH aos refugiados cresceu no período de pandemia.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/apoio-social-e-assistencial-do-imdh-aos-refugiados-cresceu-no-periodo-de-pandemia/>

- **Relatório do IMDH aponta crescimento do número de mulheres refugiadas.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/relatorio-do-imdh-aponta-crescimento-do-numero-de-mulheres-refugiadas/>
- **Comunidade indígena Warao em Brasília: o apoio do IMDH.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/comunidade-indigena-warao-em-brasilia-o-apoio-do-imdh/>
- **Projeto Oportunidades (OIM-IMDH) realiza a entrega de eletrodomésticos para geração autônoma de renda.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/destaques/projeto-oportunidades-oim-imdh-realiza-a-entrega-de-eletrrodomesticos-para-geracao-autonoma-de-renda/>
- **36ª Semana do Migrante, de 13 a 20 de junho, promove a reflexão “Quem bate à nossa porta?”.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/diversos/36a-semana-do-migrante-de-13-a-20-de-junho-promove-a-reflexao-quem-bate-a-nossa-porta/>
- **Semana do Migrante: IMDH apresenta campanha “Refugiados e Migrantes empreendedores”.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/semana-do-migrante-imdh-apresenta-campanha-refugiados-e-migrantes-empresendedores/>
- **Projeto Imigrantes: perfil dos atendimentos no IMDH em 2020.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/destaques/projeto-imigrantes-perfil-dos-atendimentos-no-imdh-em-2020/>
- **IMDH Solidário: atendimento a mulheres e crianças refugiadas e migrantes em Roraima.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/projetos/imdh-solidario-atendimento-a-mulheres-e-criancas-refugiadas-e-migrantes-em-roraima/>
- **CNBB e Rede Clamor Brasil firmam parceria no apoio a migrantes, refugiados e vítimas de tráfico humano.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/diversos/cnbb-e-rede-clamor-brasil-firmam-parceria-no-apoio-a-migrantes-refugiados-e-vitimas-de-traffic-humano/>
- **Emprego e geração de renda de migrantes e refugiados.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/projetos/trabalho-e-geracao-de-renda-de-migrantes-e-refugiados/>
- **Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR) realiza encontro no mês de outubro.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/diversos/rede-solidaria-para-migrantes-e-refugiados-redemir-realiza-encontro-no-mes-de-outubro/>
- **Enfrentamento ao tráfico de pessoas e atenção às vítimas.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/projetos/enfrentamento-ao-traffic-de-pessoas-e-atencao-as-vitimas/>
- **IMDH e ACNUR publicam o Caderno de Debates 2021.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/destaques/imdh-e-acnur-publicam-o-caderno-de-debates-2021/>

- **Irmãs Scalabrinianas celebram 125 anos de fundação congregacional.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/diversos/irmas-scalabrinianas-celebram-125-anos-de-fundacao-congregacional/>
- **Famílias venezuelanas acolhidas na Casa Bom Samaritano recebem oportunidade de trabalho.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/destaques/familias-venezuelanas-acolhidas-na-casa-bom-samaritano-recebem-oportunidade-de-trabalho/>

10.3 Apoio a estudantes e pesquisadores acadêmicos

O Instituto contribui com orientações e consultoria sobre as temáticas de migração, refúgio, acolhimento e integração socioeconômica da população migrante e refugiada aos pesquisadores acadêmicos e estudantes por meio de entrevistas por telefone, e-mail, consultas via videoconferências, através da disponibilização de materiais relacionados ao tema e disponibilizando uma biblioteca específica no tema. Nessa linha, em 2021, 11 estudantes e pesquisadores foram apoiados.

Tabela 10.1 – Estudantes e pesquisadores acadêmicos

Nº	Nome	Profissão	Localidade	Campo	Data
1	Sabine Gorovitz	Professor do Instituto de Letras da UnB	Brasília – DF	Migrações e fronteiras: a integração linguística como garantia dos direitos humanos	06/01/2021
2	Daniela Cruz Teixeira Leite	Graduanda em Línguas Estrangeiras Aplicadas- LEA (UnB)	Brasília – DF	Crianças imigrantes entre 3 e 18 anos matriculados em escolas públicas do Distrito Federa	22/02/2021
3	Lisiane Marcelli Neuberger	Estudante do curso de Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Santo Ângelo – RS	A imigração asiática-oriental para o Brasil e a xenofobia: uma análise a partir dos avanços normativo-antropológicos desde 1988	02/06/2021
4	Fabiana Ferreira	Aluna do curso de Direito da PUC-MG	Belo Horizonte – MG	Crianças e adolescentes refugiados	07/06/2021
5	Gabriela Crespo	Cientista Social pela UnB	Brasília – DF	Densidade de famílias de imigrantes na microrregião do Varjão, Lago Norte e Paranoá.	09/06/2021
6	Isabella Nascimento	assistente de pesquisa na	São Paulo –	Métodos de avaliação participativa em	06/07/2021

		Fundação Getulio Vargas (FGV)	SP	instituições relacionadas à ajuda humanitária no Brasil	
7	Thamirys Lunard	Coordenação Interagencial R4V Brasil	Brasília – DF	Participação em Pesquisa sobre <i>Accountability to Affected Populations</i>	11/08/2021
8	Natalia Colombo	Universidad Católica Argentina (UCA)	Argentina	Relatório de Boas Práticas de M&R de 2020	21/09/2021
9	Monica Bonadiman	Coordenadora Geral We World GVC Brasil	Brasília – DF	A aplicação da abordagem de “triple nexó” no contexto dos fluxos migratórios na Venezuela	23/09/2021
10	Katiucia Araujo	Estudante de mestrado – IESB	Brasília – DF	A garantia dos direitos sociais aos imigrantes no Brasil sob a Nova Lei de Migração	25/09/2021
11	Alessandra Nogueira	Pós-graduanda da Universidade de Bracelona	Brasília – DF	Tese de doutorado que tem como foco do estudo o fluxo migratório que se estendeu para o Brasil após 2017, com intuito de analisar algum efeito da Nova Lei de migração 13.455 de maio de 2017	20/10/2021

Fonte: Registro no IMDH

10.4 Publicações e distribuição de materiais

De acordo com o devido reconhecimento da importância da divulgação de informações para migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados de forma acessível e orientadora, o IMDH produz materiais informativos para distribuição à população acolhida, diretamente e através das redes de apoio.

No ano de 2021, o IMDH produziu, coordenou e distribuiu os seguintes materiais:

1 – Caderno de Debates: Refúgio, Migrações e Cidadania, 16ª edição, publicação anual que discute o fluxo migratório contemporâneo e questões relativas ao tema. Neste ano, foram impressos 500 exemplares.

2 – Folder “Empreendedorismo e Oportunidades para pessoas migrantes e refugiadas”, produzido pela USAID – Agência dos Estados Unidos para o

Desenvolvimento, Projeto OPORTUNIDADES da Organização Internacional para Migrações e o Instituto de Migrações e Direitos Humanos- IMDH. O folder possui conselhos na área de empreendedorismo a fim apoiar migrantes interessados na autonomia financeira como fonte de renda. Impressos 500 exemplares.

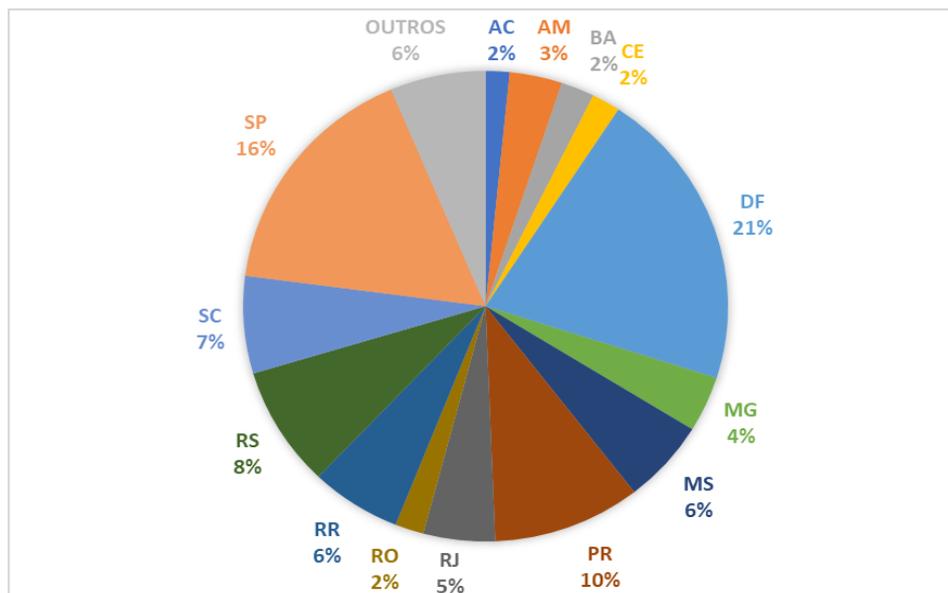
3 - Apostila “Pode entrar – Português do Brasil para Refugiadas e Refugiados”, produzida pelo Curso Popular Mafalda, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), e reproduzida pelo IMDH, com a finalidade de subsidiar o ensino do português. Impressos 50 exemplares.

Ademais, cabe destacar, a cartilha **“Cartilha Multilíngue”, o Folder Institucional,** a cartilha **“Orientações sobre Trabalho para Migrantes e Refugiados”** e o **“Guia para Comunicadores”** – material que visa apoiar profissionais de comunicação na temática migratória, assim como os **folhetos informativos** que são distribuídos aos atendidos presencialmente na sede do IMDH ou por instituições parceiras, que contém orientações sobre saúde, educação, programas públicos de assistência social, albergues públicos, alimentação, aulas de português gratuitas, agências de trabalho e orientações sobre a obtenção de documentos.

O IMDH também realiza a distribuição de materiais que são oferecidos por organizações parceiras, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para Migrações (OIM), e de órgãos públicos brasileiros, como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em razão da pandemia do COVID-19 e a adoção de medidas protetivas, houve a suspensão temporária dos atendimentos presenciais no Instituto. Dessa forma, a quantidade de materiais distribuídos aos atendidos presencialmente na sede do IMDH foi bastante inferior se comparado os anos anteriores. Contudo, o Instituto continuou a realizar o envio de publicações e subsídios, via correio, para instituições parceiras, apoiadores e interessados, conforme informado no capítulo 9.

Além das Instituições da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, como citado no projeto 09, foram enviados materiais para: Universidade Federal de Roraima, Organizações Governamentais, Coordenação-Geral do CONARE, escritórios do ACNUR, a Rede Clamor Brasil e a Rede Um Grito pela Vida de Manaus-AM, a Pastoral da Mulher Marginalizada em Rondonópolis-MT, a Comissão Pastoral da Terra/CPT- em Belém-Pará, UNIFACS – Universidade Salvador, Centro de Estudos Seg. Pública e Direitos Humanos (UFPR), Defensoria Pública da União em Brasília, Centro de Defesa dos DDHH e Educação Popular em Boa Vista-RR, a Casa Latino-Americana em Curitiba-PR, a Comissão Diocesana Brasil-Bolívia em Guajará Mirim-RO, o Centro de Referência em Direitos Humanos de Chapecó-SC, o Curso de Mestrado P. I. Direito das Migrações Transnacionais UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, entre outros.

Gráfico 10.3 - Distribuição de materiais por Estado em 2021

Fonte: Elaboração IMDH

No gráfico acima podemos observar que a Unidade da Federação que mais receberam materiais foi o Distrito Federal (21%), seguido de São Paulo (16%), Paraná (10%) e Rio Grande do Sul (8%). Com a volta do atendimento semipresencial e com o impacto negativo da pandemia do COVID-19, colocando migrantes em situação ainda mais vulnerável e com o número de civis e organizações socioassistencias que buscam qualificar-se a fim de apoiar as comunidades estrangeiras, pudemos realizar compartilhar os materiais no Distrito Federal, intensificando o número de exemplares distribuídos na Capital Federal e região comparada ao ano de 2020.

Tabela 10.2 – Materiais e subsídios enviados e distribuídos pelo IMDH

Material/ Publicações	Número de Exemplares
Folder do IMDH	114
Boas Práticas	15
Guia para Comunicadores	20
FOLDER- CONSELHOS DE EMPREENDEDORISMO	130
Caderneta IMDH	31
Migração e Refúgio	226
Agenda IMDH 20 anos	25
Caderno de Debates nº 13	258
Caderno de Debates nº 14	259
Caderno de Debates nº 15	452
Caderno de Debates nº 16	210
Cartilha – Direitos da Mulher	8
Folder Projeto Angel Gabriel	505
Folheto – Revalidação de Diplomas	50
Folder Saúde Mental durante a Pandemia	312
Cartilha Multilíngue/Port/Esp/Ing/Fran/Crioulo	1.263

Guia de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ICMPD)	5
Lei 9.474/97 e Proteção Intern. De Refugiados e Apátridas-4ª edição.	6
Guia de Informação sobre Trabalho aos Imigrantes e Refugiados – Espanhol	21
Guia de Informação sobre Trabalho aos Imigrantes e Refugiados – Crioulo	5
Pode Entrar – Livro de estudantes – Português do Brasil para Refugiados	162
Guia de Assistência e Referenciamento de Vítimas de Tráfico de Pessoas (ICMPD)	5
Total	4.082

Fonte: Registro IMDH

Dentre os materiais distribuídos pelo IMDH em Brasília para entidades e pessoas interessadas que lidam com a questão de migração e refúgio no Brasil, o de maior interesse foi a “Cartilha Multilíngue” (33%), seguido do folder do projeto “Angel Gabriel” (13%) e pelo “Caderno de Debates Nº 16” (12 %).

O “Caderno de Debates: Refúgio, Migrações e Cidadania”, em sua 16ª edição, publicado em 2021, conta com o seguinte conteúdo:

Tabela 10.3 – Artigos do Caderno de Debates 2021

Título do Artigo	Autores
Apresentação	Rosita Milesi, Paula Coury, Adriana dos Santos Corrêa e Marianna Borges
Nem todo aniversário é para comemorar	Luiz Fernando Godinho
O reconhecimento da condição de refugiado como garantia do direito à vida: ampliação de definições, refugiados LGBTI e o direito ao projeto de vida	Marianna Borges Soares
Operação Acolhida: avanços e desafios	João Carlos Jarochinski Silva, Élysson Bruno Fontenele de Albuquerque
Políticas públicas na dimensão econômico-laboral e a proteção de direitos de migrantes e refugiados em tempos de pandemia	Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Maria Cecilia Giffhorn Mayer
Cátedra Sérgio Vieira de Mello: garantindo proteção e soluções a pessoas refugiadas em tempos de pandemia	André de Lima Madureira, William Torres Laureano da Rosa
Políticas Públicas Educacionais e Inclusão de Migrantes nas Universidades Brasileiras	José Antônio Peres Gediell, Fernando Cesar Mendes Barbosa
Infancia Migrante Bilingüe Y La Atención En El Desempeño Escolar	Merlina Saudade Ferreira Neira

Fonte: Registro IMDH

Tabela 10.4 Pessoas Beneficiadas – Resumo

Beneficiados	Nº
Estudantes	11
Pessoas que receberam Cartilha Multilíngue	1.263
Matérias e subsídios diversos	4.082

Fonte: Registro IMDH

Avaliação dos Resultados

A execução do projeto que contempla a distribuição de material, orientação à comunidade acadêmica, publicações e difusão de conteúdo através dos meios de comunicação social é fundamentalmente relevante, não apenas como finalidade informativa, mas também por alcançar a sensibilização da sociedade e de apoio às entidades que atuam com migrantes e refugiados. É também uma forma de contribuir com as discussões sobre migração e refúgio, temática que permanece de relevância nacional e internacional.

A criação, produção e divulgação de materiais informativos e de linguagem acessível é parte da estratégia do IMDH para estimular a disseminação de informações importantes e o acolhimento solidário, assim como garantir a proteção da população migrante, solicitante de refúgio, refugiada e apátrida. Dessa forma, no ano de 2021, cerca de 1.050 exemplares de publicações que abordam a questão da migração e do refúgio foram impressos. Foram distribuídos 4.082 exemplares.

De acordo com o sistema de atendimento remoto vivenciado ainda no contexto da pandemia do COVID-19, a distribuição de materiais durante atendimentos se mostrou igualmente afetada em comparação com anos anteriores. O IMDH disponibiliza também algumas principais publicações em PDF através do site, facilitando o acesso aos materiais durante a assistência prestada remotamente e buscando adaptar-se cada vez melhor as circunstâncias impostas.

Total de pessoas alcançadas com materiais enviados: 4.082.

Observa-se, contudo, que o alcance da área de comunicação social, feita através das Rede Sociais é muito mais ampla e não há uma contabilização quantitativa do resultado deste trabalho.

PROGRAMA III - ACORDOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS DO IMDH COM ENTIDADES DIVERSAS

1. Convênio ACNUR
2. Parceria com Paróquia da Consolata / Diocese de Roraima
3. Parceria com CIEE – Programa Jovem Aprendiz
4. Membro da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)
5. Convênio com ONU Mulheres
6. Parceria com a Organização Internacional para as Migrações - OIM
7. Parceria com OIM - Projeto Oportunidades: Construindo Pontes
8. Parceria com a AVSI – Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano
9. Parceria com Caritas Arquidiocesana de Brasília (Casa de Passagem Raio de Luz)
10. Parceria com a SUBAV - Subsecretaria de Apoio a Vítimas de Violência do GDF
11. Membro da rede de atenção aos migrantes e refugiados indígenas no DF
12. Comitê de ação e da cidadania dos servidores da Câmara dos servidores da Câmara dos Deputados.
13. Parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB
14. Parceria com “Anônimos do Bem”

1. CONVÊNIO ACNUR (BRASÍLIA E RORAIMA)

Título:	Proteção e Assistência Emergencial e Soluções Mistas
Objetivo:	Contribuir para a proteção, assistência e integração de solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas, fortalecendo as ações articuladas entre o IMDH, as entidades-membro da RedeMiR, o ACNUR, o CONARE e demais envolvidos na causa.
Abrangência:	Os Estados de RR, MT, MTS, GO, TO, RO, AM e o DF
Período de execução:	Janeiro a dezembro de 2021
<p>O Convênio disponibiliza recursos para bolsas subsistência (CBI) para refugiados e solicitantes de refúgio, remuneração de funcionários, apoia a realização de eventos como: Dia Mundial do Refugiado, encontro da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RefeMiR), entre outros. Financia também a publicação do Caderno de Debates e de Cartilhas diversas de interesse e necessidade dos migrantes e refugiados. Possibilita, também, o funcionamento do IMDH Solidário, em Roraima, voltado ao atendimento a mulheres e crianças, o qual atende a uma demanda de milhares de pessoas necessitadas de apoio e atendimento socioassistencial.</p> <p>Em 2021 viabilizou também recursos para o serviço psicossocial a refugiados e migrantes que tiveram a situação de vulnerabilidade agravada pela pandemia de COVID-19.</p> <p>O Acordo com ACNUR possibilita também outras oportunidades de apoio aos refugiados, tais como encaminhamento dos refugiados para microcrédito no Banco Pérola</p>	

e acesso a cursos e capacitações na Plataforma Coursera.
Perspectivas: Em 2021 foi aberta nova chamada pública e o IMDH foi selecionado pelo ACNUR para continuidade do Acordo. A partir desta seleção, já foi elaborado o Acordo para 2022, embora com recursos reduzidos em relação a 2021.

2. PARCERIA COM PARÓQUIA DA CONSOLATA / DIOCESE DE RORAIMA

Título:	Parceria de cessão de espaço para funcionamento do escritório do IMDH Solidário
Objetivos:	Possibilitar o funcionamento do escritório do IMDH Solidário, em Boa Vista (Roraima), por meio da cessão gratuita de sala e outros elementos estruturais pertencentes ao espaço da Paróquia.
Abrangência:	Boa Vista - Roraima
Período de execução:	Prazo indeterminado.
<p>O IMDH Solidário, como é chamada a extensão do IMDH em Roraima, está bem instalado e continua o atendimento e os serviços amplos que alcança prestar à mulheres e crianças migrantes e refugiadas venezuelanas e eventualmente de outras nacionalidades. Com o fluxo intenso de migrantes que continua chegando a Roraima a atuação do IMDH é sempre mais justificável e necessária. Esta parceria é de grande valor e beneficia milhares de pessoas.</p> <p>Registra-se que, em 2021, o espaço foi ampliado com a construção de um depósito, banheiro e correspondente espaço de acesso. Também foi restaurado todo o espaço utilizado pelo IMDH Solidário, dando um espaço mais adequado e melhor, principalmente para a equipe de trabalho.</p>	
Perspectivas: Continuidade do Projeto em 2022, com ampliação no atendimento às crianças dentro das possibilidades de prevenção à COVID-19. Melhora também no atendimento, graças à parceria com Fé e Alegria que em 2022 estará instalada em área contígua, na Paróquia da Consolata.	

3. PARCERIA COM CIEE – PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Títulos:	Programa Jovem Aprendiz
Objetivos:	Contribuir para a capacitação preparação de jovens migrantes e refugiados no mercado de trabalho formal.
Abrangência:	Distrito Federal
Período de execução:	2021
<p>A parceria com o CIEE para o programa Jovem Aprendiz já é de longa data, mas, devido à pandemia COVID-19 as atividades presenciais do CIEE foram suspensas. Foram</p>	

executadas atividades online e vários jovens foram atendidos e participaram em cursos.
Perspectivas: Para 2022 a perspectiva é de retomar a realização de atividades presenciais, com a realização de cursos específicos para jovens migrantes e refugiados.

4. MEMBRO DA REDE DE ADVOCACY COLABORATIVO (RAC)

Títulos:	Rede de <i>Advocacy</i> Colaborativo (RAC)
Objetivos:	Compreender grupos temáticos sobre desenvolvimento socioambiental, direitos humanos, transparência e integridade e nova economia em estratégia de atuação junto a Legislativo Federal.
Abrangência:	Nacional
Período de execução:	Indeterminado.
<p>A RAC foi criada em 2018 e reúne mais de uma dezena de instituições da sociedade civil e organizações internacionais em ações de incidência sobre eixos que incluem a proteção aos direitos de migrantes e refugiados no Brasil. Em 2021, o IMDH participou ativamente das ações e reuniões no Sub GT de Migração e Refúgio. Foram inúmeras as intervenções e, apesar de ser um na difícil, houve também conquistas significativas em termos principalmente de evitar retrocessos na questão migratória.</p>	
Perspectivas: O IMDH continuará a integrar o GT Migrações e Refúgio da RAC.	

5. CONVÊNIO COM ONU MULHERES

Título:	Projeto de transferência de renda e capacitação de mulheres em Boa Vista - Roraima
Objetivos:	Conceder auxílio financeiro através de bolsas de subsistência para mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de refúgio morando no estado de Roraima.
Abrangência:	Boa Vista - Roraima
Período de execução:	Janeiro a junho de 2021.
<p>As articulações para a parceria entre a IMDH e ONU Mulheres para o referido projeto, iniciaram em 2020. Além da operacionalização da distribuição das bolsas de subsistência, o IMDH irá integrar o comitê técnico do Programa de Transferência Monetária, liderado pela ONU Mulheres. Este comitê será responsável por selecionar, entre as mulheres identificadas por organizações e movimentos envolvidos na resposta humanitária, quais serão beneficiadas, de acordo com os critérios previamente definidos, bem como apoiar a participação das beneficiárias e pessoas de interesse nos cursos e atividades complementares do programa.</p> <p>Projeto desenvolvido em três modalidades de apoio: Bolsa para mulheres que participaram do curso de empreendedorismo; bolsa para mulheres em processo de interiorização; bolsa para mulheres que tiveram a situação de vulnerabilidade agravada pela pandemia de COVID-19.</p> <p>O resultado foi altamente positivo.</p>	

Perspectivas: Não há previsão de novo projeto com ONU Mulheres em 2022.
--

6. PARCERIA COM A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES-OIM

Títulos:	Resposta Covid-19: assistência direta a migrantes e refugiadas (os) para alimentação.
Objetivos:	Suprir de forma emergencial e temporária a demanda por gêneros alimentícios e bens de primeira necessidade da população migrante em situação de vulnerabilidade impactada pela pandemia de COVID-19.
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	Fevereiro a maio de 2021.
<p>No âmbito da parceria foram entregues cestas básicas a famílias em situação de extrema vulnerabilidade entre os meses de fevereiro a maio de 2021 na cidade de Brasília. O IMDH recebeu 100 (cem) cestas básicas doadas pela OIM, as quais foram entregues a 100 famílias venezuelanas. A entrega do benefício respeitou as regras de biossegurança em prevenção a COVID-19. Ao todo o recurso beneficiou diretamente 366 (trezentos e sessenta e seis) pessoas pertencentes aos respectivos núcleos familiares.</p>	
<p>Perspectivas: trata-se de parcerias pontuais, para as quais o IMDH está sempre aberto, visando a assistência emergencial e integração de migrantes e refugiados na sociedade brasileira.</p>	

7. PARCERIA COM OIM - PROJETO OPORTUNIDADES: CONSTRUINDO PONTES

Títulos:	PROJETO OPORTUNIDADES: CONSTRUINDO PONTES
Objetivos:	Inserção laboral de imigrantes e refugiados
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	12/04/2021 a 31/12/2021

O projeto “Oportunidades: Construindo Pontes” teve como objetivo contribuir para a integração econômica sustentável e atendeu e cadastrou 281 beneficiários de 5 nacionalidades, no Distrito Federal, entre os meses de abril e dezembro, tendo enquanto foco principal o público de mulheres e jovens. As ações estavam circunscritas em dois pilares principais: preparação para o mercado formal e desenvolvimento de iniciativas de geração autônoma de renda, que beneficiaram 40 empreendimentos.

O primeiro pilar incluía orientações sobre acesso ao mercado de trabalho formal, como sessões online individuais ou coletivas sobre Carteira de Trabalho e Previdência Social, elaboração de currículos e inclusão em plataformas digitais de cadastro do perfil profissional, encaminhamento para sindicatos, divulgação de vagas de trabalho, apoio para cadastramento de jovens em programas de aprendizagem, divulgação de oportunidades de capacitação, mediação com empregadores interessados em contratar população refugiada e migrante e distribuição de materiais produzidos por outras instituições no âmbito do Projeto Oportunidades. Em relação à geração autônoma de renda, houve promoção, registro e implementação de atividades autônomas de geração renda, orientações sobre planejamento de economia familiar, assim como produção e distribuição de informativos sobre empreendedorismo.

Perspectivas: Não há previsão de um novo projeto com a OIM em 2022

8. PARCERIA COM A AVSI – CENTRO DE ACOLHIDA CASA BOM SAMARITANO

Títulos:	Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano
Objetivos:	Promover a integração por meio do emprego de refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados e outras pessoas vulneráveis no Brasil, com especial atenção às mulheres, crianças e pessoas em situações de maior vulnerabilidade.
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	30 de setembro de 2019 a 21 de setembro de 2021
<p>No âmbito da parceria foi construído uma instalação de um centro de acolhida, na cidade de Brasília, com capacidade para receber 15 famílias, considerando uma rotatividade deste grupo a cada 3 meses. O local, identificado como Casa Bom Samaritano, é de propriedade da CNBB e gerido pela AVSI Brasil, entidade gestora da estrutura que conta com a parceria do IMDH e apoio do Governo norte-americano. A ação tem como objetivo atividades para inserção laboral e sociocultural, buscando fundamentalmente a promoção humana integral dos migrantes e refugiados.</p>	
Perspectivas: Continuação das atividades na casa e fechamento de novas parcerias para fortalecer as ações da Casa Bom Samaritano em 2022.	

9. PARCERIA COM CARITAS ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA (CASA DE PASSAGEM RAIOS DE LUZ)

Títulos:	Casa de passagem Raios de Luz
Objetivos:	Atuar em conjunto a Caritas Arquidiocesana de Brasília para apoio e assistência aos migrantes indígenas venezuelanos no período em que se encontram em Brasília.
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	Janeiro a dezembro 2021
<p>A Casa de Passagem Raios de Luz acolhe temporariamente, migrantes e refugiados indígenas venezuelanos em trânsito ou recém-chegados em Brasília, advindos em sua maioria pelo programa de interiorização do Governo Federal. O IMDH firmou parceria com a Caritas Brasília para viabilizar a execução do projeto. Desde 2020 o IMDH contribuiu para a compra de alimentos, utensílios domésticos, pagamento de despesas básicas e para a compra de equipamentos para a Casa, apoio que se repetiu durante o ano de 2021.</p>	
<p>Perspectivas: Enquanto houver a necessidade de apoio a esse grupo o IMDH não medirá esforços para garantir assistência básica, e seguirá em 2022 envolvidos em ações e atividades para assegurar a proteção dos beneficiários.</p>	

10. PARCERIA COM A SUBAV - SUBSECRETARIA DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DO GOVERNO DO DF

Títulos:	Inserção Econômica e Laboral de Migrantes e Refugiados
Objetivos:	Contribuir para a inserção profissional de migrantes e refugiados, a partir de um fluxo de encaminhamentos entre IMDH e SUBAV para cursos, capacitações e vagas de empregos sinalizadas.
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	Indeterminado
<p>Esta parceria prevê a criação de um fluxo de encaminhamentos entre IMDH e SUBAV para as iniciativas de inclusão econômica e laboral realizadas pela subsecretaria. Em 2021 o IMDH avaliou e encaminhou currículos para encaminhamentos de vagas de trabalho sinalizadas pela SUBAV, bem como tem auxiliado na divulgação nos grupos de WhatsApp e outros canais os cursos de capacitação ofertados pelo GDF.</p>	
<p>Perspectivas: Espera-se que esta parceria seja fortalecida nos anos seguintes para esta e outras iniciativas que contribuam para a integração de migrantes e refugiados em Brasília.</p>	

11. MEMBRO DA REDE DE ATENÇÃO AOS MIGRANTES E REFUGIADOS INDÍGENAS NO DF

Títulos:	Projeto piloto para integração de migrantes e refugiados indígenas no DF.
Objetivos:	Estabelecer através da articulação com os diferentes órgãos do GDF, OIs e OSCs planos de ação com caráter duradouro para a população migrante e refugiada indígena no DF.
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	2021
<p>O IMDH tem atuado em conjunto a outras organizações da sociedade civil (Cáritas Brasileira, SJMR, CSEM), ACNUR, OIM e Governo do Distrito Federal (GDF), na resposta aos fluxos migratórios indígenas na região, especificamente um grupo de venezuelanos da etnia Warao. As articulações possibilitaram a realocação temporária dessas famílias para um imóvel de propriedade da Caritas Arquidiocesana de Brasília, no DF, em 15 de janeiro de 2021. O IMDH e parceiros tem apoiado fornecimento de água potável, alimentos e produtos de higiene, apoio financeiro através de bolsas de subsistência, encaminhamentos para a regularização documental, etc.</p> <p>No âmbito da parceria do IMDH e Cáritas Arquidiocesana de Brasília, o instituto doou em julho de 2021, 11 cestas básicas, compostas por 18 itens entregues a famílias venezuelanas indígenas, beneficiando ao todo 37 pessoas diretamente que compõe os respectivos núcleos familiares. Bem como, foram doados pelo IMDH em outubro de 2021, 444 unidades de fraldas descartáveis a 28 crianças da comunidade formada por migrantes indígenas Warao, procedentes da Venezuela. Recurso adquirido por meio do Projeto apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, no âmbito do recurso "ADVENIAT". Além de doações o IMDH presta apoio com atendimentos para regularização documental, realizando o total de 283 atendimentos a comunidade indígena, beneficiando 77 pessoas.</p>	
<p>Perspectivas: A perspectiva é de que a comunidade warao seja realocada para outro espaço, com apoio do GDF. O apoio do IMDH poderá ocorrer em 2022, a depender da necessidade e das possibilidades que o IMDH tiver de contribuir e apoiar a comunidade warao.</p>	

12. COMITÊ DE AÇÃO E DA CIDADANIA DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Títulos:	Recurso mensal enviado pelo Comitê de Ação e da Cidadania dos servidores da Câmara dos Deputados
Objetivos:	Recurso para despesas do IMDH
Abrangência:	Brasília
Período de execução:	Indeterminado
<p>As doações do Comitê de Ação e da Cidadania dos servidores da Câmara dos Deputados são recebidas mensalmente e utilizadas para as finalidades estatutárias do IMDH.</p>	
<p>Perspectivas: Continuidade da parceria no intuito de beneficiar migrantes e refugiados.</p>	

13. Parceria com Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Títulos:	Apoio Emergencial a famílias em situação de alta vulnerabilidade
Objetivos:	Compra de cestas básicas e kits de nutrição infantil para enfrentamento das dificuldades decorrentes da pandemia COVID-19.
Abrangência:	Brasília; Boa Vista (RR); Pacaraima (RR); Rio Branco (AC)
Período de execução:	22/07/2021 A 30/09/2021
<p>A parceria, que contou com recursos concedidos pela ADVENIAT (entidade Igreja Católica da Alemanha) possibilitou apoiar ao longo de 2021 muitas famílias em situação de vulnerabilidade em Roraima, Acre e Distrito Federal.</p> <p>Um apoio específico, no âmbito desta parceria, foi o destinado a crianças na primeira infância, o qual consistiu em fornecer um kit nutricional, como complemento alimentar para crianças na primeira infância para evitar a desnutrição neste tempo tão difícil, agravado pela pandemia.</p> <p>Esta parceria tem sido fundamental para centenas de famílias e de crianças em especial.</p>	
<p>Perspectivas: Que em 2022 a parceria possa ter novas etapas e assim garantir a assistência básica a famílias de imigrantes e refugiados e às crianças.</p>	

14. PARCERIA ANÔNIMOS DO BEM

Títulos:	Anjo Gabriel – Roraima
Objetivos:	Compra de itens para nutrição e cuidado infantil.
Abrangência:	Boa Vista (RR); Pacaraima (RR)
Período de execução:	Indeterminado
<p>O projeto Angel Gabriel nasceu para manter viva a memória de Angel Gabriel - menino venezuelano de 2 anos de idade que faleceu em Boa Vista, Roraima, por motivo de fome e desnutrição – a fim de ajudar a impedir que histórias assim se repitam. Surgiu então a articulação entre contribuintes anônimos e o IMDH, com proposta de um kit com leite em pó fortificado, complemento alimentar, fraldas e pomada antiassaduras, estes dois últimos itens justificados pela constatação de crianças com órgãos genitais deformados devido a reiteradas ou permanentes assaduras, evidenciando, mais uma vez, que o contexto de grave violação de direitos humanos, à época, não estava restrito apenas ao território venezuelano.</p> <p>Mensalmente o IMDH solidário em Boa Vista -RR é autorizado a realizar compra de itens para compor a nutrição e cuidados infantil, como Latas de Leite em pó, Latas de cereal (Mucilon), Fraldas descartáveis e Pomadas para assadura por um grupo de pessoas anônimas que disponibilizam recursos financeiros para efetuar a compra. O mesmo é disponibilizado para Casa de Acolhida São José, parceiro do IMDH para distribuição do Kit.</p>	
<p>Perspectivas: Em 2022 esta parceria tenha continuidade, pois é fundamental para centenas de crianças.</p>	

PROGRAMA IV - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Introdução

A Lei Geral de Proteção de Dados foi publicada em 2018, entrou parcialmente em vigor em 2020 e teve a parte das sanções (artigo 52) prevista para entrar em vigência em agosto de 2021, dando tempo para que toda a sociedade pudesse se adequar às suas disposições que estabelece.

Em cumprimento a tais determinações e seguindo também recomendação do ACNUR, o IMDH realizou em 30 de julho de 2021, juntamente com AVSI BRASIL, uma capacitação de toda sua equipe, tendo como expositor o Dr. Hugo Sarubbi, representante do escritório Sarubbi & Cysneiros, assessor jurídico do Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano.

O Encontro teve como tema “Conhecendo a Proteção de Dados no Brasil – Lei de Proteção de Dados Pessoais: Apontamentos e implementação”. A lei brasileira segue preceitos da legislação europeia sobre o tema, em um contexto de movimentação da comunidade internacional para disciplinar a utilização de dados pessoais bem como regulamentar sua comercialização. Alguns países ainda são resistentes a essas políticas, mas as pressões para adequação continuam.

Segundo a LGPD, ao solicitar a autorização da coleta de dados, o solicitante deve descrever expressamente para que fins estes serão utilizados. Se não houver o consentimento expresso, os dados não poderão ser coletados. E, da mesma maneira que o titular fornece esses dados, ele pode “pedir de volta” ou solicitar satisfações sobre a sua utilização. Esse direito é pleno e protegido pela Lei, exceto em casos de obrigações legais que disponham diversamente.

Estar de acordo com a LGPD quer dizer que a organização possui uma política efetiva de proteção, privacidade e segurança de dados. Entende-se por política neste sentido: a criação de um protocolo que parte de determinados princípios e caminhos sobre o fluxo e tratamento dos dados, e exame de criticidade do tratamento para identificar vulnerabilidades nesse processo. Essa política deve ser de conhecimento dos diversos funcionários, estagiários e eventualmente outros colaboradores que têm acesso aos dados, para a prevenção de falhas na proteção dos mesmos.

Alguns elementos são cruciais para garantir a efetividade da política de proteção de dados: pessoas, processos e tecnologia. Estes elementos devem funcionar conjuntamente de forma satisfatória. Entenda-se por Pessoas: cultura comportamental, hábitos, todo o conjunto; Processos: fluxo e tratamento dos dados; Tecnologia: softwares, ferramentas, sistemas, banco de dados e outros. Importante destacar que a LGPD versa sobre os princípios, os direitos do titular, as obrigações de quem faz a coleta, o tratamento dos dados, responsabilidades e aplicação de sanções administrativas a quem a descumprir.

Considerando que a lei estabelece condições sérias e rigorosas no uso de dados pessoais, e visando a proteção à privacidade dos migrantes e refugiados atendidos pelo Instituto, o IMDH implementou uma modalidade, aprovada também pelo ACNUR, para obter de forma clara e explícita, de todas as pessoas que atende, autorização para tal, bem como com quem pode partilhar tais dados. Para tanto, criou um formulário impresso e também uma modalidade eletrônica para que as pessoas concedam esta autorização.

Sublinha-se que a modalidade eletrônica foi e está sendo utilizada com maior frequência tendo em vista que, devido à pandemia covid-19, grande parte do trabalho de atendimento ao público passou a ser feito remotamente, porém para aqueles que buscam o Instituto presencialmente, é solicitado a autorização por meio de documento físico. Ao solicitar autorização para coletar os dados pessoais da população beneficiária, é pedido o consentimento da pessoa que fornece os dados, segundo os ditames da referida lei. A imagem IV.1 refere-se ao modelo de autorização aplicado nos atendimentos presenciais a adultos, sem dependentes, para obtenção de seus dados.

Imagem IV.1 – Autorização para obtenção de Dados de Adultos



Instituto Migrações
e Direitos Humanos

**AUTORIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS PARA FINS DE
CADASTRO NO INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS**

Eu _____, de
nacionalidade _____, nascido dia ____/____/____,
portador/a do documento nº _____, residente
na cidade de _____, UF _____, AUTORIZO o Instituto
Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a coletar meus dados pessoais para fins de
cadastramento/registro em seu Banco de Dados, bem como concordo que os
mesmos sejam repassados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para
Refugiados ou para a Organização internacional das Migrações, bem como para
algum outro órgão das Nações Unidas. Asseguramos-lhe que agiremos com
respeito à nossa política de segredo e confidencialidade. Não os compartilharemos
com ninguém sem sua autorização.

Se você concorda em dar-nos esta autorização, queira assinar este documento, o
qual ficará arquivado, igualmente, em nossa Instituição.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Quadra 7 – Conj. C – Lote 01 – Vila Varjão/Lago Norte
71555-239 - Brasília – DF – Brasil
E-mail: imdh@migrante.org.br e imdh.diretoria@migrante.org.br

Fonte: Registro do IMDH

Adotou-se então um documento padronizado em que as pessoas se identificam com nome, nacionalidade e número de documento e autorizam expressamente, através de assinatura, a coleta dos seus dados pessoais para fins de cadastro e registro no banco de dados do IMDH, autorizando também expressamente o repasse desses dados ao ACNUR, OIM ou outros órgãos da Organização das Nações Unidas, conforme parceria firmada entre as organizações. Também foi elaborado um formulário específico para a coleta de dados de adultos que tenham sob sua responsabilidade crianças e adolescentes (pessoas menores de idade) ou outros casos de dependentes não hábeis ou autorizados e decidir autonomamente. Nestes casos, o modelo é a imagem que segue.

Imagem IV.2 – Autorização para obtenção de dados de menores de idade



Instituto Migrações
e Direitos Humanos

**AUTORIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS PARA FINS DE CADASTRO NO
INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS
(Lei n. 13.709/2018, de Proteção de Dados Pessoais)**

Eu _____, de
nacionalidade _____, nascido/a ____/____/____,
portador/a do documento nº _____, residente
na cidade de _____, UF _____, AUTORIZO o Instituto
Migrações e Direitos Humanos (IMDH) a coletar meus dados pessoais para fins de
cadastramento/registro em seu Banco de Dados, bem como concordo que os
mesmos sejam repassados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ou para a Organização Internacional das Migrações, bem como para outro órgão da
Organização das Nações Unidas, se for o caso. Esta autorização se enquadra no
respeito à política de segredo e confidencialidade da Lei de Proteção de Dados. O
IMDH informa que não compartilhará seus dados com outras organizações, além das
autorizadas, sem sua permissão.
Estou esclarecido/a que este cadastramento no IMDH representa minha autorização
expressa para que colete meus dados pessoais para os fins aqui manifestos.
Autorizo igualmente a coleta de dados de meus filhos/as menores de idade:

Nome	Nacionalidade	Data nascimento

Brasília-DF, ____ de _____ de _____

Assinatura

Quadra 7 – Conj. C – Lote 01 – Vila Varjão/Lago Norte
 71555-239 - Brasília – DF – Brasil
 E-mail: imd@miqrante.org.br e imd.diretoria@miqrante.org.br
www.miqrante.org.br – Facebook: institutomigracoes

Fonte: Registro do IMDH

Assim como, formulário no modelo online, para contemplar atendimentos realizados remotamente em virtude do cenário de pandemia. A ferramenta para elaboração desse formulário foi a do Google Form, a imagem IV.3 apresenta o modelo:

Imagem IV.3 Autorização para obtenção de dados - Google Form

28/01/22, 17:04 Cadastro no Instituto Migrações e Direitos Humanos com autorização de dados pessoais

Cadastro no Instituto Migrações e Direitos Humanos com autorização de dados pessoais

[Inicie sessão no Google](#) para guardar o seu progresso. [Saiba mais](#)

***Obrigatório**

INFORMAÇÕES DA PESSOA TITULAR

Nome Completo *

A sua resposta

Nacionalidade *

Selecionar

Data de Nascimento *

Data

dd/mm/aaaz

Número do CPF
(Caso tenha)

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBqqzHN6M7xxX-Zw_JudMe10fDPzIP-b3H204yw4IFMIKpvA/viewform 1/3

28/01/22, 17:04 Cadastro no Instituto Migrações e Direitos Humanos com autorização de dados pessoais

A sua resposta

Número do Protocolo ou RNM
(Caso tenha)

A sua resposta

Estado onde mora *

Selecionar ▼

Cidade *

A sua resposta

AUTORIZO o Instituto Migrações e Direitos Humano (IMDH), a coletar meus dados pessoais para fins de cadastramento / registro em seu Banco de Dados, bem como concordo que os mesmos sejam repassados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou para a Organização Internacional das Migrações (OIM), bem como para algum outro órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), se assim for necessário. Esta autorização se enquadra no respeito à política de segredo e confidencialidade da Lei de Proteção de Dados. O IMDH informa que não compartilhará estes dados com outras organização além das autorizadas, sem permissão. Estou esclarecido/a que o envio deste formulário ao IMDH representa a autorização expressa para que colete meus dados pessoais para os fins aqui manifestos. *

De acordo

Prefiro não me cadastrar, ciente que isto implica em não ter atendimento

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBqqzFtI6M7xoXc-Zw_JudMe10DPzIP-b3H204yw4IFMIKpvA/viewform 2/3

Fonte: Registro do IMDH

O IMDH assume, assim, a responsabilidade de não compartilhar os dados coletados além da autorização expressa dos beneficiários, sem sua permissão, em respeito à confidencialidade de seus dados. Ambas as autorizações de coleta de dados pessoais, físicas ou virtuais, são arquivadas nas respectivas pastas dos imigrantes e refugiados atendidos pelo IMDH.

Não obstante o alto número de migrantes e refugiados atendidos no ano, considerando que o IMDH implementou as modalidades de autorização de uso de dados pessoais em 31 de agosto de 2021, o total de autorização já obtidas foi de 483 pessoas. É importante ter presente que em muitos casos, uma autorização importa em permissão de uso dos dados de várias pessoas, que são os filhos menores de idade, incluídos na autorização concedida pelo pai ou pela mãe.

**QUADRO SÍNTESE NO QUE SE REFERE A BENEFICIÁRIOS
NOS PROJETOS DO IMDH EM 2021**

	Projeto	Pessoas beneficiadas
PROGRAMA I – ATENDIMENTO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO		
1	Acolhida, integração e assistência a pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas	3.111
2	Imigrantes: defesa de direitos e documentação	457
3	IMDH Solidário, em Roraima: atenção a mulheres e crianças	5.104
4	Integração Comunitária e Econômica	857
5	Migrantes internos: documentação e orientações	27
6	Ação Pastoral da Mobilidade Humana	2.200
7	Crianças sem fronteiras, “bebês a caminho” e Kit Angel Gabriel	596
PROGRAMA II – INCIDÊNCIA, ARTICULAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO		
8	Incidência por políticas públicas e acesso dos imigrantes e refugiados às políticas existentes	Critério não é numérico
9	Apoio e fortalecimento da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados	797
10	Mídia, publicações, eventos e aportes à qualificação do debate público.	Critério não é numérico
PROGRAMA III - ACORDOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS DO IMDH COM ENTIDADES DIVERSAS		
PROGRAMA IV – Pedidos de autorização de dados de acordo à LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)		
TOTAL		13.149

Conclusão

O IMDH, como instituição das Congregação das Irmãs Scalabriniana, rege-se pelos mesmos princípios que motivaram a criação da própria Congregação e atua voltado à população migrante e refugiada, com especial atenção às mulheres e crianças.

O ano de 2021 continuou sendo altamente afetado pela pandemia COVID-19, o que tem dificultado o desenvolvimento habitual das atividades, mas, no caso do IMDH, a adequação de métodos de trabalho, a organização das equipes, a adoção dos mecanismos de comunicação, permitiram que o atendimento não fosse interrompido, embora ficasse um tanto limitado pois em certos períodos as determinações legais limitaram a entrada dos imigrantes ou mesmo a quantidade de atendimentos por parte das instâncias públicas.

Não obstante as mencionadas dificuldades, foi possível atender diretamente 14.710 pessoas – migrantes internos, imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiados, apátridas.

Além destes atendimentos, destacam-se várias áreas de atuação que consideramos de grande importância, quais sejam: incidência, comunicação, interação com a sociedade contribuindo na sensibilização e para maior conhecimento da realidade migratória atual em nosso país e no mundo.

Importa também destacar a dedicação da equipe do IMDH, em Brasília e do IMDH Solidário, em Roraima, por seu incansável trabalho, pela criatividade e esforços para colocar toda sua força a serviço da população migrante, principalmente na atenção aos mais vulneráveis.

Encerrando este relatório, quando agradecemos a Deus por sua Graça que nos permitiu cumprir nossa missão, agradecemos à equipe do IMDH, aos colaboradores, voluntários, apoiadores, e aos próprios migrantes e refugiados que nos deram a oportunidade de caminhar com eles e elas. Aprendemos e crescemos juntos, nesta jornada, sempre marcada por dificuldades e também por avanços.

Pedimos a Deus que a alegria do que foi possível realizar seja um estímulo a prosseguir, ampliar e consolidar ações e a demandar políticas públicas em favor dos refugiados, migrantes, apátridas, de tantas pessoas que se deslocam, forçadas ou não, pois sempre o fazem em busca de vida e na esperança de encontrar um lugar, um lar, uma pátria onde possam viver com dignidade e paz.

Deus está presente no caminhar de todo o seu povo, independentemente de raça/etnia, religião, cor, nacionalidade, posição social ou econômica. Caminhemos rumo a “nós” cada vez maior.

Brasília, 15 de janeiro de 2022

Ir. Rosita Milesi
Diretora